

SOCIOLOGIA

VOL. XLI | JANEIRO-JUNHO 2021

Patricia Carvalho Vieira

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Sandra Patrícia Marques Pereira

Ana Cláudia Albergaria

Eduardo Silva

Margarida Lobão

Renata de Araújo Moura

Sofia Alexandra Cruz

Rui Oliveira

Departamento de Sociologia | FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO



SOCIOLOGIA

**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO**

VOL. XLI | JANEIRO-JUNHO

2021

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/"Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations" (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lúcia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CIJE; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO; DOAJ; European Index for the Humanities and the Social Sciences (ERIH PLUS); Fonte Académica (EBSCO Publishing); Redalyc.org; Google Scholar; CAPES Periódicos; Open Science Directory (EBSCO Publishing); Latindex; Sherpa / Romeo; Sociology Source Ultimate; EZB; Erih Plus; Ulrichsweb; Worldcat OCLC; Journals for Free; Academic Journals Database

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: 10.21747/08723419/soc41

SUMÁRIO

EDITORIAL	4
ARTIGOS	
Avaliação de desempenho e justiça organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho Renata de Araújo Moura e Sofia Alexandra Cruz	6
Translating Recent Cases of Justice System Reforms into Theoretical Pillars: The Portuguese Case Study Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia e Sandra Patrícia Marques Pereira	22
Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana: vivências e comportamentos de risco Margarida Lobão	45
Uma abordagem sobre a economia solidária no Brasil Patricia Carvalho Vieira	63
Serão as tipologias partidárias capazes de prever comportamento? Um ensaio exploratório Rui Oliveira	82
Eutanásia e “Domínio da Vida” António Joaquim Esteves	92

RECENSÕES

PEREIRA, Luís Moniz; LOPES; António (2020), *Máquinas Éticas*.

Da Moral da Máquina à Máquina Moral, Caparica, NOVA.FCT Editorial

Ana Cláudia Albergaria 99

AMIROU, Rachid (2007), *Imaginário Turístico e Sociabilidades de Viagem*,

Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas

Eduardo Silva 102

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES 106

ESTATUTO EDITORIAL 126

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS 129

EDITORIAL

Publicamos o número XLI da revista *Sociologia: Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Um importante caminho foi realizado desde o número de 1991. Numa primeira fase teve uma edição anual, passando depois para semestral e com um número temático em cada ano. Foi criada pelo Prof. Doutor António Teixeira Fernandes, seu primeiro diretor (até 2009). O Prof. Doutor João Teixeira Lopes assumiu posteriormente a responsabilidade da direção (de 2009 a 2014). Como indicado no Estatuto Editorial, a revista “tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.” A sua interligação com o Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto é frutuosa incorporando, sempre que desejável, os contributos de autores que apresentam trabalhos sociológicos, e de demais ciências sociais, relevantes. Consideramos que a *Sociologia: Faculdade de Letras da Universidade do Porto* concorre, ao longo do tempo, para o reconhecimento da denominada “Escola de Sociologia do Porto”.

Focando-nos no presente número, o primeiro artigo, de Renata de Araújo Moura e Sofia Alexandra Cruz, aborda as perceções dos inspetores da Autoridade para as Condições do Trabalho sobre a análise de desempenho na qualidade de instrumento de recursos no âmbito do Estado. Em particular é conferida, pelas autoras, uma especial atenção à designada justiça organizacional. Ainda no campo do Estado encontra-se o texto seguinte de Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia e Sandra Patrícia Marques Pereira. Centra-se na análise e discussão das reformas realizadas no sector da justiça em Portugal. Salienta-se as relações entre os parâmetros da Nova Gestão pública e tais reformas não se deixando de lançar um olhar crítico sobre as mesmas. Passando para outros registos, o leitor depara-se com o artigo de Margarida Lobão sobre o Vírus da Imunodeficiência Humana. Num registo metodológico de natureza qualitativa, a autora

envereda pela compreensão das vivências e comportamentos dos que vivem com a infeção. A atenção é conferida às vivências, sem, contudo, omitir os determinantes, como o género, a escolaridade e a questão do corpo, que lhes estão subjacentes. A temática de Patricia Carvalho Vieira situa-se no Brasil. Economia solidária - empreendimentos solidários – desigualdades sociais são as principais dimensões equacionadas. O texto não se confina a tais dimensões, estende-se para a reflexão sobre as políticas sociais e como estas poderão ser meios de reprodução social. Ainda no espaço dos artigos, insere-se o contributo de Rui Oliveira. Num olhar, de natureza exploratório, o autor discorre sobre as tipologias partidárias como instrumentos analíticos. Avança para uma proposta fundamentada entre aquelas tipologias e as dinâmicas partidárias. Em termos de registo reflexivo, António Esteves convida-nos a um questionamento sobre a eutanásia.

Por último, apresentam-se duas recensões. Eduardo Silva - AMIROU, Rachid (2007), *Imaginário Turístico e Sociabilidades de Viagem*, Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas e Ana Cláudia Albergaria Pereira - Luís Moniz; LOPES; António (2020), *Máquinas Éticas. Da Moral da Máquina à Máquina Moral*, Caparica, NOVA.FCT Editorial.

Boa leitura

Carlos Manuel Gonçalves

Avaliação de desempenho e justiça organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho

Renata de Araújo Moura
Câmara Municipal de Gondomar

Sofia Alexandra Cruz
Faculdade de Economia do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

A avaliação de desempenho pode constituir uma ferramenta de extrema utilidade numa organização, desde que os procedimentos que lhe subjazem sejam percebidos de forma justa. O presente artigo discute a percepção de justiça organizacional relativamente à avaliação de desempenho, mediante dados recolhidos a partir de um inquérito por questionário aos inspetores do trabalho da Autoridade para as Condições do Trabalho. Procura desenvolver uma abordagem analítica diferenciada, examinando os resultados em função dos instrumentos de avaliação de desempenho utilizados (avaliação final e monitorização do desempenho).

Palavras-Chave: avaliação de desempenho; justiça organizacional; Autoridade para as Condições do Trabalho.

Performance appraisal and organizational justice: the case of Autoridade para as Condições do Trabalho

Abstract

Performance appraisal can be an extremely useful tool in an organization, as long as the procedures underlying it are perceived fairly. This article discusses the perception of organizational justice in relation to performance appraisal, through a survey application to labor inspectors from *Autoridade para as Condições do Trabalho*. It seeks to develop a different analytical approach, explaining the results according to the performance appraisal instruments used (final evaluation and performance monitoring).

Keywords: performance appraisal; organizational justice; *Autoridade para as Condições do Trabalho*.

Évaluation des performances et justice organisationnelle: le cas de Autoridade para as Condições do Trabalho

Résumé

L'évaluation des performances peut être un outil extrêmement important dans une organisation, à condition que les procédures sous-jacentes soient perçues équitablement. Cet article traite de la perception de la justice organisationnelle par rapport à l'évaluation des performances, à partir des données recueillies d'une enquête par questionnaire auprès des inspecteurs du travail de *Autoridade para as Condições do Trabalho*. Il cherche à développer une approche analytique différente, expliquant les résultats en fonction des instruments de l'évaluation des performances utilisés (évaluation finale et suivi des performances).

Mots-clés: évaluation des performances; justice organisationnelle; *Autoridade para as Condições do Trabalho*.

Evaluación del desempeño y justicia organizacional: el caso de la Autoridade para as Condições do Trabalho

Resumen

La evaluación del desempeño puede ser una herramienta extremadamente útil en una organización, siempre que los procedimientos subyacentes se perciban de manera justa. Este artículo analiza la percepción de la justicia organizacional en relación con la evaluación del desempeño, utilizando datos recopilados de una encuesta a inspectores de trabajo de la *Autoridade para as Condições do Trabalho*. Se busca desarrollar un enfoque analítico diferente, explicando los resultados de acuerdo con los instrumentos de evaluación del desempeño utilizados (evaluación final y seguimiento del desempeño).

Palabras clave: evaluación del desempeño; justicia organizacional; *Autoridade para as Condições do Trabalho*.

Introdução

A avaliação de desempenho (AD) assume grande destaque no seio de uma organização, sendo um sistema chave na gestão de pessoas (Reifschneider, 2008), podendo traduzir-se numa vantagem. Para isso é necessário que o sistema a ela associado seja considerado justo pelos seus intervenientes (Gomes *et al.*, 2008). A perceção de justiça que os trabalhadores possuem acerca dos sistemas de AD é de extrema importância para a aceitação e eficácia dos mesmos (Folger, Konovsky e Cropanzano, 1992), pelo que uma meta a alcançar deverá ser a justiça.

Contudo, as investigações que se debruçam sobre o conceito de justiça organizacional (JO) revelam uma fenda que deriva do próprio desacordo entre os termos usados, uma vez que se verifica a ausência de convergência relativamente às vertentes de JO a adotar (Rego, 2000). Desta discordância resulta a existência de estudos que incluem as vertentes da justiça interpessoal e informacional em menor escala, sendo necessária a sua ampliação. Simultaneamente, quando se pretende aprofundar o estudo acerca da perceção de JO relativamente à AD, verifica-se que a

maioria das pesquisas utilizam amostras provenientes dos EUA (Aryee, Budhwar e Chen, 2002; McDowall e Fletcher, 2004), enquanto Portugal tem ficado muito aquém nas investigações. No que se refere a investigações que se debruçam sobre a perceção de JO relativamente à AD, constata-se uma outra lacuna, nomeadamente grande parte dos estudos empíricos serem desenvolvidos em universidades, tornando-se necessário contemplar contextos organizacionais distintos (Sotomayor, 2006).

Face ao exposto, este artigo pretende trazer dois tipos de contributos à investigação existente, através do estudo sobre a perceção de JO fundamentada na AD, selecionando uma organização pública, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)¹, um contexto organizacional ainda não analisado, e privilegiando uma abordagem analítica bifocal, que contempla separadamente o estudo dos instrumentos de AD utilizados na organização (avaliação final e monitorização do desempenho). Os inspetores do trabalho da ACT² foram selecionados como população em análise pelo facto de terem identificado, num inquérito de satisfação realizado pela ACT em 2017, a necessidade de introdução de melhorias no sistema de AD. Esse inquérito de satisfação contemplou o universo dos seus funcionários e incluiu um questionário composto por quatro secções com questões fechadas, que incidiam sobre a satisfação geral com a ACT, com a gestão e o sistema de gestão, com as condições de trabalho e com o envolvimento, participação e relações interpessoais (ACT, 2017).

O presente artigo contempla, numa primeira parte, a discussão teórica dos conceitos de AD e de JO. Na segunda parte fundamenta o modelo concetual desenhado e apresenta os objetivos específicos e as hipóteses de investigação. O enquadramento empírico da pesquisa ocupa a terceira parte. Segue-se a análise e discussão dos dados recolhidos, e por fim as principais conclusões da investigação realizada.

Avaliação de desempenho e justiça organizacional

O processo de AD constitui uma ferramenta da gestão de recursos humanos (Serrano, 2011) e estende-se a todas as práticas de uma organização (Gruman e Saks, 2011; Islami, Mulolli e

¹ A ACT é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, sendo dirigida por um inspetor-geral, coadjuvado por dois subinspetores-gerais, e tem como missão a promoção da melhoria das condições de trabalho, através da fiscalização do cumprimento das normas em matéria laboral e o controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho, bem como a promoção de políticas de prevenção dos riscos profissionais, quer no âmbito das relações laborais privadas, quer no âmbito da Administração Pública (ACT, 2017).

² De acordo com o Referencial da Atividade Inspetiva, as principais funções dos inspetores do trabalho definem-se por “Promover, controlar e fiscalizar o cumprimento das normas legais, regulamentares e convencionais respeitantes às relações e condições do trabalho; prestar informações e conselhos técnicos com vista ao esclarecimento dos sujeitos das relações laborais e das respetivas associações; sugerir as medidas adequadas em caso de falta ou inadequação de normas legais ou regulamentares; cooperar com os parceiros sociais e institucionais e com as instituições públicas e privadas que exerçam atividades análogas.”. Acresce referir que lhes compete a elaboração de instrumentos de autoavaliação que permitam aos interlocutores da ACT verificar o cumprimento da legislação laboral (ACT, 2015).

Mustafa, 2018; Kihama e Wainaina, 2019), possibilitando traçar caminhos para alcançar os objetivos organizacionais (Lebas, 1995). Todavia, para que desta avaliação resultem informações capazes de auxiliar favoravelmente a tomada de decisões e o rumo da organização, é necessário maximizar as suas vantagens e minimizar as suas desvantagens.

Com efeito, a AD pode acarretar as seguintes vantagens e desvantagens. Mohrman Jr *et al.* (1989) identificam vantagens como a capacidade de: desenvolver a motivação capaz de ampliar o desempenho; aumentar a produtividade; fomentar a autoestima do trabalhador; constituir conhecimento e ampliar o canal da comunicação; exigir uma atribuição equitativa de recompensas; clarificar objetivos organizacionais promovendo a sua aceitação; permitir validar o processo de recrutamento e assinalar necessidades formativas; alinhar as ações dos trabalhadores com os objetivos da organização e ajudar a tomada de decisão relativa a progressões na carreira e a demissões. Já Deming (2018) considera que a AD vai além da progressão das remunerações.

Relativamente às desvantagens, Mohrman Jr *et al.* (1989) preveem sentimentos de injustiça; criação de informação enviesada; diminuição da motivação e da autoestima; tensão e stress; necessidade de muito tempo e gastos; afetação do relacionamento entre os intervenientes e da credibilidade do processo de avaliação. Deming (2018) salienta que o papel dos avaliadores no processo de AD pode ser encarado como um esquema de poder e a perceção do desempenho subjetiva acarretando riscos para os intervenientes e respetiva organização. A reforma do Estado e a transformação do seu papel na economia e na sociedade tem conduzido a alterações na AD que assentam na necessidade de introduzir processos, modelos e técnicas de gestão privada (Carvalho, 2006). Tais alterações aumentam o controlo político e de gestão sobre os profissionais do setor público, pelo que a AD suscita questões éticas, emocionais e relacionais. Em sistemas de AD cujas avaliações produzem impacto nas progressões remuneratórias, estas podem sofrer manipulações de modo a não sucederem em determinado momento, por necessidade de controlo orçamental, pondo em causa a credibilidade do sistema de AD.

Para que o processo de AD não desencadeie efeitos antagónicos aos desejados, os trabalhadores devem acreditar que o sistema de AD é justo (Gruman e Saks, 2011). Espera-se que os sistemas de AD contemplem procedimentos justos (Caruth e Humphreys, 2008), capazes de ser fornecidos a todos os intervenientes de forma clara e transparente.

A JO pode ser entendida como o nível de justiça que os trabalhadores percebem num local de trabalho, considerando a alocação de recursos e recompensas, bem como os procedimentos e comportamentos adotados (Ekmekcioglu e Aydogan, 2019). O conceito de JO descreve como um indivíduo percebe a equidade de tratamento recebido (Klein, Beuren e Dal Vesco, 2019), bem como a reação e comportamento adjacente. A perceção captada por cada trabalhador acerca do modo como é tratado na sua organização tem influência nas suas ações, quer com a organização,

quer com as pessoas que a ela pertencem. Essa noção poderá delimitar o cumprimento de objetivos individuais e organizacionais, determinando, no limite, a vontade que um indivíduo tem em permanecer ou não na organização.

Para compreender de que modo se formam as percepções de JO é pertinente distinguir as várias janelas através das quais os indivíduos percebem esse construto, analisando-se as diversas vertentes apontadas na literatura, isto é, a justiça distributiva, procedimental, interacional, interpessoal e informacional.

A justiça distributiva surge com os estudos de Homans (1961), ganhando destaque através de Adams (1965), sendo a primeira vertente a ser estudada. Corresponde à forma como os indivíduos percebem que a organização distribui recursos em função do esforço ou desempenho do trabalhador (López-Cabarcos *et al.*, 2015), descrevendo a equidade percebida em relação aos resultados que os funcionários recebem (Aryee *et al.*, 2002). Numa organização, perante percepções de injustiça distributiva, podem gerar-se, nomeadamente situações de insatisfação, furtos, diminuição do desempenho, turnover, absentismo e conflito (Cunha *et al.*, 2007).

Naumann e Bennett (2000) apontam que a justiça procedimental aparece através de Thibaut e Walker (1975), assumindo, porém, destaque com os estudos de Lind e Tyler (1988). Prevê a equidade e transparência utilizada nos processos, através dos quais são tomadas decisões (López-Cabarcos *et al.*, 2015). Refere-se à igualdade com que os procedimentos são aplicados a diferentes membros da organização (Kwantes e Bond, 2019). No que se refere à vertente da justiça procedimental, a literatura sugere estudos que incluam as dimensões da cidadania organizacional, do desempenho, da confiança e do stress (Correia, Mendes e Silva, 2019).

A justiça interacional discute-se nos estudos de Bies e Shapiro (1987) tendo continuidade através Greenberg (1990), que aponta que as pessoas não só dão importância aos resultados distribuídos e aos procedimentos, como também à justiça das interações, tornando-se a vertente mais controversa (Colquitt, 2001). Há percepção de justiça interacional quando um trabalhador considera que é tratado de forma justa pelos superiores (Kwantes e Bond, 2019). Greenberg (1993) equaciona para o debate o modelo tetradimensional de JO, ao dividir a justiça interacional em justiça interpessoal e justiça informacional. Embora tenha havido resistência de alguns autores, Colquitt (2001) e Rego e Cunha (2010) seguiram o construto proposto.

A justiça interpessoal e a justiça informacional dependem de interações, distinguindo-se conforme decorrem, respetivamente, do tratamento interpessoal recebido, ou da qualidade e quantidade da informação transmitida. A justiça interpessoal relaciona-se com a medida em que os trabalhadores são tratados com dignidade e apreço pelos superiores ou pelas partes envolvidas nos procedimentos e na determinação de resultados (Roch e Shanock, 2006). Segundo Rego *et al.* (2002), há justiça interpessoal se os superiores tratarem os indivíduos de forma digna e respeitosa.

A justiça informacional refere-se ao facto de os indivíduos receberem informação adequada sobre os procedimentos e resultados (Roch e Shanock, 2006). Há justiça informacional se os superiores informam o indivíduo, explicando e fazendo-o participar nas decisões que lhe dizem respeito, pois segundo Rego *et al.* (2002) a justiça informacional transpõe as informações e justificações dadas acerca de decisões.

As vertentes da JO expostas têm sido objeto de estudo no contexto da AD pela autoria de Folger *et al.* (1992), Cawley, Keeping e Levy (1998) e Sotomayor (2007). Segundo estes autores, a justiça distributiva refere-se ao modo como os indivíduos percecionam a forma da organização distribuir as classificações de desempenho em função do esforço do trabalhador. A justiça procedimental respeita à equidade percebida quanto ao modo como os procedimentos avaliativos são aplicados a diferentes membros da organização, à possibilidade de ter “voz” e de possuir um instrumento de recurso. A justiça interacional corresponde à qualidade do tratamento recebido por parte do avaliador durante a AD. A justiça interpessoal traduz-se na medida em que os trabalhadores são tratados com sensibilidade, dignidade e respeito pelo avaliador. A justiça informacional corresponde à quantidade e qualidade de informação que o decisor transfere para o trabalhador.

Modelo concetual, objetivos específicos e hipóteses de investigação

A investigação que sustenta este artigo segue o modelo tetradimensional de JO composto pelas dimensões distributiva, procedimental, interpessoal e informacional, alinhando-se com os autores Colquitt (2001) e Rego *et al.* (2002), que sugerem tratar-se do modelo que melhor se ajusta ao longo dos anos predizendo diferentes resultados. Simultaneamente, este modelo encontra-se devidamente validado em contexto português e é aquele cujas pesquisas devem ser ampliadas, tal como referido anteriormente.

A ACT utiliza, enquanto sistema de AD, o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), cujos princípios que guiaram a sua implementação têm origem na Nova Gestão Pública (NGP) iniciada a partir de 1970 (Carvalho, 2006). A NGP enfatiza a necessidade de a AD postular uma lógica de gestão de objetivos, cuja distinção se baseia em critérios assentes no mérito e não na antiguidade. Segundo Rocha (2010), os princípios fundamentais da NGP alcançam modificações nos serviços públicos, substituindo modelos tradicionalmente burocráticos, por uma gestão mais flexível e transparente. A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, estabelece o SIADAP, visando a melhoria da gestão da Administração Pública; o desenvolvimento das práticas de avaliação; a identificação de necessidades de formação e

desenvolvimento profissional; a promoção da motivação e o desenvolvimento das competências e qualificações; a distinção com base no desempenho e o apoio em processos de decisão. A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, veio aperfeiçoar o anterior modelo de AD, passando a incluir os serviços e os dirigentes no processo de AD (que anteriormente se centrava apenas no trabalhador), e a criação de instâncias denominadas de Comissão Paritária e Conselho de Coordenação, responsáveis por garantir o cumprimento de quotas para a AD excelente e relevante que distinguem o desempenho entre trabalhadores.

Tendo por base a fundamentação teórica da investigação, definem-se quatro objetivos específicos e as correspondentes hipóteses de investigação, seguindo-se uma abordagem dedutiva (Carmo e Ferreira, 2008).

Define-se como objetivo específico 1 desta investigação, aferir a vertente de JO que reúne uma maior perceção de injustiça relativamente à AD, para os inspetores do trabalho da ACT. Considerando que na ACT o sistema de AD usado é SIADAP, gerador de conflitos e insatisfação interna quanto às classificações, pelo facto de haver imposição quanto às quotas a atribuir, não sendo possível premiar todos os colaboradores efetivamente bons (Paraíso e Dias, 2011; Serrano, 2011), conjectura-se que a vertente distributiva poderá assumir um lugar de destaque. Esta sugestão coaduna-se com o resultado da investigação de Vicente (2014), que conclui que a adoção do SIADAP gera que a maior parte dos avaliados obtenham classificações médias e não altas. Conforme conclui Madureira (2016), da utilização do SIADAP, decorre a insatisfação dos avaliados relativamente às classificações que lhes são atribuídas. Deste modo, coloca-se a hipótese de investigação A ditando que *A vertente distributiva é a que regista maior perceção de injustiça relativamente à AD.*

O objetivo específico 2 da investigação procura verificar qual o instrumento da AD (avaliação final ou monitorização do desempenho) suscita aos inspetores do trabalho uma maior perceção de injustiça. De acordo com o fixado no artigo 52.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a classificação atribuída na avaliação final tem como efeito a alteração do posicionamento remuneratório, pelo que quanto mais altas as classificações auferidas por um trabalhador, mais rapidamente lhe é concedido um aumento salarial. Considerando que as classificações atribuídas na avaliação final estão sujeitas ao limite de quotas legalmente impostas, sugere-se que os trabalhadores sejam mais sensíveis às ações associadas ao processo de avaliação final, em comparação com o processo de monitorização do desempenho. Para além de não estar sujeita a nenhuma imposição de quotas, a monitorização do desempenho tem uma periodicidade distinta da avaliação final. Num ciclo avaliativo de dois anos, há uma avaliação final e duas monitorizações de desempenho, pelo que se especula que nesta última a tendência para avaliar o desempenho apenas com base em acontecimentos recentes seja menor. Tendo em conta o descrito,

sugere-se que na monitorização do desempenho, ao contrário da avaliação final, a predominância do erro da tendência central e o erro da recenticidade seja menor. Conforme apontam os autores Gruman e Saks (2011) e Boachie-Mensah e Seidu (2012), a presença de erros no processo de AD abalam a percepção de JO. Face ao exposto, coloca-se a hipótese de investigação B *A avaliação final regista maior percepção de injustiça relativamente à AD que a monitorização do desempenho.*

Define-se ainda como objetivo específico 3, indagar se o perfil deste grupo de trabalhadores (zona geográfica de atuação, género, antiguidade na categoria de inspeção e na organização e classificação na última avaliação final) influencia a percepção de injustiça relativamente à AD.

Tal como sugerem Valverde, Cunha e Correia (2006), os inspetores do trabalho encontram-se dispersos pelo país, mais concretamente pelos serviços centrais e pelas 32 delegações/unidades orgânicas desconcentradas, pelo que a sua atividade é diversa e personalizada, sendo experienciada de forma distinta para cada um deles. Para os autores Ferreira, Neves e Caetano (2001), diferentes estímulos levam a diferentes interpretações e por conseguinte a distintas percepções, pelo que se coloca a hipótese de investigação C *Há diferenças significativas na percepção de JO em relação à AD em diferentes zonas geográficas de atuação.*

No que se refere à diferença da percepção de JO em função do género, coloca-se a hipótese de investigação D *Mulheres e homens apresentam níveis de JO semelhante relativamente à AD.* Apesar da falta de consenso, as investigações de Cohen-Charash e Spector (2001) e Sotomayor (2006) sugerem que essas percepções são semelhantes em mulheres e homens, apontando que quando um indivíduo é chamado a responder, compara-se a um outro do mesmo género. Os resultados destas investigações sintonizam com o descrito pela teoria da comparação social, em que as pessoas avaliam os seus desejos e apreciações através da comparação com outros indivíduos, identificando-se com o grupo que lhes está mais próximo (Festinger, 1954). Hipotetiza-se esse cenário, uma vez que no sistema de AD utilizado (SIADAP) não são realizadas distinções de acordo com o género.

Tendo em conta a antiguidade (na categoria de inspeção e na organização) dos inspetores do trabalho, pretende-se entender se essa origina diferenças na percepção de JO. Para isso formula-se a hipótese de investigação E *Os inspetores do trabalho com maior antiguidade na categoria de inspeção e na organização têm percepções superiores de injustiça procedimental relativamente à AD.* No curto prazo as pessoas são mais sensíveis aos resultados que auferem, ao passo que no longo prazo a justiça procedimental revela mais intensidade, pois as pessoas ao longo do tempo tendem a conhecer os procedimentos usados. Quando se possui muito conhecimento acerca dos procedimentos, ocorre maior sensibilidade à justiça procedimental. Se os indivíduos contactam há mais tempo com os procedimentos já obtiveram mais informação sobre estes (Rego *et al.*, 2002;

Cunha *et al.*, 2007).

Finalmente, define-se o objetivo específico 4 de compreender se os indivíduos com menor classificação na última avaliação final são os mais sensíveis à justiça informacional. Para isso coloca-se a hipótese de investigação F *Os indivíduos com menor classificação na última avaliação final registam maior percepção de injustiça informacional*. Quando uma classificação é baixa, as pessoas são mais sensíveis às explicações que são dadas, nomeadamente no que se refere à informação adequada em relação aos procedimentos e resultados. Se a classificação é baixa, os indivíduos necessitam que lhes sejam dadas informações, de modo a compreenderem que a AD não sofreu erros (Greenberg, 1993; Erdogan, 2002).

Pesquisa empírica

O inquérito por questionário aplicado aos inspetores do trabalho da ACT construiu-se a partir da investigação levada a cabo por Sotomayor (2006), que inclui itens pertencentes às escalas originais dos autores Folger e Konovsky (1989), Moorman (1991), Sweeney e McFarlin (1997), Colquitt (2001) e Cropanzano, Prehar e Chen (2002), com as adaptações ao contexto e objetivos da pesquisa.

Para garantir a adequabilidade do inquérito por questionário e avaliar se o seu desenho correspondia aos objetivos inicialmente formulados, realizou-se um pré-teste. Os inquiridos do pré-teste foram escolhidos aleatoriamente, permitindo em que cada secção pudessem fazer as observações que considerassem pertinentes. Foram recolhidos quatro inquéritos respondidos, dos quais resultaram algumas alterações ao inquérito por questionário inicial.

Estimou-se a consistência interna da escala utilizada no pré-teste, através do cálculo do *alfa de cronbach*, utilizando o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). O *alfa de cronbach* averigua a fiabilidade e aplicabilidade das escalas, sendo aceitáveis valores superiores a 0,6 (Malhotra, 2010). O *alfa de cronbach* para o total de itens da escala utilizada no inquérito por questionário final foi de $\alpha = 0,984$, o que traduz elevada consistência interna (Fortin, 2009). Em todas as dimensões da escala utilizadas e em cada instrumento de avaliação em análise, verifica-se, igualmente, elevada consistência interna, e consequentemente elevada fiabilidade, conforme a tabela 1 abaixo apresentada.

Tabela 1 – Resultados do alfa de cronbach do inquérito por questionário final

Dimensões	Alfa de cronbach
Avaliação final: justiça distributiva	$\alpha = 0,950$
Avaliação final: justiça procedimental	$\alpha = 0,903$
Avaliação final: justiça interpessoal	$\alpha = 0,957$
Avaliação final: justiça informacional	$\alpha = 0,939$
Avaliação final: justiça distributiva + justiça procedimental + justiça interpessoal + justiça informacional	$\alpha = 0,970$
Monitorização do desempenho: justiça distributiva	$\alpha = 0,965$
Monitorização do desempenho: justiça procedimental	$\alpha = 0,851$
Monitorização do desempenho: justiça interpessoal	$\alpha = 0,957$
Monitorização do desempenho: justiça informacional	$\alpha = 0,956$
Monitorização do desempenho: justiça distributiva + justiça procedimental + justiça interpessoal + justiça informacional	$\alpha = 0,966$

Para a exploração das hipóteses de investigação o inquérito por questionário dividiu-se em quatro secções. A primeira secção contém uma breve introdução, onde é apresentado o tema e as instruções. A segunda secção integra perguntas que permitem caracterizar os inquiridos (género, idade, categoria de inspeção, antiguidade, local de atuação, habilitações literárias e classificação obtida na última AD), assim como questões específicas cujo objetivo é recolher dados e opiniões acerca das temáticas em estudo. Essas questões específicas pretendem averiguar se os respondentes consideram que o cumprimento dos objetivos fixados no processo de AD contribuem para o alcance da missão da ACT; a similitude entre o resultado da avaliação final e da autoavaliação; se a reformulação dos objetivos refletiu a monitorização do desempenho; por quem foram fixados os objetivos de AD; se consideram que as classificações atribuídas deveriam ser tornadas públicas, e se o sistema de AD adotado na ACT permite um controlo qualitativo dos resultados.

A pesquisa contempla uma análise bifocal, tendo em conta os instrumentos de AD utilizados na ACT (avaliação final e monitorização do desempenho), pelo que a secção três inclui questões relacionadas com a perceção de JO relativamente à avaliação final, enquanto a secção quatro se refere à perceção de JO relativamente à monitorização do desempenho. Em ambas as secções foi usada a Escala de *Likert* que consiste na apresentação de 7 proposições.

No final do inquérito por questionário inseriu-se a possibilidade (campo não obrigatório) dos inquiridos tecerem observações acerca do processo de AD utilizado na organização.

O inquérito por questionário final foi construído através do *google forms*, um aplicativo gratuito, capaz de criar inquéritos *online* e acumular as respostas obtidas, que podem ser utilizadas

numa folha de cálculo para posterior tratamento em SPSS. Construído o inquérito por questionário, o *google forms* criou um *link* que foi encaminhado aos respondentes, via *email*, tendo ficado disponível para resposta no período entre 14 de abril a 22 de maio de 2020.

Obtiveram-se 99 inquéritos por questionário válidos, de um universo de 303 inspetores, que foram codificados e introduzidos numa base de dados para tratamento estatístico, mediante o programa SPSS. Relativamente à questão aberta colocada no final do inquérito por questionário que assumia carácter facultativo, efetuou-se o tratamento qualitativo dos dados, através de análise de conteúdo, utilizando para o efeito o software *QSR NVivo Pro*.

Do total dos inquiridos, 66,7% são mulheres, aproximando-se da distribuição associada à totalidade dos inspetores da ACT, onde 73,0% são mulheres e 27,0% homens (ACT, s.d.). Dos respondentes, 54,6% dos indivíduos situam-se entre os 41 e os 50 anos, sendo o grupo etário com maior predominância. Já relativamente às habilitações literárias, 40,4% possui pós-graduação e 35,3% licenciatura, sendo os conjuntos com maior peso no total de participantes, o que era previsível, uma vez que atualmente, é exigida a licenciatura enquanto habilitação mínima para desempenhar o cargo de inspetor do trabalho.

As categorias de inspeção que concentram maior número de respondentes é a de inspetor e de inspetor principal, o que se coaduna com a sua distribuição etária, pois compreensivamente as categorias de inspetor superior e de inspetor superior principal agrupam inspetores com idade mais avançada. Este cenário também pode ser explicado pelo facto do setor público ter atravessado um período de congelamento de carreiras na segunda década do século XXI (Vicente, 2014), não permitindo o posicionamento em massa em categorias de inspeção superiores. Os respondentes encontram-se divididos por 27 delegações distintas, havendo um maior número pertencente ao Centro Local do Grande Porto (19,2%) e ao Centro Local de Lisboa Oriental (12,1%). Quanto à antiguidade na categoria de inspeção, verifica-se que 57,6% tem entre 6 a 15 anos de antiguidade. No que se refere à antiguidade na organização, regista-se que 47,5% possui entre 6 a 15 anos de antiguidade. No que respeita à classificação obtida na última avaliação final, observa-se que 64,6% obtiveram desempenho adequado, 33,4% desempenho relevante e apenas 2,0% desempenho excelente.

Discussão dos resultados

Através do teste à hipótese A verificasse que, quer na avaliação final quer na monitorização do desempenho, a vertente distributiva regista maior perceção de injustiça. Os valores encontrados, apresentados na tabela 2, mostrados por meio de medidas de tendência central, a saber, média e desvio padrão (Odelius e Rabelo dos Santos, 2008), situam-se abaixo do ponto médio (4),

significando que os inspetores se revelam insatisfeitos com os resultados que lhes são atribuídos. Na avaliação final, este resultado ($\bar{x}=2,79$)³ pode ser explicado pelo facto de haver um sistema de quotas em que 75,0% das pessoas nunca terão o seu desempenho considerado relevante, assim como 95,0% dos trabalhadores nunca poderão ter um desempenho considerado excelente. Tal como foi mencionado por oito dos participantes na resposta facultativa inserida no inquérito por questionário “*As classificações são atribuídas superiormente sem margem para negociação.*”. Não havendo o sistema de quotas na monitorização do desempenho, compreende-se que o valor encontrado ($\bar{x}=3,79$)⁴ seja superior ao da avaliação final. De acordo com Flint (1999) e Correia *et al.* (2019), quando a perceção de injustiça distributiva é elevada, há tendência para os trabalhadores diminuírem o seu empenho. É possível que, perante perceção de injustiça distributiva, os trabalhadores se sintam insatisfeitos, podendo observar-se casos de *turnover*, absentismo e conflito (Cunha *et al.*, 2007).

A hipótese B é confirmada, conforme os valores descritos na tabela 2, verificando-se que na avaliação final o valor encontrado para quantificar a perceção de JO em relação à AD ($\bar{x}=3,99$)⁵, mostrado por meio de medidas de tendência central (Odellius e Rabelo dos Santos, 2008), situa-se abaixo do ponto médio (4), enquanto na monitorização do desempenho esse valor ($\bar{x}=4,42$)⁶ se encontra acima do ponto médio. Como foi apontado anteriormente, a explicação pode residir no facto da monitorização do desempenho não estar sujeita a um regime de quotas, evitando erros de tendência central, aliado a uma periodicidade mais estreita, evitando erros de receticidade. Essa periodicidade mais estreita permite que existam encontros periódicos onde os intervenientes conhecem a oportunidade de discutir os erros apontados (Kihama e Wainaina, 2019). Porém, observa-se que a diferença de perceção de JO não é muito elevada. Se, por um lado, a avaliação final é influenciada pelo respeito do sistema de quotas imposto pelo SIADAP, a monitorização do desempenho confere maior relevância à quantidade e não à qualidade com o que o trabalho inspetivo é determinado, havendo em ambos os instrumentos fatores de desagrado. Para além disso, na monitorização do desempenho os resultados são passíveis de ser comunicados em equipa e eletronicamente o que pode causar insatisfação pelo facto de não ser dada uma atenção individual e confronto face a face.

³ O desvio padrão assume o valor de 2,07.

⁴ O desvio padrão assume o valor de 2,08.

⁵ O desvio padrão assume o valor de 2,27.

⁶ O desvio padrão assume o valor de 2,19.

Tabela 2: Perceção de justiça organizacional relativamente à “avaliação final” e à “monitorização do desempenho nas diversas dimensões

Dimensão	Média	Desvio padrão
Avaliação final: justiça distributiva	2,79	2,07
Avaliação final: justiça procedimental	3,75	2,12
Avaliação final: justiça interpessoal	5,40	1,95
Avaliação final: justiça informacional	4,02	2,17
Avaliação final: justiça distributiva + justiça procedimental + justiça interpessoal + justiça informacional	3,99	2,27
Monitorização do desempenho: justiça distributiva	3,79	2,08
Monitorização do desempenho: justiça procedimental	4,56	2,06
Monitorização do desempenho: justiça interpessoal	5,36	1,90
Monitorização do desempenho: justiça informacional	3,98	2,09
Monitorização do desempenho: justiça distributiva + justiça procedimental + justiça interpessoal + justiça informacional	4,42	2,19

Com os resultados obtidos no teste à hipótese C verifica-se que nas 27 delegações inquiridas os resultados revelam-se bastante distintos. Duas das delegações destacam-se pela baixa perceção de justiça relativamente à AD, sendo elas o Centro Local do Alentejo Central ($\bar{x}=1,19$)⁷ e a Unidade Local de Viseu ($\bar{x}=1,56$)⁸. Pelo contrário surgem 4 delegações que possuem elevada perceção de justiça relativamente à AD, das quais o Centro Local do Lis ($\bar{x}=5,64$)⁹, a Unidade de Apoio ao Local do Oeste ($\bar{x}=5,24$)¹⁰, o Centro Local de Nordeste Transmontano ($\bar{x}=5,20$)¹¹ e o Centro Local de Entre Douro e Vouga ($\bar{x}=5,15$)¹². Conclui-se que há diferenças de perceção de JO relativamente à AD nas diferentes zonas geográficas de atuação, que podem ser explicadas pelo facto de “*Os objetivos são iguais entre unidades locais, havendo unidades que, por terem menos trabalho, são beneficiadas.*”, tal como foi mencionado por três inspetores na questão final de carácter facultativo. Como consideram Caetano (2008) e Islami *et al.* (2018) se os objetivos são iguais e o contexto de atuação diferente, pode gerar-se uma perceção de injustiça, pelo que urge a criação de um sistema que permita a comparabilidade das situações tendo em conta o seu contexto. Outra explicação possível relaciona-se com as delegações terem diferentes avaliadores capazes de influenciar imediatamente as vertentes da justiça interpessoal e informacional, ou seja, influenciar

⁷ O desvio padrão assume o valor de 1,06.

⁸ O desvio padrão assume o valor de 1,33.

⁹ O desvio padrão assume o valor de 1,79.

¹⁰ O desvio padrão assume o valor de 1,97.

¹¹ O desvio padrão assume o valor de 1,82.

¹² O desvio padrão assume o valor de 2,16.

a consideração que os avaliados possuem em relação à forma como são tratados pelos avaliadores e a qualidade e quantidade da informação que rececionam.

Verifica-se que a hipótese D foi suportada. Tendo em conta o género dos respondentes, foi realizado um teste *t de Student*, de modo a fazer uma comparação entre a perceção de JO relativamente à AD para homens e mulheres. Face aos resultados, verifica-se que as diferenças entre os géneros são muito reduzidas, originando que a perceção de JO relativamente à AD, no seu global, isto é, tendo em conta todas as dimensões estudadas, seja idêntica entre os homens ($\bar{x}=4,15$)¹³ e as mulheres ($\bar{x}=4,03$)¹⁴, que se justifica pelo facto do SIADAP não fazer distinções em função deste critério, não originando como consequência diferenças salariais acentuadas.

Analisados os resultados obtidos e apresentados através da tabela 3, a hipótese E não foi suportada. Para compreender os resultados obtidos, importa ter em conta o contexto de AD subjacente, ou seja, se se trata de um conjunto de indivíduos que apenas conheceram o sistema de SIADAP atualmente em vigor, ou trabalhadores que, ao longo do seu percurso, já foram avaliados segundo os sistemas de AD anteriores ao atual SIADAP. Pelo que se impõe uma análise distinta para esses dois grupos de trabalhadores.

Centrando a abordagem analítica nos inspetores apenas avaliados pelo atual SIADAP, interessa focar os trabalhadores com antiguidade até 15 anos. Comparando os inspetores compreendidos nessas faixas, verifica-se que os inspetores com antiguidade inferior a 6 anos possuem uma perceção de justiça procedimental superior aos inspetores cuja antiguidade (na categoria e na organização) se localiza entre os 6 e os 15 anos. Este resultado sugere que no curto prazo as pessoas são mais sensíveis aos resultados, enquanto ao longo do tempo se verifica a tendência para obter mais informação sobre os procedimentos usados, originando maior sensibilidade a estes, e, por conseguinte, à justiça procedimental. Se se terminasse a análise por aqui, a hipótese E seria suportada.

Porém, ao contemplar a totalidade dos respondentes, verifica-se que os inspetores com antiguidade superior a 15 anos apresentam maior perceção de justiça procedimental, quando comparados com os inspetores com antiguidade compreendida entre os 6 e os 15 anos, não suportando a hipótese E. Estes resultados podem ser explicados com a evolução do sistema de AD adotado pela ACT, pois conforme dois inspetores mencionaram na questão facultativa acerca do processo de AD usado na ACT, “*O SIADAP não é perfeito, porém os seus procedimentos são muito melhores que os do anterior sistema de AD.*”. De facto, o SIADAP atualmente em vigor foi implementado pela via legislativa em 2007, por isso se se considerar os inspetores cuja antiguidade permitiu conhecer apenas este sistema (antiguidade até 15 anos), a hipótese E é suportada. Porém

¹³ O desvio padrão assume o valor de 2,10.

¹⁴ O desvio padrão assume o valor de 2,28.

quando se abrange os inspetores que conheceram os anteriores sistemas de AD, verifica-se que consideram que a vertente de justiça procedimental assumiu maior justiça com a implementação do atual SIADAP, o que traduz uma evolução positiva dos sistemas de AD ao longo dos anos, no que se refere à equidade e transparência dos procedimentos usadas, bem como à possibilidade de recurso das decisões tomadas.

Tabela 3: Perceção de justiça procedimental e antiguidade

Justiça procedimental		Avaliação final		Monitorização do desempenho	
		Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Antiguidade na categoria de inspeção	0 – 5 anos	3,64	1,59	4,08	1,64
	6 – 15 anos	3,40	2,03	3,86	1,96
	16 – 30 anos	4,19	2,25	4,14	2,27
	31 – 46 anos	5,17	1,66	5,22	1,59
Antiguidade na ACT	0 – 5 anos	4,38	2,00	4,60	1,92
	6 – 15 anos	3,35	1,96	3,76	1,93
	16 – 30 anos	3,85	2,24	4,08	2,17
	31 – 46 anos	5,00	1,86	4,97	1,98

Os resultados obtidos, sinalizados na tabela 4, permitem confirmar a hipótese F, uma vez que se verifica que os inspetores que obtiveram na avaliação final a menção de desempenho excelente exibem maior perceção de justiça informacional, quando comparados com os que obtiveram desempenho relevante. Estes últimos, também evidenciam maior perceção de justiça informacional em relação aos indivíduos que obtiveram desempenho adequado.

Tabela 4: Perceção de justiça informacional e classificações

Classificação na última avaliação final	Justiça informacional	
	Média	Desvio padrão
Adequado	3,57	2,17
Relevante	4,74	1,94
Excelente	6,25	0,86

Tais resultados confirmam que quando as classificações exibem valores mais baixos, os avaliados revelam-se mais exigentes relativamente às explicações dadas, necessitando de informação mais completa acerca do processo de AD, de modo a verificarem que os resultados não foram enviesados em função de erros.

Conclusões

O presente artigo procura desenvolver uma análise diferenciada acerca da perceção de JO fundamentada na AD, manifestada pelos inspetores do trabalho da ACT, que distingue e explica os resultados obtidos em função dos instrumentos de AD utilizados (avaliação final e monitorização do desempenho). Para isso, operacionaliza o modelo tetradimensional de JO que considera as vertentes distributiva, procedimental, interpessoal e informacional. No processo de AD, a justiça distributiva diz respeito às classificações atribuídas e a justiça procedimental relaciona-se com os procedimentos utilizados que conduzem à tomada de decisão, nomeadamente os critérios de transparência, a possibilidade de serem ouvidos e de recorrerem de decisões. A justiça interpessoal reporta à qualidade do tratamento que os avaliados recebem por parte dos avaliadores ao longo do processo de AD e a justiça informacional avalia a quantidade e qualidade da informação que um avaliado recebe no processo de AD.

A investigação empírica permite constatar que a vertente de justiça distributiva é a que apresenta valores de maior perceção de injustiça relativamente à AD, quer na avaliação final, quer na monitorização do desempenho, revelando insatisfação face aos resultados obtidos. Quando comparados os instrumentos de AD utilizados, verifica-se que a avaliação final regista maior perceção de injustiça, em comparação com a monitorização do desempenho, apesar dessa diferença não ser muito elevada. A perceção de JO relativamente à AD apresenta valores distintos nas diversas zonas geográficas de atuação dos inspetores do trabalho, e não varia significativamente em função do género. No que se refere à antiguidade (quer na categoria de inspeção, quer na organização), concluiu-se que a sugestão de Rego *et al.* (2002) e Cunha *et al.* (2007), que dita que os indivíduos que já passaram por maior número de processos avaliativos são mais sensíveis à justiça procedimental, pode ser verdadeira ao considerar-se unicamente os inspetores que, ao longo do seu percurso profissional, foram avaliados somente através do atual SIADAP. Porém, quando se analisam os inspetores que conheceram os processos de AD anteriores ao atual SIADAP, verifica-se que o aumento da antiguidade, por si só, não determina o aumento da perceção de injustiça procedimental. Sintonizando com os estudos de Erdogan (2002), confirmou-se que os inspetores com menor classificação na última avaliação final correspondem aos que registam maior perceção de injustiça informacional.

Numa altura em que o Governo Português assume, como uma das prioridades governativas, a melhoria do sistema de AD no setor público, importa compreender de que forma se pode alcançar esse objetivo. Deste modo, esta pesquisa identifica falhas que carecem de ser corrigidas no processo de AD, relativamente à perceção de JO. Com efeito, sugerem-se modificações em diferentes

vertentes do processo de AD, com o intuito de elevar a perceção de JO. Na avaliação final, revela-se pertinente uma maior preocupação com a vertente distributiva e procedimental, com vista à diminuição da perceção de injustiça. Sendo difícil uma alteração na vertente distributiva, pelo facto de ter de cumprir as quotas impostas, seria importante que a ACT introduzisse uma preocupação acrescida ao nível da objetividade e transparência dos procedimentos que conduzem aos resultados. Já na monitorização do desempenho, apontam-se alterações associadas à vertente distributiva e informacional da justiça. Entende-se que, na fixação dos objetivos, importa uma maior intervenção por parte dos avaliados, para que estes se sintam envolvidos no processo de AD e, conseqüentemente haja uma maior aceitação deste e um acréscimo da perceção de justiça procedimental (Correia *et al.*, 2019; Klein *et al.*, 2019). Sugere-se que o resultado da monitorização do desempenho seja comunicado de forma presencial, para permitir um contacto mais personalizado, capaz de possibilitar o debate acerca dos resultados a atribuir, podendo aumentar a perceção de justiça distributiva e informacional. A implementação de ações de formação e a utilização de sistemas de comunicação claros acerca da AD poderia aumentar a perceção de justiça interpessoal e informacional (Colquitt, 2001), uma vez que os inspetores consideram existir uma burocratização excessiva e um insuficiente fornecimento de informações necessárias. Finalmente, não dispondo os gestores públicos de autonomia e liberdade semelhantes às dos gestores privados na vertente da justiça distributiva no âmbito da avaliação final (por terem de cumprir as quotas fixadas), poderiam privilegiar as restantes vertentes da JO, de modo a tentar anular os efeitos negativos que se evidenciem na vertente distributiva.

Referências Bibliográficas

AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO (2015), *Referencial da Atividade Inspetiva*, Lisboa, Autoridade para as Condições do Trabalho.

AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO (2017), *Relatório de Atividades 2017*, Lisboa, Autoridade para as Condições do Trabalho.

AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO (s.d.), *Plano de Atividades 2019*, Lisboa, Autoridade para as Condições do Trabalho.

ADAMS, John Stacey (1965), “Inequity in Social Exchange”, *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 2, pp.267-299.

ARYEE, Samuel; BUDHWAR, Pawan; CHEN, Zhen Xiong (2002), “Trust as a Mediator of the Relationship Between Organizational Justice and Work Outcomes: Test of a Social Exchange Model”, *Journal of Organizational Behavior: The International Journal of Industrial, Occupational and Organizational Psychology and Behavior*, 23(3), pp.267-285.

BIES, Robert; SHAPIRO, Debra (1987), “Interactional Fairness Judgments: The Influence of Causal

MOURA, Renata de Araújo e CRUZ, Sofia Alexandra (2021), “Avaliação de desempenho e justiça organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 6-21.

Accounts”, *Social Justice Research*, 1 (2), pp.199-218.

BOACHIE-MENSAH, Francis; SEIDU, Peter Awini (2012), “Employees' Perception of Performance Appraisal System: A Case Study”, *International Journal of Business and Management*, 7(2), pp.73-88.

CAETANO, António (2008), *Avaliação de Desempenho-O Essencial que Avaliadores e Avaliados Precisam de Saber*, Lisboa, Lisboa Horizonte.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela (2008), *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem (2ª edição)*, Lisboa, Universidade Aberta.

CARUTH, Donald; HUMPHREYS, John (2008), “Performance Appraisal: Essential Characteristics for Strategic Control”, *Measuring Business Excellence*, 12(3), pp.24- 32.

CARVALHO, Maria Teresa Geraldo (2006), *A Nova Gestão Pública, as reformas no sector da saúde e os profissionais de enfermagem com funções de gestão em Portugal*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais – Universidade de Aveiro.

CAWLEY, Brian; KEEPING, Lisa; LEVY, Paul (1998), “Participation in the Performance Appraisal Process and Employee Reactions: A Meta-Analytic Review of Field Investigations”, *Journal of Applied Psychology*, 83(4), pp.615-633.

COHEN-CHARASH, Yochi; SPECTOR, Paul (2001), “The Role of Justice in Organizations: A Meta-Analysis”, *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 86(2), pp.278-321.

COLQUITT, Jason (2001), “On The Dimensionality of Organizational Justice: A Construct Validation of a Measure”, *Journal of Applied Psychology*, 86(3), pp.386-400.

CORREIA, Pedro; MENDES, Ireneu; SILVA, Sara (2019), “A Perceção de Justiça na Avaliação do Desempenho na Administração Pública e a Produtividade”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 37, pp.31-50.

CROPANZANO, Russell; PREHAR, Cynthia; CHEN, Peter (2002), “Using Social Exchange Theory to Distinguish Procedural from Interactional Justice”, *Group & Organization Management*, 27(3), pp.324-351.

CUNHA, Miguel; REGO, Arménio; CUNHA, Rita; CABRAL-CARDOSO, Carlos (2007), *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*. Lisboa, Editora RH.

DEMING, Edwards (2018), *The New Economics for Industry, Government, Education*, MIT Press.

EKMEKCIOGLU, Emre Burak; AYDOGAN, Enver (2019), “A Moderated Mediation Model of the Relationship Between Organizational Justice and Turnover Intention”, *International Journal of Organizational Analysis*, vol. 27 n.º4, pp.1073-1092.

ERDOGAN, Berrin (2002), “Antecedents and Consequences of Justice Perceptions in Performance Appraisals”, *Human Resource Management Review*, 12(4), pp.555-578.

FERREIRA, Maria Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António (2001), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Amadora, McGraw-Hill de Portugal.

FESTINGER, Leon (1954), “A Theory of Social Comparison Processes”, *Human Relations*, 7(2), pp.117-140.

FLINT, Douglas (1999), “The Role of Organizational Justice in Multi-source Performance Appraisal: Theory-based Applications and Directions for Research”, *Human Resource Management Review*, 9(1), pp.1-20.

MOURA, Renata de Araújo e CRUZ, Sofia Alexandra (2021), “Avaliação de desempenho e justiça organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 6-21.

FOLGER, Robert; KONOVSKY, Mary (1989), “Effects of Procedural and Distributive Justice on Reactions to Pay Raise Decisions”, *Academy of Management Journal*, 32(1), pp.115- 130.

FOLGER, Robert; KONOVSKY, Mary; CROPANZANO, Russell (1992), “A Due Process Metaphor for Performance Appraisal”, *Research in Organizational Behavior*, 14, pp.129-177.

FORTIN, Marie-Fabienne. (2009), *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*, Loures, Lusociência.

GOMES, Jorge *et al.* (2008), *Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano*, Lisboa, Edições Sílabo.

GREENBERG, Jerald (1990), “Organizational Justice: Yesterday, Today, and Tomorrow”, *Journal of Management*, 16(2), pp.399-432.

GREENBERG, Jerald (1993), “The Intellectual Adolescence of Organizational Justice: You've Come a Long Way, Maybe”, *Social Justice Research*, 6(1), pp.135-148.

GRUMAN, Jamie; SAKS, Alan (2011), “Performance Management and Employee Engagement”, *Human Resource Management Review*, 21(2), pp.123-136.

HOMANS, George (1961), *Social Behavior: Its Elementary Forms*, London, Routledge and Kegan Paul.

ISLAMI, Xhavit; MULOLLI, Enis; MUSTAFA, Naim (2018), “Using Management by Objectives as a Performance Appraisal Tool for Employee Satisfaction”, *Future Business Journal*, 4(1), pp.94-108.

KIHAMA, Josephine Wangari; WAINAINA, Lawrence (2019), “Performance Appraisal Feedback and Employee Productivity in Water and Sewerage Companies in Kiambu County, Kenya”, *International Academic Journal of Human Resource and Business Administration*, 3(5), pp.376-393.

KLEIN, Luciana; BEUREN, Ilse Maria; DAL VESCO, Delci (2019), “Effects of the Management Control System in Unethical Behaviors”, *RAUSP Management Journal*, 54(1), pp.54-76.

KWANTES, Catherine; BOND, Michael (2019), “Organizational Justice and Autonomy as Moderators of the Relationship Between Social and Organizational Cynicism”, *Personality and Individual Differences*, vol.151, pp.1-10.

LEBAS, Michel (1995), “Performance Measurement and Performance Management”, *International Journal of Production Economics*, 41(1-3), pp.23-35.

Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública.

LIND, Allan; TYLER, Tom (1988), *The Social Psychology of Procedural Justice* Plenum Press, New York, NY.

LÓPEZ-CABARCOS, Ángeles; MACHADO-LOPES-SAMPAIO-DE PINHO, Ana Isabel; VÁZQUEZ-RODRÍGUEZ, Paula (2015), “The Influence of Organizational Justice and Job Satisfaction on Organizational Commitment in Portugal’s Hotel Industry”, *Cornell Hospitality Quarterly*, 56(3), pp.258-272.

MADUREIRA, César (2016), “Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública Portuguesa (SIADAP): Balanço de uma Década”, *Lusíada, Economia e Empresa*, n.º 20, pp.171-194.

MALHOTRA, Naresh (2010), *Marketing Research: Na Applied Approach Orientation*, (6ª ed.) Pearson Education.

MCDOWALL, Almuth; FLETCHER, Clive (2004), “Employee Development: An Organizational Justice Perspective”, *Personnel Review*, 33(1), pp.8-29.

MOURA, Renata de Araújo e CRUZ, Sofia Alexandra (2021), “Avaliação de desempenho e justiça organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 6-21.

MOHRMAN Jr, Allan *et al.* (1989), *Designing Performance Appraisal Systems: Aligning Appraisals and Organizational Realities*, San Francisco, Jossey-Bass.

MOORMAN, Robert (1991), “Relationship Between Organizational Justice and Organizational Citizenship Behaviors: Do Fairness Perceptions Influence Employee Citizenship?”, *Journal of Applied Psychology*, 76(6), pp.845-855.

NAUMANN, Stefanie Elizabeth; BENNETT, Nathan (2000), “A Case for Procedural Justice Climate: Development and Test of a Multilevel Model”, *Academy of Management Journal*, 43(5), pp.881-889.

ODELIUS, Catarina Cecília; RABELO DOS SANTOS, Angelino (2008), “Percepção de Justiça Organizacional de Sistemas de Remuneração em Organizações Públicas”, *Revista Alcance*, 15(2), pp.226-242.

PARÁISO, Isabel; DIAS, José Henrique (2011), “O Sistema de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Portuguesa: Efeitos da sua Prática no Contrato Psicológico dos Colaboradores”, *Interações*, n.º 20, pp.101-132.

REGO, Arménio (2000), “Justiça Organizacional: Desenvolvimento e Validação de um Instrumento de Medida”, *Psicologia*, 14(2), pp.285-307.

REGO, Arménio *et al.* (2002), “Justiça nas Organizações: Um Modelo Tetra-Dimensional”, *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 2(2), pp.113-142.

REGO, Arménio; CUNHA, Miguel Pina (2010), “Organisational Justice and Citizenship Behaviors: A Study in the Portuguese Cultural Context”, *Applied Psychology*, 59(3), pp.404-430.

REIFSCHNEIDER, Marina Becker (2008), “Considerações sobre Avaliação de Desempenho”, *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 16(58), pp.47-58.

ROCHA, Oliveira (2010), *Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública*. Lisboa, Escolar Editora.

ROCH, Sylvia; SHANOCK, Linda (2006), “Organizational Justice in an Exchange Framework: Clarifying Organizational Justice Distinctions”, *Journal of Management*, 32(2), pp.299-322.

SERRANO, Orlando (2011), “Desafios da Avaliação de Desempenho no Ministério da Educação e Ciência: O Caso do Instituto Politécnico de Portalegre”, *8º Congresso Nacional da Administração Pública – INA*, pp.57-77.

SOTOMAYOR, Ana (2006), *As Percepções de Justiça Organizacional na Avaliação de Desempenho: Consequências sobre o Compromisso Organizacional e o Compromisso face ao Superior Hierárquico*, Tese de Doutoramento em Gestão - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

SOTOMAYOR, Ana (2007), “Avaliação de Desempenho e Compromisso Organizacional: A Perspectiva da Justiça Organizacional”, *Revista Universo Contábil*, 3(3), pp.87-100.

SWEENEY, Paul; MCFARLIN, Dean (1997), “Process and Outcome: Gender Differences in the Assessment of Justice”, *Journal of Organizational Behavior: The International Journal of Industrial, Occupational and Organizational Psychology and Behavior*, 18(1), pp.83-98.

THIBAUT, John; WALKER, Laurens (1975), *Procedural Justice: A Psychological Analysis*, L. Erlbaum Associates.

VALVERDE, Camilo; CUNHA, Liliana; CORREIA, Fernanda (2006), “O Vivido de um Inspector do

MOURA, Renata de Araújo e CRUZ, Sofia Alexandra (2021), “Avaliação de desempenho e justiça organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 6-21.

Trabalho em Portugal - João Fraga de Oliveira”, *Laboreal*, 2(N.º1), pp.18-23.

VICENTE, Mara (2014), “Avaliação do Desempenho no Setor Público: Benefícios, Dificuldades e Consequências Não Intencionadas”, *CIES e-Working Papers*, n.º 186/2014, pp.1-23.

Renata de Araújo Moura (autora de correspondência). Câmara Municipal de Gondomar (Gondomar, Portugal). Endereço de correspondência: Praça Manuel Guedes, 4420-193 Gondomar. Email: renata.ar.moura@gmail.com

Sofia Alexandra Cruz. Faculdade de Economia do Porto (Porto, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Rua Dr. Roberto Frias 4200-464 Porto. Email: sacruz@fep.up.pt

Artigo recebido em 13 fevereiro de 2021. Aprovado para publicação em 15 de maio de 2021.

Translating Recent Cases of Justice System Reforms into Theoretical Pillars: The Portuguese Case Study

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade de Lisboa

Sandra Patrícia Marques Pereira

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade de Lisboa

Abstract

The theoretical models of public administration do not always accurately represent the reality that shapes the basis of public decisions. The approaches, techniques and instruments chosen often have opposite effects. Public management reforms have become their own policy, which encompasses a group of reform menus based on several theoretical approaches (Pollitt, 2018). The objective of this work is to create a bridge between theoretical foundations and cases of recent reforms in Portuguese justice. For this, we opt for a qualitative methodological approach, using documentary analysis and content analysis as the data analysis technique. Three sets of reforms in the judicial area are presented, summarizing their objectives and their respective frameworks and results. Through the content analysis, it was possible to successfully relate the New Public Management and Governance to the reforms studied in the justice sector.

Keywords: Models of Public Administration, Justice Administration, Public Policies.

Traduzir Casos Recentes de Reformas do Sistema de Justiça em Pilares Teóricos: O Estudo de Caso Português

Resumo

Os modelos teóricos da Administração Pública nem sempre representam, de forma precisa, a realidade que molda os alicerces das decisões públicas. As abordagens, técnicas e instrumentos pelos quais se optam, frequentemente apresentam efeitos contrários aos esperados. As reformas na gestão pública cresceram, tornando-se numa própria política em si, englobando um aglomerado de menus de reformas baseados nas várias abordagens teóricas (Pollitt, 2018). O objetivo do presente trabalho pauta-se pela criação de uma ponte entre os fundamentos teóricos e casos de reformas recentes na Justiça Portuguesa. Para tal, optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa, utilizando como técnica de análise de dados a análise documental e a análise de conteúdo. São apresentados três conjuntos de reformas na área judicial, enunciando os seus objetivos e respetivo enquadramento e resultados, sucintamente. Com recurso a análise de conteúdo, foi possível relacionar com sucesso a Nova Gestão Pública e a Governança com as reformas estudadas na área judicial.

Palavras-chave: Modelos de Administração Pública; Administração da Justiça; Políticas Públicas.

Traduire des cas récents de réformes du système de justice en piliers théoriques : l'étude de cas Portugaise

Résumé

Les modèles théoriques de l'administration publique ne représentent pas toujours fidèlement la réalité qui façonne les fondements des décisions publiques. Les approches, techniques et instruments choisis ont souvent des effets opposés à ceux attendus. Les réformes de la gestion publique se sont développées, devenant une politique en soi, englobant un ensemble de menus de réforme basés sur les différentes approches théoriques (Pollitt, 2018). L'objectif du présent travail est de créer un pont entre les fondements théoriques et les cas de réformes récentes de la justice portugaise. Pour cela, nous avons opté pour une approche méthodologique qualitative, utilisant l'analyse de documents et l'analyse de contenu comme technique d'analyse des données. Trois séries de réformes sont présentées dans le domaine judiciaire, énonçant brièvement leurs objectifs et leur cadre et leurs résultats respectifs. Grâce à l'analyse de contenu, il a été possible de lier avec succès la nouvelle gestion publique et la gouvernance aux réformes étudiées.

Mots clés: Modèles d'administration publique; L'administration de la justice; Politique publique.

Traducir casos recientes de reformas del sistema de justicia en pilares teóricos: el estudio de caso portugués

Resumen

Los modelos teóricos de la administración pública ni siempre representan con precisión la realidad que configura la base de las decisiones públicas. Los enfoques, técnicas e instrumentos elegidos a menudo tienen efectos opuestos. Las reformas de la gestión pública se han convertido en una política propia, que engloba un conjunto de menús de reforma basados en distintos enfoques teóricos (Pollitt, 2018). El objetivo del presente trabajo es crear un puente entre los fundamentos teóricos y los casos de reformas recientes en la justicia portuguesa. Para ello, optamos por un enfoque metodológico cualitativo, utilizando el análisis documental y el análisis de contenido como técnica de análisis de datos. Se presentan tres conjuntos de reformas en el ámbito judicial, resumiendo sus objetivos y sus respectivos marcos y resultados. A través del análisis de contenido, fue posible relacionar con éxito la Nueva Gestión Pública y Gobernanza con las reformas estudiadas en el ámbito judicial.

Palabras clave: Modelos de Administración Pública, Administración de Justicia, Políticas Públicas.

Introduction

This research was prompted primarily by the importance of establishing concepts of efficiency, effectiveness, and quality in Justice (Correia e Moreira, 2016; Pereira, 2020), based on the theoretical foundations of public administration models (Pollitt, 2018). Society's growing expectations of the justice system make this a relevant issue, that opens up a vast sphere of study (Correia, 2012; Correia e Bilhim, 2019). Our aim is accordingly to build a bridge between theoretical foundations and recent cases of reforms in Portuguese justice.

In order to achieve this, the present article is structured as follows: the first chapter explores the theoretical framework for the public administration models dominant in management

reforms, stressing the perspective of the respected academic, Christopher Pollitt. As a form of organizational framework, we present the Ministry of Justice, in accordance with the respective Organic Law. The chapter on methodology is followed by the findings, from documentary analysis and content analysis, and interpretation of those findings, drawing connections between the observations obtained from theory and practice.

1. Theoretical Framework

1.1. Reform in Public Administration: The New Public Management and Christopher Pollitt's Interpretation

The reform of Public Administration during the 1980s and 1990s became a policy in its own right, constantly evolving in the academic sphere. New Public Management lent vigor to management reform, also known by others as the Reinventing Government. Pollitt presents his own interpretation of this evolution in progress, stating that “academic thinking has become more discretionary, more nuanced and tolerant, with the understanding of the need for diversity” (2018:18).

The New Public Management model is a two-tier phenomenon: at a higher level, there is a theory/doctrine that defends improving the public service by adopting concepts, techniques, and values from the private sector. Below this we find concepts and actual practices more specifically related to performance, disaggregation and specialization, introduction of market mechanisms and a "client" orientation, applying improvements in service quality (Pollitt, 2018).

Osborne and Gaebler, authors of a book entitled “Reinventing Government” pointed to an unavoidable global trend: reinvention. Basing their work on fundamental principles for the birth of an enterprise administration: catalyzer administration, community-owned administration, competitive administration, mission-oriented administration, results oriented administration, client-oriented administration, enterprise-type administration, proactive administration, decentralized administration and market-oriented administration (Bilhim, 2013).

However, the idea of a global tendency, as the best model to be followed by all countries, was removed from the scenario. Several arguments are advanced: New Public Management is not a wholly coherent set of ideas, but rather a model that presents ambiguities; experience shows that reforms do not always work out as intended; the model is best suited to certain departments, and complex services, such as health or education, have not enjoyed success; comparisons between countries show that New Public Management is not a global tendency, because whilst

some countries had adopted only certain measures, others have been reluctant to implement any type of reform based on this theoretical framework (Pollitt, 2018).

Reforms implemented on the basis of New Public Management or Reinventing Government sought to get round six problematic issues in the workings of the public sector: productivity/efficiency, i.e. "how to do more with less"; strengthening the market as a cure for the bureaucratic legacy; bringing government closer to citizens, in order to improve the public service provided, so as to satisfy society's needs; decentralized decision-making; greater competence for management of public policy by government; and accountability of politicians. However, the paths set out in the reforms of the 1980s and 1990s led to fragmentation and what was called the "hollow state" (Bilhim, 2013; Correia, Jesus and Bilhim, 2016; Bilhim, 2017). The state's unique and majestic place gave way to a myriad of operations, so that it is often no longer the most important actor in a web of institutional relations distributing public services to citizens (Bilhim, 2017:10).

The traditional bureaucratic model was left behind in the quest for efficiency, decentralization, practices designed to offer transparency and attempts to respond to the problems mentioned above. In this context, where the dynamic between state and citizen was reinvented, after the failings of New Public Management, we now speak of Governance (Bilhim, 2017).

1.2 Reform in Public Administration: Governance

Governance recognizes the nuances of the nature of public management and its uncertainties and fragmentations. It lays stress on inter-organizational relations, transparency, equity, and quality of government processes (Bilhim, 2017). Governance theory points to styles of government which are more open and participative, with greater cooperation between the State and economic and civic partners, thereby establishing when and how responsibilities are shared, negotiations conducted between parties and decisions taken. The related principles are those of openness, participation, accountability, effectiveness, and coherence (European Commission, 2011).

We can see here the emergence of a new way of governing, through self-organized networks, with new forms of engagement between citizens and democratic institutions, clearly marking out a call for a historical transition (Hartley, 2005; Colebatch, 2014).

Table 1: Public Administration Paradigms

Characteristics	New Public Management	Governance
Context	Competitive	Continuous change
Population	Atomized	Diverse
Needs/Problems	Needs expressed in the market	Complex, volatile, and carrying risk
Strategy	Market and client-centered	Shaped by civil society
Actors	Markets; clients and suppliers	Networks and partnerships; civic leadership
Key Concepts	Public choice	Public value

Source: Hartley (2005)

According to Frederickson *et al.* (2012), Governance relates to the horizontal dynamics and the dynamics between institutions in public administration, set in a conjectured framework of declining sovereignty, shrinking importance of jurisdictional limits and institutional fragmentation. This author proposes grouping the concept under three distinct conceptions:

Table 2: Governance Conceptions

Synonymous with Public Administration and policy implementation	Synonymous with New Public Management	Theoretical body
Aims to unify the varied thinking in different areas in order to create a whole structure encompassing government activity.	New form of connection between citizen and state, with the aim of social welfare. Principles of this new thinking: productivity, market mechanisms, service-oriented, decentralization, transparency, accountability, and control of corruption.	Comprising horizontal and inter-institutional relations accompanied by reduced importance of jurisdictional barriers and organizational fragmentation.

Source: authors elaborations adapted from Frederickson *et al.* (2012)

However, Rhodes who explored this term further, argues that this fashionable concept is still imprecise. In the words of this academic: “Governance refers to self-organized inter-organizational networks, and those networks complement the markets and hierarchies such as government structures for allocation of resources and exercise of control and coordination” (1996: 652). Rhodes (1996) accordingly considers six ways of interpreting the term.

Table 3: Interpretations of Governance

Governance as the minimal State	Redefinition of public intervention, through use of markets and quasi-markets to provide public services
Corporate Governance	The system whereby organizations govern themselves, exert control and take decisions.
Governance as New Public Management	Change in the public sector means "less government" and "more governance".
Good Governance	Form of government, combined with concepts of accountability, transparency, rule of law, active citizen participation, accountability, and consensus.
Governance as a Socio-Cybernetic System.	A structure in a socio-political system as a result of intervention efforts by all the actors involved. In this way policies derive from actors and not only from central government.
Governance as Self-organised Networks	Manage networks, understood as a form of social coordination and inter-organizational connections, which presents itself as self-organised, autonomous and self-governed. These integrated networks are able to transcend direction from government, create their own policies and shape their own environments.

Source: authors elaboration adapted from Rhodes (1996)

The definition that will be adopted in this article will be that presented by Frederickson *et al.* (2012), in which Governance is synonymous with New Public Management, but with adjustments and improvements, as a new form of connection between citizens and state, with a view of social welfare. The principles of this new thinking are taken to be productivity, market mechanisms, service-oriented, decentralization, transparency, accountability and control of corruption.

2. The Organizational Structure of the Justice System in Portugal

The Administration of Justice is an emerging research area, with several challenges to embrace in its organizational system. Examples of studies range from monitoring specific measures in the judiciary management (Correia and Videira, 2015, 2016; Correia, Pereira & Costa, 2020), gender differences (Pereira and Correia, 2021), judicial reforms in terms of the quality management of the courts (Romão and Correia, 2021), and to the satisfaction and loyalty of citizens and employees to the services provided by the courts (Correia and Bilhim, 2019; Pereira and Correia, 2020).

The organizational structure of the Portuguese justice system is established in the Organic Law for the Ministry of Justice (Decree-Law 123/2011 of 29 December). This document is a landmark in the reform of the Portuguese public administrative authorities, drawn up in keeping with a commitment to efficiency alongside the Plan for Reduction and Improvement of the Central Administrative Authorities (PREMAC).

The Ministry of Justice's (MJ) mission is to design, conduct, execute and assess the justice policy defined by the Assembly of the Republic and the Government, handling the relations between the latter and the courts and the Public Prosecution Service, the Higher Council of the Judiciary and the Higher Council of Administrative and Fiscal Courts (Article 1). This government department comprises services belonging to the direct administrative authorities of the State, bodies that belong to the indirect administrative authorities of the State, advisory bodies, and other structures. The central services that belong to the direct administrative authorities of the State are the following: General Secretariat¹, Inspectorate-General of Justice Services², Directorate-General for Justice Policy³, Directorate-General for the Administration of Justice⁴, Directorate General for Reintegration and Prison Services⁵, and the Criminal Police⁶.

The central services that belong to the indirect administrative authorities of the State are the following: Institute for Financial Management and Justice System Facilities⁷, the Institute of Registries and Notarial Services⁸, the National Institute of Forensic Medicine and Sciences⁹, and the National Industrial Property Institute¹⁰ (Article 14).

¹ The mission of the General Secretariat is to provide technical and administrative support to the offices of the members of Government belonging to the MJ and to the bodies and services without an administrative support structure, and also to provide support to other MJ services and organizations in the fields of management and administration of human resources, public procurement of goods and services, technical and legal support and assistance with litigation, and documentation and archival, public relations and protocol functions (Article 8).

² The mission of the Inspectorate-General of Justice Services is to exercise audit, inspection and oversight functions in relation to all dependent entities, services and bodies, or those whose activities are supervised or regulated by the MJ (Article 9).

³ The mission of the Directorate-General for Justice Policy is to provide technical support, follow through and monitor policies, organize and encourage recourse to arbitral tribunals, to small claims tribunals and other extrajudicial means of dispute resolution, to undertake the strategic planning and coordination of external relations and cooperation, and to be responsible for statistical data in the field of justice (Article 10).

⁴ The mission of the Directorate-General for the Administration of Justice is to provide support for the workings of the courts (Article 11).

⁵ The mission of the Directorate-General for Reintegration and Prison Services is to develop policies on crime prevention, enforcement of sentences and social reintegration measures, and coordinated and complementary management of the system of young offender institutions and prisons (Article 12).

⁶ The Criminal Police is, briefly, a senior police corps whose mission it is to assist the judicial authorities in the investigation, development and promotion of prevention measures and investigations in their area of competence or entrusted to them by the competent judicial authorities (Article 13).

⁷ The mission of the Institute for Financial Management and Justice System Facilities (Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.) is to manage the assets and funds allocated to justice, infrastructures and technological resources, and to propose the design, execute and assess computerization plans, in coordination with other MJ services and bodies (Article 15).

⁸ The mission of the Institute of Registries and Notarial Services (Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.) is to execute and follow through policies on registry services, with a view to providing services to citizens and businesses, and to regulate, oversee and monitor notarial activities (Article 16),

⁹ The mission of the National Institute for Forensic Medicine and Sciences (Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.) is to assure the provisions of forensic medicine services, scientific coordination of forensic medicine, and other forensic sciences, as well as promoting training and research in this field, overseeing and guiding the activities of forensic medical services and of the professionals contracted to provide expert forensic services (Article 17).

¹⁰ The mission of the National Industrial Property Institute (Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.) is to protect and promote industrial property, at national and international level, in accordance with the policy of modernizing and strengthening the country's business fabric (Article 18).

3. Methodology

Assessing the outcomes of reforms is an arduous task. This is due to the difficulties of analyzing and assessing a long-term, complex, multi-instrumental program of reforms involving various stakeholders, making it difficult to confirm efficiency gains (Pollitt, 2018).

The methodology used in this research is qualitative. In order to carry out this research and to achieve the aims set out above, documentary analysis was conducted of recent cases of reforms in the Portuguese justice system, more specifically, reform of the map of judicial regions, the concepts and reforms brought about by the Closer Justice Program (*Programa Justiça + Próxima*) and extrajudicial means of dispute resolution. In order to build the connection between New Public Management and Governance, on the one hand, and the justice system in Portugal, on the other, a content analysis was conducted of the Activities Plans of Ministry of Justice bodies and departments (excepting the Criminal Police), insofar as these strategy documents set out the vision of the organizations in question.

4. Findings

4.1. Reforms of the Justice System in Portugal: Recent Case Studies

Pollitt (2018) writes that translating theory into empirical reality, in implementing reform in the public sector, involves the following phases: (1) discussion and introduction of ideas on the political agenda, such as new approaches and techniques, discussed at conferences and workshops; (2) decision by government; (3) practicing the new techniques or new approach to be adopted; and (4) outcomes achieved with the reform.

Working through these phases may involve translations of the model/technique/approach adopted, and the original concept can be lost at each phase, partially or even totally. Analyzing translations of New Public Management, it is understood in academia that the ideas that address the doctrine, either nationally, or for a particular sector, are usually translated into the local vision in question. This means not only textual editions, but rather the real addition of a vision. Differentiation of emphasis helps in the selection and prioritization of different types of practices existing on reform menus. It is therefore also possible to improve management of expectations with regard to the outcome of the reform in view (Pollitt, 2018).

4.2. Reform of the Portuguese Judicial Map

For CEPEJ, the question of court territories is crucial and should be reviewed by member States. As a result, reforms of the organization and management of justice are one of the topics most spoken about on the reform menus of European countries (Martins, 2012).

Like other countries, Portugal has implemented reform. Law 62/2013, of 26 August (Law on the Organization of the Judicial System), regulated by Decree-Law 49/2014, of 27 March, overhauled the judicial organization of the territory, by creating larger judicial districts and introducing greater specialization, in combination with a new management model for *comarcas* (districts). The new judicial map has induced gains in the effectiveness of judicial services, by instituting a more specialized court system in Portugal.

The reorganization of the judicial system incorporated strategic objectives, based on three fundamental pillars: larger judicial districts which now, as a rule, coincide with the social centers reflected in administrative districts; new specialist jurisdictions at national level; and implementation of a new management model for judicial districts (Martins, 2012).

The fundamental aim of this reform is to establish management of targets for improved effectiveness and quality, to redraw the judicial map, to increase specialization in court services, to bring justice closer to citizens and, lastly, to increase the number of judges (Governo de Portugal, 2020).

4.3. Closer Justice Program: a public policy agenda

Justice as a pillar of the economy means that reform in this area is urgent. The Government's aim is to transform and modernize this fundamental pillar, so that we have a justice system that is more flexible, transparent, human, and close to the citizens. This is the context in which the Closer Justice Program was conceived (Pereira and Correia, 2020).

The Closer Justice Program has grown out of the policy for modernizing the State, a commitment made in the Major Planning Options 2016-2019 and also in the National Reforms Program and sets out to simplify and cut red tape in the State's dealings with citizens and businesses, geared to innovation and provision of efficient, effective and high-quality services. The program is planned to be executed over the four years of the legislature, although its scope is not stagnant, even in terms of the measures in view, meaning that it is a dynamic, flexible and interactive plan. In essence, the aims to be pursued are more flexible and simplified justice system that uses new technologies to be more efficient and optimize management, that is transparent in providing information and data; a humane justice, in its continuous response to the real needs of the target group; and, lastly, a justice that is closer to citizens, who are placed at the center of its

activities. This requires trust in judicial systems and guaranteed protection of individual rights and so, in order to materialize the image of a modernized justice system, it is focused on a strategy of change through the digital world, working at all times towards a collaborative culture (Ministério da Justiça, 2019).

Transformation is therefore pursued through four fundamental pillars. The first of these is efficiency, with the simplification and computerization of proceedings, designed to optimize the management of Justice with the use of open and interoperable technologies, employing models and methodologies associated with governance of Information and Communication Technologies governance. Promoting change in justice through innovation, modernizing and developing new technological solutions, in order to work towards open justice. The third pillar, humanization, sets out to lend dignity to the judicial system, in its facilities and also in its agents and actors. The last pillar, proximity, relates to creating services closer to citizens and companies, simplifying relations. This entails eliminating formalities and procedures, making information clearer, more transparent, and accountable, and also listening to citizens and responding to their needs (Ministério da Justiça, 2019).

Centered on the program’s strategic pillars are 118 measures for efficiency, 27 focused on innovation, 37 designed to increase proximity and 15 concerned with humanization. As of December 2019, of the 197 measures, 125 had been concluded, resulting in an implementation rate of 63%. Only 19% of the measures were at the execution stage, 8% were in preparation and 1% at the final installation stage (Ministério da Justiça, 2019).

4.4. Alternative Disputes Resolution: Small Claims Tribunals

Alternative Disputes Resolution or Extrajudicial Means of Disputes Resolution fall into three forms: Small Claims Tribunals, Arbitration Centers, and Mediation.

Small claims tribunals (*Julgados de Paz*) were instituted by Law 78/2001, of 13 July. These are courts organized and functioning along specific lines (Martins, 2012). Procedures in the small claim’s tribunals are designed in accordance with principles of simplicity, appropriateness, informality, oral proceedings and absolute procedural economy. The small claims tribunals are intended to permit civic participation by interested parties and to encourage the fair settlement of disputes through agreement between the parties (Law 78/2001, of 13 July, Article 2).

Demand for these "courts" has grown, evidence of which can be seen in the expansion of the network of small claims tribunals, from 12 in 2005 to 25 in 2018. The concept is based on simplicity and closeness to citizens, facilitating relations between citizens and the justice system.

4.5. Theory and practice: Translation in Portuguese Justice

Generally speaking, to look at a single model may be a great mistake on the part of governments. A better understanding can be reached through observation of the individual elements of each theoretical and conceptual model, and in understanding individually each component of reform, both conceptually, and in practices applied nationally or in a local context. After this exercise it will be healthy to analyze a series of reforms, to verify their coherence, logic and how they fit a given context. Large differences within a country and between public sectors is not a problem, and merely shows that there are different stories, different options and priorities within the public administrative system (Pollitt, 2018).

Analysis of recent reforms to the Portuguese justice system points very clearly to traits characteristic of Governance as synonymous with New Public Management. We may find a compromise between application of the two models, and significant efforts have been made to adapt them to individual bodies and services, in keeping with their respective missions.

Table 4, below, presents a content analysis of the Activities Plans of the organizational structure of the Portuguese Justice System, encompassing both the direct and indirect administrative bodies of the Ministry of Justice (except for the Criminal Police and the Institute of Registries and Notarial Services, due to the unavailability of documentation).

An in-depth analysis was conducted in documents, searching for concepts/expressions that pointed to theoretical translations of Governance as synonymous with New Public Management.

A second content analysis was conducted to consolidate the grounds for this study. Using the Modernization and Technology Plan of the Closer Justice Program, all the measures were classified by areas of action, respective theoretical pillar associated with the measure and the addressees of the measure (Annex).

Table 4: Theoretical Translations in the Organizational Structure of the Portuguese Justice System

Organizational Structure of Portuguese Justice			Theoretical translations
			Governance as Synonym of NGP (Frederickson, 2019)
Ministry of Justice	Direct State Administration	SG	Quality; Professionalism; Best Practices; Success; Accountability; Continuous Improvement; Communication; People Oriented; Cooperation; Greater Closeness; Effectiveness (SGMJ, 2019).
		IGSJ	Audit; Inspection; Oversight; Improvement; Accountability; Rigor; Agility; Cutting Red Tape; Multidisciplinary; Rationalization; Effectiveness; Efficiency (IGSJ, 2019).
		DGPJ	Citizen; Greater Closeness; Monitoring; Innovation; Statistics; Quality; Satisfaction; Continuity; Planning; Technological Developments; Performance; Sustainability; Transparency; Continuous Improvement; Stakeholders (DGPJ, 2019).
		DGAJ	Engagement; Continuous Improvement; Optimization of Resources; Satisfaction; Clients; Effectiveness; Efficiency; Quality; Stakeholders; Simplify; Greater Closeness (DGAJ, 2019)
		DGRSP	Sustainability; Security; Qualification; Education; Humanization (DGRSP, 2019).
		PJ	n/a
	Indirect State Administration	IGFEJ	Excellence; Optimization of Resources; Quality; Commitment; Innovation; Accountability; Trust (IGFEJ, 2019).
		IRN	n/a
		INMLCF	Public Interest; Ethics; Impartiality; Rigor; Quality; Methodologies; Collaboration; Clients; Effectiveness; Management; Satisfaction; Training (INMLCF, 2019).
		INPI	Creating Value; Products; Improvement; Public Agency; Skills; Quality; Promotion; Training; Cooperation; Business; Mechanisms; Partnerships; Innovation; Stakeholders; Entrepreneurship (INPI, 2019)

Source: authors elaboration on the basis of the following Activities Plans: (SGMJ, 2019), (IGSJ, 2019), (DGPJ, 2019), (DGAJ, 2019), (DGRSP, 2019), (IGFEJ, 2019), (INMLCF, 2019) and (INPI, 2019).

The two content analyses point to Governance as synonymous with New Public Management, both in the services and bodies of the Ministry of Justice, and in the reforms brought about by the Closer Justice Program. It is important to stress the individuality of the theoretical concepts applied to each case. In keeping with the individual features and missions of each department and body, the concepts identified also differ (Table 4). Depending on the area where the measures apply, repetition of the associated pillars diverges (annex). This refers to the materialization of individual approaches, presenting a delicate balance, but which is necessary for a better response to society's needs.

5. Discussion and Final Considerations

Reforms in public management are now considered a vital element by each political party. Proof of this can be seen in the growing community of consultants, academics, and former public servants in the “reforms industry” (Pollitt, 2018).

It is currently impossible to look at a reform program and detect only one theoretical expression of a model. Generic analysis is not a feasible solution, the way ahead requires individual approaches, grouped together by the dominant rationales: improved quality of public services; legitimacy and trust through public participation; continuity and specialty with implementation of new statuses, training, anti-corruption measures and internal audits, by strengthening Weber's traditional bureaucracy; decentralization of political authorities and administrative functions (Pollitt, 2018). These rationales are found in the course of research in Portugal, applied distinctly and individually.

This is a delicate balance. One government objective may conflict with another. One reform may detract from the principles of another. Increased citizen participation may weaken political control, anti-corruption measures may often hinder decentralization. An improvement in service quality may entail increased spending at a time of cuts in funding. Performance indicators may encourage debate and participation, provided the foundations for a decentralized State, but they can also be the basis for centralization of the public apparatus through control of organizational performance (Pollitt, 2018). Governments must manage this balance in a rational, rigorous, and humane way.

Planning, monitoring, oversight of activities and a focus on outcomes embody the dynamic of change in Justice Administration in Portugal, thereby establishing the idea of quality management models and management by objectives (Guimarães, Correia, Akutsu & Bilhim, 2015). Sound use of the instruments of justice serves to bring citizens and the justice system closer together, improving communication, and the efficiency and effectiveness of the judicial system. Accessible, transparent and simplified justice responds to the needs of society and promotes democratization and citizenship, helping to strengthen the economy (Ministério da Justiça, 2019).

Bibliographic References

- BILHIM, João (2013), *Ciência da Administração*, Lisboa, Universidade Aberta.
- BILHIM, João (2017), “Nova Governação Pública e Meritocracia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 84, pp. 9-25.
- COLEBATCH, Hal (2014), “Making sense of governance”, *Policy and Society*, 33(4), pp. 307- 316.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro e PEREIRA, Sandra Patrícia Marques (2021), “Translating Recent Cases of Justice System Reforms into Theoretical Pillars: The Portuguese Case Study”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 22-44.

COMISSÃO EUROPEIA (2001), *Governança Europeia: um livro branco*. [Consult. a 17.11.2019]
Available at: <<http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/09/ue-governanca-2001.pdf>>

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; VIDEIRA, Susana (2015), “Troika's Portuguese Ministry of Justice Experiment: An Empirical Study on the Success Story of the Civil Enforcement Actions”, *International Journal for Court Administration*, 7(1), pp. 37-49.

- “Troika's Portuguese Ministry of Justice Experiment, Part II: Continued Positive Results for Civil Enforcement Actions in Troika's Aftermath”, *International Journal for Court Administration*, 8(1), 20-31.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro (2012), *O Impacto do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) na Satisfação dos Colaboradores: O Caso dos Serviços do Ministério da Justiça em Portugal*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialização em Administração Pública, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; BILHIM, João Abreu Faria (2019), “O Impacto dos Sistemas de Avaliação na Satisfação dos Colaboradores: O Caso dos Serviços do Ministério da Justiça”, *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, 112.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; JESUS, Inês; BILHIM, João (2016), “Comparação de normas de conduta dos trabalhadores da administração pública portuguesa: a tensão entre o tratamento de dados pessoais e os deveres éticos”, *Public Sciences & Policies*, 2(1), pp. 51-74.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria (2016), “Ministério da Justiça Versão 2.0: Sobre a Sociedade de Informação, os New Media e o Ministério da Justiça em Portugal”, *Lex Humana*, 8(2), pp. 97-119.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; PEREIRA, Sandra Patrícia Marques; COSTA, Bruna (2020), “A Implementação e Monitorização do Piloto “Tribunal+” ao Abrigo do “Programa Justiça + Próxima””, *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, 28(119).

DGAJ (2019), *Plano de Atividades 2019*, Lisboa, Direção-Geral da Administração da Justiça.

DGPJ (2019), *Plano de Atividades 2019*, Lisboa, Direção-Geral da Política de Justiça.

DGRSP (2019), *Plano de Atividades 2019*, Lisboa, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

FREDERICKSON, George; SMITH, Kevin; LARIMER, Christopher; LICARI, Michael (2012), *The Public Administration Theory Primer*, United States of America, Westview Press.

FUKUYAMA, Francis (2013), “What is governance?” Governance: An International, *Journal of Policy, Administration and Institutions*, 26(3), pp. 347-368.

GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (2020), Reforma Judiciária: Novo Mapa Judiciário. [Consult. a 2.01.2020]. Available at: <<https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc20/os-temas/reforma-judiciaria/novo-mapa-judiciario.aspx>>

GUIMARÃES, Tomás; CORREIA, Pedro; BILHIM, João; AKUTSU, Luiz (2015), “Governança em Tribunais de Justiça de Portugal: Adaptação e Validação de Escala de Medida”, *Public Sciences & Policies*, 1(1), pp. 25-46.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro e PEREIRA, Sandra Patrícia Marques (2021), “Translating Recent Cases of Justice System Reforms into Theoretical Pillars: The Portuguese Case Study”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 22-44.

HARTLEY, Jean (2005), “Innovation in governance and public services: Past and present”, *Public money and management*, 25(1), pp. 27-34.

IGFEJ (2019), *Plano de Atividades 2019*, Lisboa, Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.

IGSJ (2019), *Plano de Atividades 2019*, Lisboa, Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

INMLCF (2019), *Plano de Atividades 2019*, Lisboa, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.

INPI (2019), *Plano de Atividades 2019*, Lisboa, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I.P.

MARTINS, Carla Maria Afonso (2012), *As reformas da justiça: o mapa judiciário e a comarca do Baixo Vouga*, Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Pública, Aveiro, Universidade de Aveiro.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2011), Organic Law for the Ministry of Justice (Decree-Law 123/2011 of 29 December). [Consult. a 3.01.2020]. Available at: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107981220/201803151056/diploma?p_p_state=maximized&rp=indice>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2019), *Programa “Justiça + Próxima”: Plano de Modernização e Tecnologia*, versão 1.28. Lisboa.

PEREIRA, Sandra Patrícia Marques (2020), Programa “Justiça+ Próxima” em Portugal: A Medida Justiça 360º-Avaliação da Satisfação e Lealdade do Cidadão, Dissertação de Mestrado em Administração Pública, especialização em Administração da Justiça, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. [Consult. a 31.03.2021]. Available at: <<http://hdl.handle.net/10400.5/20411>>

PEREIRA, Sandra Patrícia Marques; CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro (2020), “Sustainability of Portuguese Courts: Citizen Satisfaction and Loyalty as Key Factors”, *Sustainability*, 12(23), 10163. [Consult. a 30.03.2021]. Available at: <<https://doi.org/10.3390/su122310163>>

PEREIRA, Sandra Patrícia Marques; CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro (2021), “The Sustainability of the Portuguese Prison System: A Criminal Justice System in Masculine Form?” *Social Sciences*, 10, 19. [Consult. a 30.03.2021]. Available at: <<https://doi.org/10.3390/socsci10010019>>

POLLITT, Christopher (2018), “A Review of Public Sector Reform”, *Public Sciences & Policies*, 4(1), pp. 17-32.

RHODES, Roderick Arthur William (1996), “The new governance: governing without government”, *Political Studies*, 44(4), pp. 652-667.

ROMÃO, Miguel Lopes; CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro (2021), “New Eyes for an Old Challenge: How the Portuguese Ministry of Justice is Using Sankey Diagrams to Improve Knowledge on the Judicial System Dynamics”, *International Journal for Court Administration*, 12(1).

SGMJ (2019), *Plano de Atividades 2019*, Lisboa, Secretária-geral do Ministério da Justiça.

Law 78/2001, of 13 July, [Consult. a 2.01.2020]. Available at: <<https://data.dre.pt/eli/lei/78/2001/07/13/p/dre/pt/html>>

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro e PEREIRA, Sandra Patrícia Marques (2021), “Translating Recent Cases of Justice System Reforms into Theoretical Pillars: The Portuguese Case Study”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 22-44.

Law 62/2013, of 26 August (Law on the Organization of the Judicial System), [Consult. a 2.01.2020].

Available at: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1974&tabela=leis>

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia (autor para correspondência). Investigador Integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (Lisboa, Portugal) e Coordenador do Observatório Nacional de Administração Pública, (Lisboa, Portugal). Endereço de Correspondência: R. Almerindo Lessa, s/n, 1300-666 Lisboa, Portugal. E-mail: pcorreia@iscsp.ulisboa.pt

Sandra Patrícia Marques Pereira. Bolseira de Investigação e Investigadora Colaboradora do Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (Lisboa, Portugal). Mestre em Administração Pública, com especialização em Administração da Justiça do ISCSP-ULisboa (Lisboa, Portugal). Endereço de Correspondência: R. Almerindo Lessa, s/n, 1300-666 (Lisboa, Portugal). E-mail: spereira@iscsp.ulisboa.pt

Funding: This research was funded by the Research Unit funded by Portuguese National Funds through FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia under project UIDB/00713/2020.

Artigo recebido em 12 de dezembro de 2020. Aprovado para publicação em 23 de abril 2021.

Annex

Area 1: Judicial System and Means of Disputes Resolution		
Measures	Associated Pillars	Addressees
My Court	Efficiency	Justice Services, District Management Bodies, Courts
Tribunal +	Closeness	Citizens, Attorneys, District Management Bodies, Courts
System of management indicators for courts	Efficiency	Higher Councils, Courts
System of management indicators for administrative and fiscal courts	Efficiency	Higher Councils, Courts
Support for setting quantified targets for clearing backlogs	Efficiency	Higher Councils, District Management Bodies, Courts
Automatic transcription proof of concept	Efficiency	Courts
Increased infrastructure for Justice network	Efficiency	Attorneys, District Management Bodies, Courts
Renewal and increased IT equipment and court management and productivity tools	Efficiency	Courts
Court room management system	Efficiency	District Management Bodies, Courts
Lower courts management information system	Efficiency	District Management Bodies
CITIUS - Remote access by judges	Efficiency	Courts
CITIUS - Interface with SISAAE	Efficiency	Enforcement Agents, Attorneys, Courts
CITIUS – Information on identification of judgment debtor and assets	Efficiency	Courts
CITIUS – Implementation of mechanism provided for in Article 551.5 of Code of Civil Procedure	Efficiency	Enforcement Agents, Courts
CITIUS - Faster preparation of final proceedings account	Efficiency	Enforcement Agents, Attorneys, Courts
CITIUS - Integration with inventory platform	Efficiency	Courts
CITIUS – Access by insolvency administrators	Efficiency	Judicial Administrators, Justice Services, Courts
CITIUS and SITAF - In higher courts	Efficiency	Attorneys, Courts
CITIUS – Direct access to Individual Driver Registry database	Efficiency	Courts
CITIUS - Inventory and review of forms available in system	Efficiency	Justice Services, Courts
CITIUS - Automatic procedures in judgment enforcement	Efficiency	Courts
CITIUS - Alerts system	Closeness	Attorneys
Online judicial certificate (CJE)	Efficiency	Citizens, Attorneys, Courts
Free Wi-Fi in courts and extension to other public offices in Justice system	Humanisation	Citizens, Attorneys
Justice Indicators Dashboard	Innovation	Citizens, Businesses
Improve communication between Justice System and Citizens	Closeness	Citizens, Businesses
Disclosure of expected duration of judicial proceedings	Innovation	Citizens, Businesses
Consultation of enforcement proceedings	Closeness	Citizens, Businesses

Increase in upper limit for size of procedural submissions	Closeness	Attorneys
Inclusion in PEPEX of debtors on public list of debtors	Efficiency	Enforcement Agents
Access by enforcement agents to proceedings attached to enforcement proceedings	Efficiency	Enforcement Agents, Courts
Reassessment of approval in inspection procedures	Efficiency	Courts
Possibility of videoconferencing between courts of the same district	Efficiency	Citizens, Courts
Pilot project for Express Mail Enveloping/Finishing in Justice	Efficiency	Justice Services, Courts
Automatic character recognition in digitalized submissions	Efficiency	Courts
One-stop point in Administrative and Fiscal Courts	Closeness	Citizens, Businesses, Attorneys, Courts
Platform for protection and promotion of children's rights	Humanization	Courts
CITIUS - Connection with GNR (police)	Efficiency	Justice Services
Forms for enforcement applications to Public Prosecution Service	Efficiency	Courts
Development of online area to connect Citizens to Public Prosecution Service	Efficiency	Citizens, Courts
Online applications for apostilles	Efficiency	Citizens
Tribunal Resolve	Efficiency	Citizens, Businesses, Justice Services, Courts
Reorganization and promotion of network of small claims tribunals	Efficiency	Alternative Means of Disputes Resolution
Online information on alternative means of dispute resolution	Efficiency	Citizens, Alternative Means of Disputes Resolution
"Protecting Crime Victims" website	Humanisation	Citizens
Document Management at DGAJ	Efficiency	Higher Councils, Justice Services, District Management Bodies, Courts
Online auctions for sale of goods recovered for State	Efficiency	Enforcement Agents, Citizens, Companies
Reassessment of small claims tribunals business model	Efficiency	Citizens
Pilot scheme for reorganization of small claims tribunals	Efficiency	Citizens, Businesses
CPTA/SITAF – Mandatory online filing of procedural acts	Efficiency	Attorneys
SITAF - Creation of online SITAF interface for attorneys	Efficiency	Attorneys
SITAF – Automatic issue of notifications	Efficiency	Justice Services, Courts
Promotion of network of arbitration centers for consumer disputes	Closeness	Citizens, Businesses Alternative Means of Disputes Resolution
Updating of supporting information system for CEJ's activities	Innovation	Justice Services
Modernization of online training contents	Innovation	Judicial Administrators, Attorneys, Justice Services
Rollout - My Court	Efficiency	Justice Services, District Management Bodies, Courts

IT system for Insolvency Administrators	Efficiency	Enforcement Agents
Rollout: Tribunal +	Efficiency	Courts
Alteration of rules on summonses	Efficiency	Citizen
Automatic registration and management of access by attorneys and judicial administrators to attorneys' portal	Efficiency	Judicial Administrators, Attorneys
Improve communication between Justice System and Citizens in injunctions	Closeness	Citizens, Businesses
Online criminal record certificate	Closeness	Citizens, Businesses
Online court services area	Closeness	Citizens, Businesses
Automatic translation pilot scheme	Efficiency	Courts
Rollout Automatic Transcription	Efficiency	Courts
Connection to IGCP for purposes of attachment of savings certificates and others	Efficiency	Courts
Consultation of all legal proceedings	Closeness	Citizens
Publication of insolvent estate	Efficiency	Judicial Administrators, Citizens, Businesses, Courts
Modernization of information systems and equipment provided to judges	Efficiency	Courts
Modernization of information systems and equipment provided to Public Prosecutors	Efficiency	Courts
Court Activities Management	Efficiency	Courts
Temporary online authentication in courts	Closeness	Citizens, Businesses
Submission of multimedia procedural documents by judicial attorneys	Innovation	Attorneys
Application for and granting of online access to judicial proceedings by non-party citizens/attorneys	Innovation	Businesses, Attorneys
Online notifications between judicial administrators and attorneys	Efficiency	Judicial Administrators, Attorneys
Single portal for judicial attorneys	Efficiency	Attorneys
OECD Roundtable - International Conference organised by Ministry of Justice in Portugal	Efficiency	Justice Services
Modernization of IT System for Criminal Records	Innovation	Citizens, Businesses, Justice Services and Courts
Expansion of interoperability of Criminal Record with ECRIS	Innovation	Citizens, Businesses, Justice Services and Courts
Increase in means of payment on Online Criminal Registry	Humanization	Citizens and Businesses
Automation of courts' access to criminal records	Efficiency	Courts
Online insolvency notifications from courts to Banco de Portugal	Efficiency	Courts
Online fingerprinting in courts	Innovation	Justice Services and Courts
Increased supporting tools for oversight of judicial administrators	Efficiency	Justice Services and Courts
Automatic generation and registration of collection documents used by Enforcement Agents	Efficiency	Justice Services and Courts
Online notification of judicial decisions to ECLI	Efficiency	Citizens, Higher Councils, Businesses, Attorneys and Justice Services
Integration of Citius with online auctions	Efficiency	Justice Services and Courts

Establishment of "online by definition" concept in procedural legislation	Efficiency	Citizens, Justice Services and Courts
Provision to attorneys of forms for class actions	Innovation	Citizens and Justice Services
CITIUS - Connection with Criminal Police	Efficiency	Justice Services
Consolidation of funding of arbitration centers in national consumer arbitration network	Efficiency	Citizens, Businesses and Alternative Means of Disputes Resolution
Santa Cruz small claims court	Closeness	Citizens and Businesses
International assessment of Justice modernization measures	Efficiency	Citizens and Justice Services
Personalized reception at registries	Innovation	Citizens
Collection of valuables at Registries	Humanization	Justice Services
Inter-administrative contracts with municipalities	Efficiency	Citizens and Justice Services
Online renewal of citizen's card	Efficiency	Citizens and Justice Services
Implementation of BRIS	Closeness	Citizens and Justice Services
Area 2: Criminal Investigation and Forensic Resources		
Complaint report with citizen's card	Closeness	Citizens, Justice Services
Increased capacity for IT Forensic Investigation	Efficiency	Justice Services
Forensic laboratory management system	Efficiency	Justice Services
International Police Cooperation: Passenger Information nit (UIP)	Efficiency	Justice Services
Creation of CSRIT Justice (Computer Security Response Incident Team)	Efficiency	Justice Services
Dematerialization of connection to telecommunications operators	Efficiency	Justice Services
Updating of analytical capability at Police Science Laboratory	Efficiency	Justice Services
Development of statistical methodology for interpreting results and presenting conclusions of forensic examinations	Efficiency	Justice Services
Acquisition of Wi-Fi technological solution - Man in the Middle (MITM)	Efficiency	Justice Services
Creation of malware incubators for analysis and research purposes	Efficiency	Justice Services
Training under Law Enforcement Training Scheme (LETS)	Efficiency	Justice Services, Courts
Cyber intelligence	Innovation	Justice Services, Courts
Increase Criminal Police's capacity for collecting and analyzing online evidence	Efficiency	Justice Services
Setting up Internet Referral Unit in Criminal Police	Efficiency	Justice Services
Increase operational capacity in disaster situations at INMLCF	Efficiency	Justice Services
Improvement to Management and Customer Service System at INMLCF	Efficiency	Justice Services
Control of proceedings at INMLCF using barcodes	Efficiency	Justice Services
Public Prosecution Service in Action	Efficiency	Justice Services
Central Registry of Beneficial Owners	Efficiency	Businesses

Area 3: Social Reintegration and Prison Services		
E-learning training for prisoners	Closeness	Justice Services, Prisoners
Justice for @ll	Humanization	Citizens, Prisoners, Courts
Communication between prisoners and families by videoconference	Humanization	Justice Services, Prisoners
Doctor's appointments by videoconference at prisons	Humanization	Justice Services, Prisoners
Possibility of prisoners appearing as witnesses in trials from prisons	Humanization	Justice Services, Prisoners, Courts
Activity Management Information System at prisons	Innovation	Justice Services
Increased IT equipment and productivity tools at prisons	Efficiency	Justice Services
Modernization of Information and Communication Systems at Directorate-General for Reintegration and Prison Services	Efficiency	Justice Services
Area 4: Registries and Industrial Property		
Online communication in accordance with parental responsibilities regulation	Efficiency	Justice Services, Courts
Online witness certificate, Provide citizens with possibility	Humanization	Citizens
Death Services	Closeness	Citizens
Online Criminal registry	Closeness	Citizens, Businesses
Integration of SICRIM in European system	Efficiency	Justice Services
Online birth registrations	Closeness	Citizens
Online Civil Registry Certificate	Closeness	Citizens
SMS registered company	Closeness	Citizens, Businesses
Expansion of on-the-spot services with pre-booked slots	Efficiency	Companies
Automatic checks of attributes of statutory bodies of a company	Closeness	Citizens, Businesses
Simultaneous updating of address at Vehicle Registry	Closeness	Citizens
Increased IT equipment and productivity tools at registries	Efficiency	Justice Services
Modernization of Platforms and introduction of new services at Notarial Offices and Registries	Efficiency	Justice Services
Reactivation of text message alerts for registration of trademarks, designs, and patents	Closeness	Citizens, Businesses
Sending of notifications and decisions by email for trademarks, designs, and patents	Closeness	Citizens, Businesses
Access to opinions on INPI portal	Closeness	Citizens, Businesses
Creation of text message reminders for time limits relating to trademarks, designs, and patents	Closeness	Citizens, Businesses
National Inventor of the Year Award	Innovation	Citizens, Businesses
INPI online	Efficiency	Justice Services
BUPi, single property counter	Efficiency	Citizens, Businesses
Regeneration of built environment in registries	Efficiency	Justice Services
INPI - Digital by default (Phase II)	Closeness	Citizens, Businesses
BUPi - Implementation Phase	Closeness	Citizens, Businesses

Death Services Rollout	Humanization	Citizens
Automation of courts' access to criminal records	Efficiency	Courts
Online Company in Europe	Efficiency	Companies
Online consultation of status of nationality procedure	Efficiency	Citizens, Attorneys
Pilot scheme for online submission of nationality applications (Sephardi Jews)	Efficiency	Attorneys
GAC Portal	Innovation	Citizens, Businesses
2019 WIPO Worldwide Symposium on Gis	Innovation	Citizens, Businesses
Area 5: Participation and Innovation		
Innovation in Justice Space	Innovation	Higher Councils, District Management Bodies, Courts
Provision of catalogue of public open data	Innovation	Citizens, Businesses
Online Justice Library	Closeness	Citizens, Higher Councils, Businesses, Attorneys, Management Bodies, Justice Services, Public Administration Services, District Courts
Shared Justice	Innovation	Higher Councils, Ministry of Justice, District Management Bodies, Courts
Challenges in Justice	Innovation	Citizens, Businesses
Justice 360° - Citizen satisfaction assessment	Closeness	Judicial Administrators, Enforcement Agents, Citizens, Higher Councils, Businesses, Attorneys, Alternative Means of Dispute Resolution, Justice Services, District Management Bodies, Prisoners, Courts
Justice Line	Closeness	Citizens, Businesses
Justice in my case	Closeness	Citizens, Businesses
Online Justice Platform	Closeness	Citizens, Businesses
Justice Area	Closeness	Citizens
"Open Gov" Strategic Plan on Justice	Closeness	Citizens
Partnership in use of Justice Hub	Innovation	Citizens and Justice Services
Area 6: Justice Services		
Paperless General Secretariat, Ministry of Justice	Efficiency	Justice Services
Management Structure of European Funds for Justice	Efficiency	Justice Services
Platform for recovery of goods and assets in favor of the State	Efficiency	Justice Services
Ministry of Justice Joint Services	Innovation	Justice Services
Citizen's Card @ Ministry of Justice	Efficiency	Justice Services
MJ Digital Conservation Plan	Efficiency	Justice Services
Sustainability and energy efficiency plan	Efficiency	Justice Services
Technological updating of Justice Statistics Information System (SIEJ)	Innovation	Justice Services
Online document store	Efficiency	Higher Councils, Alternative Means of Dispute Resolution, Justice Services, Courts
Inventory of collection and organization of Justice museum centers	Closeness	Justice Services

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro e PEREIRA, Sandra Patrícia Marques (2021), “Translating Recent Cases of Justice System Reforms into Theoretical Pillars: The Portuguese Case Study”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 22-44.

Installation of a disaster & recovery center	Efficiency	Alternative Means of Dispute Resolution, Justice Services, Courts
Business continuity plan	Efficiency	Alternative Means of Dispute Resolution, Justice Services, Courts
Ministry of Justice Historical Archives	Innovation	Citizens, Justice Services, Public Administration Services
Integrated Asset Recovery System	Efficiency	Justice Services
Express Mail Enveloping/Finishing in Justice	Efficiency	Justice Services
Study of online working environments	Efficiency	Justice Services
Advertising of assets of insolvent companies	Closeness	Justice Services
Increased security for software data in Justice information systems	Efficiency	Judicial Administrators, Enforcement Agents, Attorneys, Justice Services, District Management Bodies, Courts
Structuring of information in criminal reports archive	Efficiency	Justice Services
Justice HUB	Innovation	Justice Services
Modernization of interoperability of Criminal Record with SEF	Efficiency	Citizens and Justice Services
Immediate issue of Criminal Record Certificates for Foreign Citizens in Courts and RIAC	Humanization	Citizens and Justice Services
Integration of Criminal Record Certificates in the Document App	Humanization	Citizens and Justice Services
Child and young victims area	Humanization	Citizens
Witness area	Humanization	Citizens
Training in fight against online crime	Efficiency	Justice Services
+ European Funds	Efficiency	Justice Services
+ Environment	Efficiency	Justice Services
My institute	Efficiency	Justice Services
Ballistic identification	Efficiency	Justice Services

Source: authors elaboration, based on Closer Justice Plan (version 1.28)

Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana: vivências e comportamentos de risco¹

Margarida Lobão

Centro Hospitalar e Universitário de S. João

Resumo

Este artigo explora as vivências e os comportamentos de risco de pessoas que vivem com a Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana. Analisa as manifestações dos comportamentos individuais, os seus significados, mas também os determinantes coletivos que influenciam quer as estratégias de prevenção, quer a sua ausência. Evidencia, igualmente, a singularidade das vivências das pessoas que vivem com a Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana na sua relação com o género, a escolaridade, o corpo, entre outras variáveis, mas também com comportamentos e atitudes que resultam em processos de discriminação e estigmatização das pessoas infetadas. Para o efeito, foi mobilizada uma abordagem qualitativa, com o recurso a entrevistas semiestruturadas. Os resultados alcançados revelam que a vivência da Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana varia não só em função do género, mas também decorre do maior ou menor capital escolar, económico e socioprofissional dos entrevistados, que os dota de recursos diferenciados na gestão da infeção.

Palavras chave: Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana; Vivências; Comportamentos de risco.

Human Immunodeficiency Virus Infection: Experiences and Risk Behaviours

Abstract

This article explores the experiences and risk behaviours of people living with human immunodeficiency virus. It analyzes the manifestations of individual behaviours, their meanings, but also the collective determinants that influence both prevention strategies and their absence. It also highlights the uniqueness of the experiences of human immunodeficiency virus infection in their relationship with gender, education, the body, among others, but also with behaviours and attitudes that result in processes of discrimination and stigmatization of infected people. For this purpose, a qualitative approach was mobilized, using semi-structured interviews. The results show that the experience of human immunodeficiency virus infection

¹ O presente artigo resultou da tese de Doutoramento em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o título "Vivências VIH/Sida: práticas e comportamentos de risco", orientada pela Prof. Doutora Isabel Dias e defendida a 13 de junho de 2018. Este estudo foi submetido e aprovado pela Comissão de Ética do Centro Hospitalar e Universitário de S. João.

varies not only according to gender, but also due to the higher or lower school ship, economic and socio-professional capital of the interviewees, which provides them with different resources in the management of the disease.

Keywords: Human Immunodeficiency Virus infection; Experiences; Risk behaviours.

Infection à virus de l'immunodéficience humaine: expériences et comportements à risque

Résumé

Cet article explore les expériences et les comportements à risque des personnes vivant avec le Virus de L'immunodéficience Humaine. Il analyse les manifestations des comportements individuels, leurs significations, mais aussi les déterminants collectifs qui influencent à la fois les stratégies de prévention et leur absence. Il souligne également le caractère unique des expériences d'infection par le Virus de L'immunodéficience Humaine dans leurs relations avec le genre, l'éducation, le corps, entre autres, mais aussi avec les comportements et les attitudes qui entraînent des processus de discrimination et de stigmatisation des personnes infectées. À cette fin, une approche qualitative a été mobilisée, utilisant des entretiens semi-structurés. Les résultats montrent que l'expérience d'infection par le Virus de L'immunodéficience Humaine varie non seulement selon le sexe, mais aussi en raison du capital scolaire ou socio-professionnel supérieur ou inférieur des enquêtés, qui leur fournit des ressources différentes pour la gestion de la maladie.

Mots Clés: infection par le Virus de L'immunodéficience Humaine; Expériences; Comportements à risque.

Infección del Virus de Inmuodeficiencia Humana: Vivencias y comportamientos de riesgo

Resumen

Este artículo explora las experiencias y los comportamientos de riesgo de las personas que viven con el Virus de Inmuodeficiencia Humana. Analiza las manifestaciones de los comportamientos individuales, sus significados, pero también los determinantes colectivos que influyen tanto en las estrategias de prevención como en su ausencia. También destaca la singularidad de las experiencias de infección por Virus de Inmuodeficiencia Humana en su relación con el género, la educación, el cuerpo, entre otros, pero también con los comportamientos y actitudes que resultan en procesos de discriminación y estigmatización de las personas infectadas. Para este propósito, se movilizó un enfoque cualitativo, utilizando entrevistas semiestructuradas. Los resultados muestran que la experiencia de la infección por Virus de Inmuodeficiencia Humana varía no solo según el género, sino también debido al capital escolar o económico y socioprofesional superior o inferior de los entrevistados, que les proporciona diferentes recursos en el manejo de la enfermedad.

Palabras Clave: Infección del Virus de Inmuodeficiencia Humana; Vivencias; Comportamientos de riesgo

Introdução

A infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) é reconhecida internacionalmente como uma ameaça ao desenvolvimento social e económico das populações. Tal constatação está espelhada nas prioridades da agenda política de saúde nacional,

nomeadamente no Programa Nacional para a Infeção VIH, SIDA e Tuberculose. O foco da saúde pública na gestão da infeção continua a ser a prevenção, entendida como uma prioridade global.

Historicamente, grande parte da investigação sobre a infeção VIH focou-se nos determinantes individuais dos comportamentos de risco. Como consequência, a intervenção neste domínio passa pela promoção de comportamentos individuais de prevenção, nomeadamente o uso de preservativo (com a sua distribuição gratuita); a promoção de técnicas de adesão terapêutica efetiva e a realização de campanhas educacionais. Esta abordagem, centrada na mudança de comportamento individual de redução do risco sexual da transmissão da infeção VIH, descarta os fatores contextuais que influenciam as opções disponíveis e as escolhas dos indivíduos (Arreola *et al.*, 2015), não se demonstrando eficaz, principalmente para os indivíduos que vivem em contextos social e estruturalmente opressivos. Tendo esta premissa de base, alguns autores defendem uma abordagem ecológica relativa ao VIH, com base em fatores de ordem comunitária (acesso a serviços) e de natureza estrutural (estigma, discriminação, entre outros) (*ibidem*). Assim, torna-se cada vez mais necessário analisar os comportamentos de risco e as vivências das pessoas que vivem com a infeção VIH no contexto das relações que cada pessoa vai estabelecendo ao longo da sua vida (e.g., relação conjugal, trabalho, família), transpondo as questões relacionadas com a infeção VIH e o risco de transmissão de uma vertente biológica, para uma vertente relacional, focada nos seus impactos e nos diferentes contextos de vida. É nesta linha que se inscreve o presente artigo, que tem como objetivo geral compreender as vivências e os comportamentos de risco de um conjunto de pessoas que vive com a infeção VIH.

1. Infeção VIH: representações e fatores de risco

Desde a descoberta da infeção até aos dias de hoje, as representações sobre a infeção VIH sofreram alterações significativas deixando de ter o estatuto de sentença de morte para passar a ser vista como uma patologia crónica. A introdução da terapêutica HAART (*Highly Active Antiretroviral Therapy*) veio reduzir substancialmente os internamentos hospitalares e as mortes prematuras por SIDA, mas estes resultados encorajadores e o otimismo que geraram foram contrabalançados pela complexidade do regime terapêutico e pelos seus efeitos adversos ao nível da toxicidade e custos (Montaner *et al.*, 2006, p.531).

A associação inicial da infeção VIH a grupos de risco específicos contribuiu para o desenvolvimento na população, em geral, de um sentimento de falsa segurança, o que dificultou a prevenção e facilitou a sua disseminação (Ouakinin, 2004, p.391). Com efeito, a perspetiva de que o VIH constituía uma infeção que se propagava sobretudo entre homens que fazem sexo com

homens (HSH), utilizadores de drogas injetáveis (UDI) e trabalhadores do sexo suportou uma atitude de relaxamento no uso de preservativo entre os heterossexuais, levando à propagação do vírus em cadeia.

Os estudos epidemiológicos têm vindo a mostrar que os riscos de transmissão da infeção são diferentes segundo o tipo de prática sexual (Lecour, 2004; Oliveira, 2008). A este propósito Alvarez (2005) refere que se pode organizar tais práticas em função do “grau crescente de infeciosidade, pelo beijo profundo, seguido de sexo oral, relação anal e vaginal insertiva e, com maior risco de infeção, a relação vaginal e anal recetiva” (p.46). A transmissão do VIH pode ocorrer em relações sexuais homo ou heterossexuais, na medida em que o vírus se encontra presente quer no esperma, quer nas secreções vaginais. As relações sexuais anais foram a primeira via de transmissão identificada, embora as relações sexuais vaginais sejam responsáveis pelo maior número de infeções no mundo, tornando, deste modo, a mulher mais suscetível à infeção por VIH (Baggaley, *et al*, 2010). Nesse sentido, as mulheres passaram a ser um importante foco de estudo após se verificar que esta infeção não era apenas característica dos HSH. Na realidade, o género tem-se tornado um instrumento conceptual importante para compreender o VIH e vários autores (e.g., Dowsett, 2003; Turmen, 2003) consideram que as desigualdades de género e a discriminação contra as mulheres tiveram um impacto específico no curso da epidemia (UNAIDS, 2015).

Não obstante, as mulheres no plano da sexualidade apresentam uma vulnerabilidade acrescida e uma maior exposição ao risco das Infeções Sexualmente Transmissíveis - IST. Os fatores biológicos relacionados com as condições anátomo-fisiológicas promovem o risco de transmissão do VIH, pelo que este é superior para o recetor, especialmente se for do sexo feminino (Canavaro, 2004, p.50).

A par da vulnerabilidade associada à dimensão biológica, persistem desigualdades de género na negociação das relações, por questões económicas e socioculturais, que “muitas vezes restringem as opções de vida e os comportamentos sexuais” das mulheres (Dias, 2016 p.12). O conceito de poder é assim relevante na análise do comportamento sexual de risco na díade homem-mulher, podendo ser definido como a capacidade de influenciar as atitudes ou comportamentos de outra pessoa (Tschann, *et al.*, 2002). As bases do poder são constituídas pelos bens ou recursos pessoais que uma pessoa tem disponíveis para influenciar o seu parceiro. Quando existe uma desigualdade de poder nos relacionamentos amorosos, formais ou informais, os homens tendem a percecionar-se como possuindo maior poder do que as mulheres (Dias, 2015). Tal reflete-se no processo de negociação do uso do preservativo que, de maneira geral, é controlado fisicamente pelos parceiros masculinos. Por seu turno, a auto perceção das vulnerabilidades sociais das mulheres pode reduzir o seu poder e controlo nas relações, com

implicações na sua capacidade para imporem o uso consistente do preservativo por parte dos seus parceiros.

Outro fator descrito como estando fortemente associado ao risco de transmissão da infeção por VIH reporta-se ao estatuto socioeconómico dos indivíduos, o qual afeta o acesso aos serviços de saúde e aumenta o risco de resultado adverso quando existe doença (Adler, *et al.*, 1993). Vários estudos (O’Leary e Wingood, 2000; Epele, 2002) mostram que as mulheres com baixos níveis de rendimento apresentam menor probabilidade de utilização do preservativo para prevenção de infeções sexualmente transmissíveis (IST) face às mulheres com rendimentos mais elevados.

A relação entre o VIH e a pobreza é bidirecional, ou seja, a pobreza contribui para a transmissão do VIH e, por sua vez, o VIH contribui para aumentar a pobreza. Neste sentido, a OMS (UNAIDS, 2015) considera que as mulheres são seriamente afetadas pela pobreza e como consequência são mais vulneráveis à transmissão da infeção. As investigações realizadas sugerem que a pobreza influencia o stress, a vitimização, um estado de saúde precário, o consumo de substâncias psicoativas e o acesso limitado aos cuidados de saúde física e mental (Allen *et al.*; 2015). Nesta linha, Karanikolos *et al.* (2013) observaram que a perda material se encontra relacionada com o humor deprimido o que, por sua vez, também constitui um fator de risco para o VIH. Do mesmo modo, Oliveira *et al.* (2015) têm evidenciado que o estado de saúde mental, o abuso de álcool e drogas, a depressão, o trauma, entre outros fatores, influenciam os comportamentos sexuais de risco que aumentam a probabilidade de infeção pelo VIH.

O nível de escolaridade constitui uma variável igualmente importante na análise do risco de infeção VIH. Possuir um baixo nível de ensino aumenta, à partida, a exposição para a aquisição do VIH. No estudo de Schonnesson (2002), possuir menos do que a escolaridade secundária estava associada a uma menor probabilidade de usar preservativos.

2. Metodologia e amostras

Para dar resposta ao objetivo geral centrado na compreensão das vivências de seropositividade de um conjunto particular de utentes acompanhados por um serviço de doenças infecciosas de um Centro Hospitalar da região Norte e para percebermos o impacto da infeção em várias esferas da sua vida sociofamiliar e profissional, optamos por uma abordagem qualitativa, através da mobilização de entrevistas semiestruturadas. Esta abordagem metodológica permitiu-nos a descrição detalhada de situações com o objetivo de compreender os indivíduos nas suas condições, discursos e vivências de VIH.

No contexto da metodologia qualitativa aplicada ao entendimento do processo saúde-doença, emprega-se a conceção trazida das ciências sociais, segundo a qual não se procura estudar o fenómeno em si, mas entender o seu significado, individual ou coletivo para a vida das pessoas. O recurso ao método qualitativo permitiu-nos avançar com uma hipótese geral, exploratória, que consiste em afirmar que as vivências, comportamentos e reações das pessoas que vivem com o VIH são distintas em função do género e do nível de escolaridade dos seus portadores. A par desta hipótese, a presente investigação foi norteadada pelos seguintes objetivos específicos: identificar os fatores de vulnerabilidade e de risco à infeção VIH; conhecer os processos de adaptação/reacção à infeção em função do género e do nível de escolaridade; identificar se após o diagnóstico existem atitudes preventivas ou se, pelo contrário, se dá a manutenção de comportamentos de risco; compreender o impacto que o diagnóstico tem ao nível da conjugalidade, família, trabalho e relações de sociabilidade e, por último, analisar as implicações da infeção ao nível da identidade individual e social das pessoas infetadas. Optou-se, igualmente, pela entrevista semiestruturada, na medida em que o foco da pesquisa se centra na experiência de vida dos indivíduos, no contexto de transmissão da infeção e nas suas atitudes e reações à nova condição serológica.

As amostras foram construídas segundo o procedimento de seleção por conveniência. A relevância deste tipo de amostras não reside na pretensão de representação de uma população, com o objetivo de generalização de resultados, mas antes procura aprofundar o nível de conhecimentos e de regularidades cuja singularidade é por si só significativa. O recrutamento dos participantes no estudo foi realizado de acordo com critérios que assegurassem alguma diversidade interna (Guerra, 2006), nomeadamente: contrair o vírus por via sexual; pertencer à faixa etária entre os 25 e 55 anos; ter o 9.º ano de escolaridade ou mais. Estes critérios permitiram selecionar um grupo de participantes no estudo que representasse jovens e adultos ativos com experiências de conjugalidade. Foram excluídos os grupos etários mais novos, assim como os mais velhos em virtude dos constrangimentos que a idade pode representar nestas faixas etárias. No total foram realizadas 29 entrevistas tendo sido utilizado o critério de saturação empírica para a delimitação final da nossa amostra. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e foram submetidas a uma análise de conteúdo temática. Para o efeito, recorreu-se ao software webQDA para codificação, tratamento e análise da informação.

3. Vivências de VIH: Impactos da infeção e processos de recomposição identitária

O recurso a uma abordagem metodológica intensiva permitiu-nos perceber como os sujeitos descrevem as suas vivências de seropositividade e as interpretam. As histórias e os

percursos individuais de descoberta, revelação e gestão da infeção VIH são elementos cruciais para estruturação da identidade das pessoas que vivem com a infeção VIH. Dizem respeito a processos que acontecem no âmbito de contextos históricos e sociais, que incluem os conhecimentos sobre a infeção, os sistemas de crenças e normas sociais, as relações dentro e fora da família, as dinâmicas familiares, as interações com o sistema de saúde, entre outros. Estes diferentes domínios, tanto de forma independente, como interdependente, e em graus distintos, moldam as experiências dos indivíduos na relação com a sua doença (Faria, 2010). Neste ponto, procura-se sistematizar alguns elementos que permitem revelar os contornos mais marcantes dessas experiências. Discute-se, em particular, como era a vida antes da infeção VIH; os processos de descoberta e revelação do diagnóstico e a sua relação com a seropositividade.

3.1. A vida antes da infeção VIH: um enfoque nos comportamentos sexuais de risco

Num primeiro momento, pretendemos conhecer a representação que os indivíduos tinham da sua vida antes do diagnóstico da infeção VIH. A análise das entrevistas permitiu-nos identificar dois grupos distintos de entrevistados. Num primeiro grupo, posicionaram-se os indivíduos que avaliam de forma positiva a sua vida antes da infeção, marcada pela predominância do sentimento de felicidade: *“A minha vida era fantástica, pelo menos como eu me lembro dela”*². Por contraposição, um segundo grupo de entrevistados associa este período à vivência de eventos de rutura, como também de descoberta da orientação sexual, revelando sentimentos de insegurança e angústia por uma sexualidade divergente da norma: *“Estava numa situação de descoberta nessa altura (...) Descobri que tinha inclinação homossexual e envolvi-me pela primeira vez com um homem.”*³

Outra dimensão focada nas entrevistas para a caracterização da vida antes da infeção prende-se com a abordagem dos comportamentos sexuais de risco. Os principais comportamentos de risco estão associados à não utilização sistemática e consistente do preservativo. Neste ponto o uso do preservativo varia de acordo com o tipo de parceiro sexual (menos frequente com parceiros regulares). O não uso do preservativo com parceiros casuais está associado ao sexo sob efeito de álcool e drogas: *“Tínhamos bebido antes e se calhar por isso ficamos mais descontraídos e não pensamos nas consequências.”*⁴ Igualmente as crenças religiosas constituem um fator inibidor do uso preservativo: *“Nunca tivemos preservativos. Somos católicos”*.⁵ Não usar preservativo é

² Homem, ensino secundário, transmissão heterossexual.

³ Homem, ensino secundário, transmissão homossexual.

⁴ Homem, ensino secundário, transmissão heterossexual.

⁵ Mulher, ensino secundário, transmissão heterossexual.

considerado por alguns entrevistados, um método eficaz para demonstrar amor e criar confiança: “*Eu gostava mesmo dele. Não fazia sentido usar preservativo*”.⁶

Alguns indivíduos reportam que antes ou durante a prática sexual, no processo de balanço da decisão sobre a utilização de preservativo, acabam por prevalecer argumentos do foro emocional: “*Estava tão contente que nem pensei em doenças sexualmente transmissíveis*”.⁷ Nesta linha, outro fator apontado como inibidor da utilização do preservativo é a emergência do desejo sexual sem tempo para prevenção (Fisher *et al.*, 1996; Bogart *et al.*, 2006), tal como ilustra a seguinte entrevistada: “*Usei na maioria das vezes preservativos, mas uma ou outra vez não usei. Eram relações esporádicas e a verdade é que quando estamos muito excitados e não temos preservativos, fazemos sexo mesmo sem eles*”.⁸

3.2. O momento do diagnóstico: conhecimento e reação ao diagnóstico

Na nossa amostra, os entrevistados referem que fizeram o teste devido a internamentos hospitalares: “*Adoecei e fui internado*”⁹ ou por ocasião de consulta médica devido a problemas de saúde decorrentes da própria infeção que até então permanecia desconhecida: “*Estava constipado e nunca mais passava e então fui ao médico de família que me aconselhou a fazer o teste*”¹⁰; ou ainda por aconselhamento de profissionais de saúde como medida preventiva: “*Fui fazer análises de rotina e como o meu médico sabia o estilo de parceiros sexuais aconselhou-me a fazer o teste da sida*”.¹¹

Perante o diagnóstico, o indivíduo confronta-se com uma situação passível de mudar profundamente o significado que ele atribui às suas vivências, projetos e planos, ameaçando a estabilidade da sua identidade. Para além da necessidade de reinterpretar os acontecimentos de vida, ele enfrenta sentimentos de revolta e desilusão, dor e luto de um futuro projetado, por outras palavras, “a notícia de seropositividade provoca um processo de luto inerente ao facto de se saber que não se é mais saudável” (Guerra, 1998, p.38). No presente estudo, constata-se que os entrevistados reagiram de maneiras diferenciadas ao diagnóstico. A ideia de morte e letalidade é, desde, logo, uma das reações mencionadas: “*Querida morrer. Eu queria morrer e o diagnóstico era de morte*”.¹² A negação do diagnóstico é outra reação referida: “*A primeira reação foi de choque. Estive em negação.*”¹³ Para outros entrevistados, o diagnóstico era uma realidade

⁶ Mulher, ensino superior, transmissão heterossexual.

⁷ Homem, ensino secundário, transmissão heterossexual.

⁸ Mulher, ensino superior, transmissão heterossexual.

⁹ Homem, ensino superior, transmissão heterossexual.

¹⁰ Homem, ensino secundário, transmissão heterossexual.

¹¹ Homem, ensino superior, transmissão heterossexual.

¹² Mulher, ensino secundário, transmissão heterossexual.

¹³ Homem, ensino secundário, transmissão homossexual.

esperada devido ao fato de terem tido comportamentos sexuais de risco: “*O choque não foi muito grande. Fiquei meio abananado nas primeiras horas, depois tentei falar com os meus amigos mais próximos*”.¹⁴

3.3. Viver com o VIH

Revelação Vs Ocultação: o receio da discriminação

O diagnóstico da infeção VIH foi percebido como um momento de transição nas vidas dos entrevistados, capaz de desorganizar o seu *Ser* e as suas relações e dificultar as tentativas de ajuste à vida em sociedade. Esta constatação foi acompanhada pela necessidade de lidar com as incertezas e angústias de uma doença ainda sem cura, acrescida do peso do julgamento moral (Renesto *et al.*, 2014). Deste modo, vários podem ser os motivos que influenciam a decisão das pessoas que vivem com a infeção VIH revelarem, ou não, a sua condição serológica. Derlega *et al.* (2003), elencaram um conjunto de razões que estão na base da decisão da revelação do diagnóstico e que podem igualmente ser identificadas nas entrevistas realizadas na presente investigação. Uma dessas razões reporta-se à oportunidade de catarse, de partilhar as emoções com alguém: “*Contei a muita gente. Todos os meus melhores amigos sabem. Reagiram sem grandes preocupações e sem grandes dramas. E da parte deles não houve afastamento, nada. Por opção a minha a família não soube de nada*”.¹⁵ A revelação pode ser igualmente um meio para os sujeitos obterem apoio para cuidados sociais e/ou de saúde na sua rede doméstica ou de amigos: “*Tive de contar à minha mãe, para poder levantar a medicação por na altura ser menor. Mas ficou sempre entre nós. E depois de ter feito 18 anos, é como se ela não soubesse de nada. Nunca mais falamos sobre isso*”.¹⁶

Outro motivo referido por Derlega *et al.* (2003) e que foi igualmente observado nas entrevistas, prende-se com o sentido de responsabilidade face aos outros, em particular com as pessoas com quem se tem comportamentos de risco ou relações sexuais: “*Contei logo à minha mulher. Ela também tinha de fazer o teste*”.¹⁷ Por oposição, situam-se os indivíduos infetados que decidem ocultar o diagnóstico por receio de discriminação e, por essa razão, controlam quem pode ter conhecimento do diagnóstico: “*Nunca me senti discriminada porque nunca contei a ninguém que me pudesse discriminar. Tenho a certeza que se as pessoas soubessem o iriam fazer. Faz parte da natureza humana. Afastar o que não conhecemos e com o qual não nos queremos*

¹⁴ Homem, ensino básico, transmissão heterossexual.

¹⁵ Homem, ensino superior, transmissão homossexual.

¹⁶ Homem, ensino secundário, transmissão homossexual.

¹⁷ Homem, ensino secundário, transmissão heterossexual.

identificar”.¹⁸ Ao receio de discriminação, junta-se o medo da rejeição: “*Senti vergonha de dizer o que tenho. Não se pode contar a ninguém. Se eu contasse todos iam deixar de falar comigo*”.¹⁹

Outros entrevistados referem que optam por não revelar a pessoas da sua rede familiar por considerarem que se trata, de certa forma, de uma questão privada: “*Não contei à família. Ninguém tem que saber*”.²⁰ Noutros casos, fazem-no para proteger os familiares do impacto dessa informação: “*Só sabemos os dois. Os nossos pais já são doentes como é que eles ficariam se soubessem? Íamos matá-los mais depressa. Não há necessidade*”.²¹ Alguns entrevistados admitiram também dificuldades ao nível pessoal e relacional para partilhar o diagnóstico: “*Não tive coragem para contar a ninguém*”.²²(cf. Derlega *et al.*, 2003).

É marcante o processo estigmatizante e as suas repercussões na trajetória dos entrevistados. O estigma é tomado como atributo que desqualifica e desaprova socialmente o seu portador. Nasce de processos sociais e históricos, portanto, é possível de transformações (Cavalcanti, 2005). No entanto, no caso da infeção VIH vem sempre com um julgamento associado. Torna-se ainda mais violento quando parte da família, visto a infeção VIH trazer à tona valores, normas e comportamentos interiorizados como inaceitáveis no processo de socialização primária em que a família é o seu principal agente (Oliveira *et al.*, 2015): “*Lá em casa há uma cadeira só para mim, as minhas roupas são lavadas em separado. Também tenho uma colher e um prato só para mim*”.²³

Por ainda não expressarem sinais físicos da doença, alguns dos entrevistados decidiram manipular a informação sobre o seu estado serológico, decidindo não revelar/ocultar o seu estado serológico: “*Para já não se nota, por isso não conto a ninguém. Depois logo se vê. Continuo a fazer de conta que nada aconteceu*.”²⁴ Esta situação mostra-se mais desgastante para aqueles com menor tempo de convívio com o VIH.

Olhar o corpo após o diagnóstico

Numa perspetiva holística percebemos a influência que a representação do corpo tem no bem-estar psicológico da pessoa que vive com a infeção por VIH, na medida em que a conceção pessoal do corpo desempenha um papel crucial na construção identitária e na maior ou menor aceitação dos efeitos fisiológicos da infeção. Mas, os corpos também são afetados por processos sociais, que são eles próprios influenciados pelo género, pelo que não “podemos pensar em

¹⁸ Mulher, ensino superior, transmissão heterossexual.

¹⁹ Mulher, ensino básico, transmissão heterossexual.

²⁰ Homem, ensino básico, transmissão heterossexual.

²¹ Homem, ensino secundário, transmissão homossexual.

²² Mulher, ensino secundário, transmissão heterossexual.

²³ Mulher, ensino superior, transmissão heterossexual.

²⁴ Homem, ensino superior, transmissão homossexual.

arranjos sociais de género como mero efeito que flui de propriedades do corpo. Eles também precedem o corpo, formando as condições em que este se desenvolve e vive” (Connell e Pearse, 2015, p.93). Ora, quando o corpo começa a expressar vulnerabilidade à doença, o indivíduo tem que lidar não só com o sofrimento físico, mas também com o medo da perda do sentido da sua identidade de género e dos seus limites (Baumeister, 1994): “*Sou um zombi. Não vivo realmente no meu corpo*”.²⁵

A imagem corporal corresponde à representação mental que a pessoa tem do seu corpo e que é dada pelas sensações e impressões que se sente no presente ou se sentiu no passado. Engloba, além das estruturas biopsíquicas, estruturas relativas às experiências e interações vividas e os valores culturais e sociais. Assim, qualquer perceção de mudança que altere a imagem corporal que o sujeito tem de si mesmo, implica a alteração de uma ou mais dessas estruturas, podendo ser refletida na forma como esta pessoa se relaciona com o mundo e na vivência da sua corporeidade (Claudine, 2004): “*Eu tenho nojo do meu corpo. Ele denuncia-me. Toda a gente olha para mim e sabe o que eu tenho*”.²⁶

Impacto do diagnóstico nos Comportamentos sexuais

A sexualidade assume um papel importante na qualidade de vida dos indivíduos. Contudo, pouca atenção tem sido dada à sexualidade das pessoas que vivem com a infeção VIH (Dosekun e Fox, 2010). Até ao momento do diagnóstico, a vivência da sexualidade era motivo de prazer, passa a ser responsável pela transmissão de uma doença sem cura. Este processo pode conduzir a uma modificação na perceção da sexualidade, pondo os indivíduos perante o dilema de transmitirem a infeção VIH ou manterem-se sexualmente ativos. (Hoffman, 1991). A resolução do dilema pode passar pela redução da frequência da atividade sexual: “*Evito o mais possível ter relações sexuais. Deixou de ter a importância que eu lhe atribuía*”,²⁷ ou pela abstinência sexual: “*Depois de saber o diagnóstico fiquei abstinente*”.²⁸ Outros entrevistados referem não terem adotado comportamentos preventivos: “*A nível sexual pouco mudou. Continuo sem usar preservativo. Não quero que desconfiem que estou infetado*”.²⁹

A importância da esfera laboral

A infeção VIH do trabalhador, pela carga discriminatória e de estigmatização que geralmente comporta, tem merecido especial atenção por parte de vários organismos nacionais.

²⁵ Homem, ensino secundário, transmissão homossexual.

²⁶ Mulher, ensino básico, transmissão heterossexual.

²⁷ Homem, ensino superior, transmissão homossexual.

²⁸ Homem, ensino superior, transmissão homossexual.

²⁹ Homem, ensino básico, transmissão heterossexual.

Apesar da transmissão da infeção VIH não ocorrer no contacto social, na maioria dos locais de trabalho, este é um argumento utilizado por empregadores para terminarem contratos de trabalho. Inclusive, a realização de exames regulares é recorrente em várias entidades empregadoras, mesmo sendo ilegal. Na mesma linha, o estudo realizado por Dias (2015) mostrou que existe uma discriminação no trabalho sofrida pelas pessoas que vivem com a infeção por VIH devido às consultas frequentes, aos efeitos da medicação e à simples existência da infeção, o que conduz, muitas vezes, à demissão pela entidade patronal ou pelos próprios, por não suportarem a pressão do estigma face à sua condição serológica: *“Com a reação dos meus colegas comecei a sentir-me um monstro. As pessoas tinham medo de mim. Não aguentei muito tempo e despedi-me. Não conseguia estar a trabalhar com gente que me considera um bicho”*.³⁰

Alguns dos nossos entrevistados são confrontadas com a possibilidade de serem socialmente desvalorizadas tanto pela perda funcional, como pela visibilidade da doença: *“Tento ser o mais normal possível sem mudar comportamentos nenhuns para que ninguém perceba nada, para não desconfiarem. Mas a verdade é que me sinto mais fraco. Já não tenho a mesma capacidade”*.³¹ Outros, por sua vez, encaram o trabalho como refúgio e como fonte de realização: *“O trabalho distrai-me do problema”*.³²

Identidade – Reforço ou novas configurações?

Procuramos igualmente conhecer a forma como o indivíduo representa discursivamente a sua experiência e como (re)constrói uma narrativa coerente que lhe permita criar sentido para a experiência de ser portador de VIH. Um primeiro discurso que se destaca prende-se com a percepção de que a infeção não implicou uma reestruturação da identidade dos sujeitos: *“Não senti que estava a ter uma nova identidade. Encaro-a [a infeção] como uma doença crónica”*.³³ Este discurso é marcado pela normalização, em que são minimizados os efeitos da doença: *“Não, não mudamos por sermos infetados. Eu sinto-me igual. Andei mais triste por saber que estava infetado, mas não mudou a minha identidade. Ninguém olha para mim e diz que eu tenho problemas e que estou infetado”*.³⁴

Identifica-se um outro grupo de indivíduos para os quais a infeção produziu uma nova identidade pessoal, na medida em que sentem que o seu bem-estar psicológico foi afetado tornando-se, por isso, pessoas mais tristes e deprimidas: *“Defino-me como uma pessoa que não é*

³⁰ Homem, ensino secundário, transmissão heterossexual.

³¹ Homem, ensino básico, transmissão heterossexual.

³² Mulher, ensino superior, transmissão heterossexual.

³³ Homem, ensino superior, transmissão homossexual.

³⁴ Homem, ensino secundário, transmissão homossexual.

verdadeiramente feliz. E esta infelicidade deve-se muito ao VIH”.³⁵ Para estes indivíduos houve igualmente uma recomposição da identidade no domínio da sociabilidade, com os indivíduos a procurarem voluntariamente um isolamento social convivendo menos com familiares e amigos: *“Senti que passei a ter uma nova identidade. É difícil de definir, mas sinto que sou mais isolado. Que me fecho cada vez mais. Convivo pouco”*.³⁶

Alguns estudos apontam uma correlação significativa entre níveis de escolaridade inferiores e uma prevalência mais acentuada de representações preconceituosas sobre a infeção VIH, assim como demonstram que níveis educacionais mais elevados podem estar associados a maiores capacidades sociais e de comunicação, essenciais para a obtenção de uma rede de suporte social satisfatória (Rotheram-Borus, 2009). Neste estudo verificamos igualmente que o nível educacional expressa diferenças entre as pessoas em termos de acesso à informação, perspetivas e possibilidades de se beneficiarem de novos conhecimentos, assim como faz com que lidem melhor com a doença: *“Sim, tenho a certeza que é por ter a minha escolaridade que lido bem com a doença. Tenho uma maturidade de conhecimentos que me permite isso. E de encarar a própria doença. Assim, como a adesão terapêutica. É muito mais fácil. Sei o que preciso e porque é que preciso. Acho que influencia imenso”*.³⁷

A qualidade de vida das pessoas que vivem com a infeção VIH passa, muitas vezes, pelo apoio e suporte social de instituições existentes com esse fim. De forma geral, os entrevistados que referiram ter conhecimento e procurado apoio social têm uma opinião negativa sobre as respostas sociais existentes, assim como a falibilidade das campanhas públicas de prevenção: *“As respostas em Portugal são muito fraquinhas. Ninguém realmente ajuda”*.³⁸ Sendo o estigma institucional um obstáculo à adesão aos serviços especializados e, por sua vez, à adesão ao tratamento.

4 - Discussão e notas conclusivas

Neste ponto importa dar conta, de forma sucinta, de um conjunto de notas conclusivas dando destaque aos resultados axiais do presente estudo. Na nossa investigação, as principais mudanças observadas entre os entrevistados ao nível do comportamento sexual referem-se ao uso do preservativo, que passou a ser mais frequente, à abstinência sexual e à redução do número de parceiros sexuais, resultados que são igualmente observados noutros estudos (Zimmerman *et al.*, 2008). Do mesmo modo, os entrevistados referem terem adotado comportamentos sexuais

³⁵ Homem, licenciado, transmissão homossexual.

³⁶ Homem, licenciatura, transmissão homossexual.

³⁷ Homem, ensino secundário, transmissão homossexual.

³⁸ Homem, ensino básico, transmissão heterossexual.

mais seguros, mas não completamente, acreditando que a não utilização do preservativo ou o seu uso descontínuo simboliza intimidade e confiança (Lear, 1995), o que funciona, ao mesmo tempo, como uma prova de que não se está infetado com o VIH. Não usar preservativo é assim considerado como um meio de demonstrar confiança entre os parceiros sexuais, mesmo que exista algum desconforto e desconfiança face ao estado serológico dos mesmos. Não se identificou, entre os participantes no estudo, referência à prática de *barebacking sex* (*comportamento de risco intencional e premeditado*).

O género foi igualmente um instrumento conceptual importante para compreendermos as vivências da infeção VIH entre os entrevistados, dando conta da forma como as desigualdades e a discriminação contra as mulheres têm impacto no curso da doença (e.g., Dowsett, 2003; Turmen, 2003). Com efeito, observamos que o uso do preservativo é controlado fisicamente pelos parceiros masculinos. Por esta razão, as mulheres sentem que estão em desvantagem relativamente à negociação do uso do mesmo (Choi, Bowleg e Neilands, 2011). Todavia, são representadas como tendo comportamentos mais preventivos no plano da transmissão de infeções sexuais.

Porém, também observamos alguma proximidade de género relativamente a algumas dimensões relacionadas com a infeção. Após o diagnóstico, o medo de ser um meio para a disseminação da infeção está presente nas vivências dos homens e das mulheres pelo que preferem não se relacionarem afetiva e sexualmente com outras pessoas. O conhecimento limitado sobre o VIH, as crenças negativas sobre o uso dos preservativos e a baixa perceção de risco para o VIH são igualmente fatores de risco para a aquisição do VIH presentes em ambos os géneros e não apenas nas mulheres (Wingood e DiClemente, 2002).

Por seu turno, o conhecimento sobre a transmissão e prevenção do VIH é necessário para sustentar a propagação da infeção. Mas a informação, por si só, não é suficiente para que a mudança de comportamentos preventivos ocorra, especialmente no que diz respeito às relações sexuais (Fisher e Fisher, 1992). Os fatores socioculturais desempenham um papel importante na contextualização dos comportamentos sexuais de risco, tornando as pessoas com menos escolaridade mais vulneráveis ao VIH e a outras IST. No nosso estudo, os entrevistados de estatuto económico elevado revelam possuir maior conhecimento sobre a prevenção do VIH e mais recursos para lidarem com a doença do que aqueles que têm dificuldades económicas. Tais dificuldades, aliadas à pobreza e exclusão social, aumentam a vulnerabilidade dos indivíduos ao VIH (Logan, Cole e Leukefeld (2002). Deste modo, concluímos que existem diferenças de adaptação/reacção à infeção de acordo com o nível de escolaridade dos entrevistados, observando-se que as pessoas com uma escolaridade mais elevada são mais seletivas a quem revelam o diagnóstico, porque receiam a discriminação, mas procuram, ao mesmo tempo, mais informação, acabando por revelar maior confiança face à evolução dos tratamentos e uma atitude menos

dramática na gestão e na relação com a doença. O nível de escolaridade mais elevado traduz-se também numa variabilidade dos estilos de vida, tendo estes indivíduos maior poder aquisitivo e usufruindo de um estilo de vida mais alternativo. Porém, não se traduziu em atitudes mais preventivas face a comportamentos sexuais de risco, pelo contrário, observa-se que estes não conhecem fronteiras de classe, género ou de escolaridade (Choi e Neilands, 2011).

Importa ainda referir que numa abordagem qualitativa o objetivo foi captar o significado de uma experiência vivida auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto. Deste modo, estas conclusões referem-se apenas à apreensão de significados na fala dos sujeitos, não tendo a pretensão de atingir qualquer tipo de representatividade.

Terminamos as presentes notas conclusivas com uma reflexão sobre a pertinência de pensarmos a infeção VIH à luz das relações sociais de género, da compreensão do significado dos comportamentos sexuais de risco, das suas motivações subjetivas a par da necessidade de se conhecer os contextos e os lugares de encontro onde esses comportamentos tomam lugar. Esta parece-nos ser uma abordagem essencial no domínio da prevenção que, para ser bem-sucedida, precisa de contar que as pessoas são capazes de se protegerem e que são capazes de tomar essa decisão.

Por último, importa afirmar que a sexualidade e os comportamentos de risco neste domínio não devem ser reduzidos a categorias de género, mas devem antes ser entendidos nos seus próprios termos. A história da própria epidemia mostra-nos um jogo constante entre género e sexualidade(s) quer, por exemplo, na componente de exploração de identidades e orientações sexuais (HSH), quer em sede de trabalho sexual em que os homens, enquanto clientes, se apoiam numa cultura masculina que os representa como merecedores de gratificação sexual (Connel e Pearce, p.69). Ora, uma das grandes lições que podemos tirar da própria evolução da infeção VIH é que os comportamentos humanos, com destaque para as práticas sexuais de risco, estão sempre a mover-se para espaços que ninguém ocupou antes, ao mesmo tempo, que não são criadas a partir de um vácuo. Pelo contrário, “agimos em situações particulares criadas por ações passadas de outros e pelas nossas próprias ações, tal como é evidenciado pelas improvisações sexuais” (Idem, p.69). Importa, por isso, neste campo, trabalharmos o passado para podermos compreender e apreender melhor as dinâmicas que configuram, eventualmente, os comportamentos sexuais de risco futuros.

Referências bibliográficas

- ADLER, Nancy *et al.* (1993). Socioeconomic inequalities in health: no easy solution. *Jama*, 269(24), 3140-3145.
- ALLEN, Vicent C., MYERS, Hector F., & RAY, Lara (2015). The association between alcohol consumption and condom use: considering correlates of HIV risk among black men who have sex with men. *AIDS and Behavior*, 19(9), 1689-1700.
- ALVAREZ, Maria Joao (2005). *Representações cognitivas e comportamentos sexuais de risco: O guião e as teorias implícitas da personalidade nos comportamentos de protecção sexual*.
- ARREOLA, Sonya *et al.* (2015). Sexual stigma, criminalization, investment, and access to HIV services among men who have sex with men worldwide. *AIDS and Behavior*, 19(2), 227-234.
- BAGGALEY, Rebecca F., WHITE, Richard. G., & BOILY, Marie-Claude (2010). HIV transmission risk through anal intercourse: systematic review, meta-analysis and implications for HIV prevention. *International journal of epidemiology*, 39(4), 1048-1063.
- BAUMEISTER, R. F. (1994). Self-Esteem, *Encyclopedia of Human Behavior*.
- BOGART, Laura *et al.* (2006). Patterns and correlates of deliberate abstinence among men and women with HIV/AIDS. *American Journal of Public Health*, 96(6), 1078-1084.
- CANAVARRO, Maria Cristina *et al.* (2004). A adolescência, a mulher e a SIDA. In *IV HIV/AIDS Virtual Congress: “A Mulher e a Infecção pelo HIV/SIDA”* (pp. 109-122). SIDAnet: Associação Lusófona.
- CAVALCANTI, Vanessa R. S. (2005). A contramare da exclusão, pobreza e trabalho: Visibilidade da condição feminina no Brasil. *Família, sociedade e subjetividades: Uma perspectiva multidisciplinar*, 84-110.
- CHOI, Kyung-Hee, BOWLEG, Lisa & NEILANDS, Torsten B. (2011). The effects of sexism, psychological distress, and difficult sexual situations on US women's sexual risk behaviors. *AIDS Education and Prevention*, 23(5), 397-411.
- HERLICH, Claudine (2004). Saúde e doença no início do século XXI: entre a experiência privada e a esfera pública. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 14, 383-394.
- RAEWYN, C., & PEARSE R. (2015). Gênero: uma perspectiva global. *São Paulo: nVersos*.
- DERLEGA, Valerian *et al.* (2003). Close relationships and social support in coping with HIV: A test of sensitive interaction systems theory. *AIDS and Behavior*, 7(2), 119-129.
- DIAS, Isabel (2016). A violência íntima entre casais do mesmo sexo: Desafios teóricos e metodológicos. *Crime, justiça e sociedade: Visões Interdisciplinares*.
- DIAS, Isabel (2015). Sociologia da Família e do Gênero. *Pactor*.

DOSEKUN, Olamide, & FOX, Julie (2010). An overview of the relative risks of different sexual behaviours on HIV transmission. *Current Opinion in HIV and AIDS*, 5(4), 291-297.

DOWSETT, Gary W. (2003). Some considerations on sexuality and gender in the context of AIDS. *Reproductive health matters*, 11(22), 21-29.

EPELE, Maria Esther (2002). Gender, violence and HIV: Women's survival in the streets. *Culture, Medicine and Psychiatry*, 26(1), 33-54.

FARIA, T. (2010). Infecção VIH/SIDA, que repercussões sociológicas? *Informação Sida e outras doenças infecciosas*. Maio/Junho, p.14-16.

FISHER, Jeffery *et al.*(1996). Changing AIDS risk behavior: effects of an intervention emphasizing AIDS risk reduction information, motivation, and behavioral skills in a college student population. *Health Psychology*, 15(2), 114.

FISHER, Jeffrey & FISHER, William A. (1992). Changing AIDS-risk behavior. *Psychological bulletin*, 111(3), 455.

GUERRA, Marina P., & GUERRA, Marina P. (1998). *Sida: Implicações psicológicas*. Fim de Século.

GUERRA, Isabel C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Lucerna.

HOFFMAN, Mary A. (1991). Counseling the HIV-infected client: A psychosocial model for assessment and intervention. *The Counseling Psychologist*, 19(4), 467-542.

KARANIKOLOS, Marina *et al.*(2013). Financial crisis, austerity, and health in Europe. *The Lancet*, 381(9874), 1323-1331.

LEAR, Dana (1995). Sexual communication in the age of AIDS: The construction of risk and trust among young adults. *Social science & medicine*, 41(9), 1311-1323.

LECOUR, Henrique (2004). História de uma epidemia. *H. Lecour & R. Sarmiento e Castro (Eds.), Infecção VIH/SIDA–2º Curso de Pós-Graduação*, 17-30.

LOGAN, T. K., COLE, Jennifer & LEUKEFELD, Carl (2002). Women, sex, and HIV: social and contextual factors, meta-analysis of published interventions, and implications for practice and research. *Psychological bulletin*, 128(6), 851.

MONTANER, Julio *et al.* (2006). The case for expanding access to highly active antiretroviral therapy to curb the growth of the HIV epidemic. *The Lancet*, 368(9534), 531-536.

O’LEARY, Ann & WINGOOD, Gina M. (2000). Interventions for sexually active heterosexual women. In *Handbook of HIV prevention* (pp. 179-200). Springer, Boston, MA.

OLIVEIRA, Sandra E., ESTEVES, Francisco & CARVALHO, Helena (2015). Clinical profiles of stigma experiences, self-esteem and social relationships among people with schizophrenia, depressive, and bipolar disorders. *Psychiatry research*, 229(1-2), 167-173.

OLIVEIRA, Aliete C. (2008). *Preservativo, sida e saúde pública* (Vol. 10). Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.

OUAKININ, S. (2004). Factores de risco de transmissão sexual e intervenção na prevenção.

SCHONNESSON, L. Nilsson (2002). Psychological and existential issues and quality of life in people living with HIV infection. *AIDS care*, 14(3), 399-404.

SCHRAIBER, Lilia B. (2005). *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. Unesp.

TURMEN, Tomris (2003). Gender and HIV/aids. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, 82(3), 411-418.

TSCHANN, Jeanne M. *et al.* (2002). Relative power between sexual partners and condom use among adolescents. *Journal of Adolescent Health*, 31(1), 17-25.

UNAIDS. (2015). UNAIDS Terminology Guidelines. UNAIDS Joint United Nations Programme on HIV/AIDS. Disponível em: http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/2015_terminology_guidelines_en.pdf

WINGOOD, Gina *et al.* (2002). Body image and African American females' sexual health. *Journal of women's health & gender-based medicine*, 11(5), 433-439.

ZIMMERMAN, Robert H. *et al.* (2013). Nightly biting cycles of malaria vectors in a heterogeneous transmission area of eastern Amazonian Brazil. *Malaria journal*, 12(1), 1-17.

Margarida Lobão. Centro Hospitalar e Universitário de S. João, Alameda Professor Hérnani Monteiro, 4200-391, Porto (Portugal). Email para correspondência – margarida.lobao@chs.jmin-saude.pt

Artigo recebido em 13 junho de 2020. Aprovado para publicação em 3 de maio de 2021.

Uma abordagem sobre a economia solidária no Brasil¹

Patricia Carvalho Vieira

Resumo

O artigo discorre sobre a economia solidária no Brasil, concebida como uma atividade económica de produção de bens e/ou serviços, realizada por meio do trabalho associativo, da posse coletiva dos meios de produção e da autogestão. No Brasil, os empreendimentos solidários representam uma das faces da desigualdade social. O objetivo do artigo é apresentar uma discussão sobre estes empreendimentos e a necessidade de construção de apoios e políticas que promovam condições de sustentabilidade baseadas nas suas singularidades, ampliando desta forma as possibilidades de manutenção e reprodução social em seus contextos, quer no âmbito urbano, quer no rural.

Palavras-chave: economia solidária, autogestão, sustentabilidade

An approach to the solidarity economy in Brazil

Abstract

The article discusses the solidarity economy in Brazil, conceived as an economic activity of production of goods and/or services, through associative work, collective possession of the means of production and self-management. In Brazil, the solidarities enterprises represent one of the faces of social inequality. The purpose of the article is to present a discussion about these enterprises and the need to build support and policies that promote sustainable conditions based on their singularities, thus expanding the possibilities of social maintenance and reproduction in their contexts, whether in the urban or rural areas.

Keywords: solidarity economy, self-management, sustainability

¹ Este artigo resulta da tese de Doutoramento em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, defendida em 2020, com o título “A Política dos centros públicos de economia solidária no estado da Bahia: um estudo sociológico”, orientada pela Profa. Doutora Cristina Parente e coorientada pelo Prof. Doutor Gabriel Kraychete.

Une approche de l'économie solidaire au Brésil

Résumé

L'article traite de l'économie solidaire au Brésil, conçue comme une activité économique de production de biens et/ou de services réalisée à travers le travail associatif, la possession collective des moyens de production et l'autogestion. Au Brésil, les entreprises de solidarité représentent l'un des visages de l'inégalité sociale. L'objectif de l'article est de présenter une discussion sur ces entreprises et la nécessité de construire des politiques qui promeuvent des conditions durables basées sur leurs singularités, élargissant ainsi les possibilités de maintien et de reproduction sociale dans leurs contextes, que ce soit en milieu urbain ou dans le rural.

Mots-clés: économie solidaire, autogestion, durabilité

Un acercamiento a la economía solidaria en Brasil

Resumen

El artículo analiza la economía solidaria en Brasil, concebida como una actividad económica para la producción de bienes y/o servicios realizada a través del trabajo asociativo, la posesión colectiva de los medios de producción y la autogestión. En Brasil, los emprendimientos solidarios representan una de las caras de la desigualdad social. El objetivo del artículo es presentar una discusión sobre estos emprendimientos y la necesidad de construir apoyos y políticas que promuevan condiciones sostenibles a partir de sus singularidades, ampliando así las posibilidades de mantenimiento y reproducción social en sus contextos, ya sea en contextos urbanos o rurales.

Palabras clave: economía solidaria, autogestión, sostenibilidad

A proposição deste artigo é discorrer sobre a economia solidária no Brasil, apresentando características gerais que a compõem. Tem como objetivo demonstrar que as experiências dos empreendimentos econômicos solidários apontam problemas que requerem análises e soluções ajustadas às suas singularidades, que são construídas socialmente em contextos específicos.

O texto é desenvolvido articulando uma concepção de economia solidária mais referenciada nas experiências da América do Sul. Apresenta uma caracterização baseada no banco de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), que tem por finalidade propiciar o acesso público aos dados do mapeamento da economia solidária no Brasil (2005-2007 e 2009-2013)².

² O SIES é uma base permanente de informações, não censitário e não amostral, que possibilita uma visão empírica sobre os empreendimentos econômicos solidários e seus trabalhadores associados. Para maiores informações cf. SIES (ecosol.org.br)

1. Uma base conceitual para pensar a economia solidária

Genericamente, é possível dizer que economia solidária é uma atividade económica de produção de bens e/ou serviços que envolve distribuição, consumo e finanças. Sua realização ocorre por meio do trabalho associativo, da posse coletiva dos meios de produção e da autogestão ou gestão coletiva do negócio pelos próprios trabalhadores associados. Formas de trabalho baseadas mais ou menos nestes três pilares podem abranger muitas designações: “economia do trabalho”, “economia popular”, “economia social”, “socioeconomia solidária”, “economia de solidariedade” etc. São expressões que refletem concepções e particularidades de contextos socioculturais relacionados a fatores disparadores, impossíveis de serem condensados homogeneamente (Caillé, 2009; Gaiger, 2003).

Todo processo de produção requer condições concretas e materiais de realização e a reprodução de determinadas relações sociais. Isto é, as diversas formas de produção expressam relações distintas de “[...] propriedade dos meios de produção e de apropriação do resultado do trabalho. Nestes termos, o processo de produção de um determinado bem ou serviço também é um processo de reprodução de determinadas relações sociais.” (Kraychete, 2012: 16). As relações sociais que estão na base dos respetivos processos produtivos e que espelham um conjunto de práticas, diferenciam fundamentalmente um empreendimento económico solidário de uma empresa capitalista.

A reprodução de determinadas relações sociais está associada à noção de continuidade da sociedade através de padrões de sociabilidade e de formas de realizar as condições de sobrevivência. Trata-se da reprodução da força de trabalho e da sociedade, concomitantemente, em suas diferentes configurações e em condições históricas dadas (Guimarães, 2013). Tal como Coraggio (2014: 20) expressa, a reprodução material da vida, que se realiza também por meio das relações sociais de produção, é uma das dimensões deste processo de reprodução social, mas não é a única, embora seja uma dimensão fundamental: “[...] a reprodução social é muito mais que a reprodução da base material da vida, mas sem essa base não há vida social com todas as suas contradições, nem mundo simbólico.³”

Seguindo esta reflexão, Kraychete (2012; 2018) alerta para a não existência de uma produção em termos gerais. Todo bem ou serviço é produzido a partir de uma configuração social,

³ Tradução própria

historicamente situada. No modo de produção capitalista as relações sociais de produção se baseiam na propriedade privada dos meios de produção e na acumulação produzida a partir do excedente do trabalho. Em um empreendimento económico solidário, tanto os meios de produção quanto o resultado excedente da produção pertencem ao coletivo dos trabalhadores associados envolvidos (Singer, 2003). Ou seja, não há uma apropriação privada do resultado produzido pelo trabalho.

Em um empreendimento económico solidário a relação capital e trabalho apresenta-se de modo socialmente indivisível, inseparável ou, ainda, fundida (Gaiger, 2006, 2000; Singer, 2003). Já no modo de produção capitalista, capital e trabalho estão separados (Marx, 1982/2010), onde o trabalho é colocado em posição de subordinação na relação com o capital (Santos; Rodrigues, 2004). O trabalho, nesta configuração, está a serviço da valorização do capital e o mecanismo peculiar desta relação é a transformação do trabalho em mercadoria, na aceção marxiana, apropriada pelo dono da empresa. A valorização do capital resulta de um processo em que aquele que é possuidor dos meios de produção encontra no mercado o trabalhador livre e despossuído para trocar a sua força de trabalho (a única coisa que possui) por um salário. Na exploração e apropriação do trabalho assalariado é que se extrai o substrato que garantirá a acumulação e reprodução do capital.

Os empreendimentos económicos solidários são pautados por uma lógica diferente da capitalista, ensejam relações de trabalho alicerçadas no princípio da igualdade e num aprofundamento da democracia nos níveis político, social e económico. Estes empreendimentos estão assentes numa racionalidade económica peculiar, em que o trabalho, e particularmente o trabalho associativo, faz o papel de consolidar interesses pessoais com as necessidades coletivas (Gaiger, 2006). É possível dizer que há nestes empreendimentos uma identidade que advém do compartilhamento de determinadas condições de existência, que produz uma relativa conformidade, isto é, a manifestação de regularidades que expressam uma racionalidade económica peculiar.

A racionalidade impressa no funcionamento dos empreendimentos solidários é relativa a um modo de operar marcado por uma finalidade diferente daquela encontrada nas empresas capitalistas, que, de um modo geral, apelam para uma racionalidade instrumental, focada na transformação de todos os recursos disponíveis – naturais, humanos, culturais – em formas de obtenção de lucro. Portanto, o trabalho torna-se um meio de acumulação, finalidade última do negócio. Para os empreendimentos económicos solidários, o trabalho é um meio e é um fim indissociável da razão de ser do próprio empreendimento.

Em um empreendimento económico solidário os meios de produção pertencem ao coletivo dos trabalhadores envolvidos ou associados; não existe um “dono” do negócio, proprietário ou a

figura do patrão. Consequentemente, o resultado económico daquilo que é produzido e vendido ou negociado é dividido entre os trabalhadores associados de acordo com as suas próprias regras. Isto é, são os próprios trabalhadores que decidem como irão remunerar o trabalho, considerando uma gama de opções: a divisão do resultado por igual entre todos, divisão proporcional à produção de cada um, ou outro critério que faça sentido para o coletivo dos envolvidos. Denominações como lucro e salário, por exemplo, terminam por perder completamente o sentido nesse contexto.

Concluimos que estas atividades, tal como afirma Kraychete (2015: 93), possuem uma racionalidade económica “[...] ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital [...]”. Prevalece um tipo de lógica pautada no que Coraggio (2000) chama de “reprodução ampliada da vida”, que assimilamos e interpretamos como uma melhoria na qualidade de vida, levando em consideração o desenvolvimento de capacidades e oportunidades, mas também ampliação no acesso a bens públicos, tais como educação, saúde, habitação e consumo.

2. A autogestão

A autogestão ou gestão coletiva constitui-se como um dos pilares fundamentais que contribuem para a definição de um empreendimento económico solidário, assim como a propriedade coletiva dos meios de produção e do resultado do trabalho, que é dividido entre os trabalhadores cooperantes de acordo com as suas regras. A autogestão expressa um tipo de inscrição marcante e, ao mesmo tempo, desafiadora para os trabalhadores associados ou cooperados.

A autogestão refere-se a um processo de democracia e participação direta daqueles que são os sujeitos do processo, os próprios trabalhadores associados ou cooperados. O sentido de autogestão assumido pela economia solidária, que pode também ser compreendido como gestão coletiva, não repousa em uma unanimidade, é um conceito e uma prática em construção. Mothé (2009: 26, 27), por exemplo, identifica que os adeptos da autogestão são, em geral, os “militantes políticos” ou os “alternativos”. Os primeiros são vinculados ideologicamente ao socialismo e acreditam que a autogestão é subordinada à conquista política do poder, pensada em termos sociais. Neste caso, a democracia direta nas instituições seria uma maneira de dar andamento a um projeto de transformação política ampliado. Já aqueles adeptos da autogestão, que o autor chama de “alternativos”, buscam, por sua vez, “[...] materializar espaços de autogestão limitados e

circunscritos no aqui e agora, na produção, no consumo, na cultura [...]”. Este seria o sentido de autogestão que mais se aproxima daquele idealizado e realizado pelos empreendimentos solidários.

Alguns autores, entre eles Faria (2009) e Guimarães *et al* (2006), questionam o uso do termo autogestionário para designar a forma de autogestão coletiva operada por empreendimentos solidários. Esta discordância, para Lima e Pires (2017), pauta-se numa compreensão da autogestão como forma relacionada a organização da sociedade, portanto, ao que Mothé (2009) aos “militantes políticos”. Baseada nesta visão, não seria possível haver empreendimentos autogestionários fora de uma sociedade igualmente autogestionária, isto é, que fosse regida por um tipo de sistema político autogerido. Assim sendo, a autogestão em um âmbito estrito, como a praticada pelos empreendimentos solidários, seria ineficaz, pois ainda que não haja uma subordinação à figura de um patrão, os mecanismos do mercado capitalista impediriam a realização de um processo emancipador, suposto na vivência da autogestão.

Mas o sentido de autogestão que a economia solidária reivindica envolve a necessidade de autodeterminação, que se traduz numa condição de responsabilidade e autonomia para definir as suas próprias regras, as suas prescrições de organização e funcionamento. Podemos compreender a autogestão, na economia solidária, como uma gestão coletiva, que implica na atuação direta dos trabalhadores associados nas diferentes atividades que envolvem um processo de produção em um empreendimento. As decisões perpassam desde os processos de administração económico-financeira e contábil, à organização da produção em si de bens e/ou serviços, à comercialização.

A autogestão, no ideário apropriado pela economia solidária, propõe subverter, de certa maneira, a divisão social do trabalho hegemónica. Esta subversão se daria na medida em que não se concebe hierarquia das funções de planeamento e administração sobre aquelas funções próprias da execução, ou que envolve serviço braçal. Ao contrário da heterogestão em que, segundo Singer (2002), há um fluxo de informações de baixo para cima e de ordens de cima para baixo. Por princípio, a autogestão deve ser capaz de promover a articulação entre todos os níveis de um processo produtivo e, para tanto, faz-se imprescindível a construção de relações democráticas.

São requeridas relações balizadas pela igualdade e pelo poder compartilhado, que impõem certo grau de dificuldade aos trabalhadores associados, marcados, em geral, por uma cultura heterogestionária de natureza por vezes autoritária. Não se trata de um aprendizado simples. A tentativa de aligeirá-lo pode incorrer no risco de, por um lado, idealizar e não buscar compreender as dificuldades ou os impedimentos para construir saídas e soluções; ou, por outro lado, inviabilizar

a discussão sobre as experiências de autogestão da economia solidária ao elevar o conceito à esfera utópica da transformação social e política.

Icaza e Asseburg (2004: 66) em pesquisa realizada com cooperativas ligadas ao setor calçadista do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, constatou que no processo de autogestão havia a presença de um tipo de relação denominada de “cultura de firma”. Na interpretação das autoras, “cultura de firma” corresponde a características de subordinação e obediência presentes nas relações entre os trabalhadores associados. Estas características, em tese incompatíveis com um processo democrático de autogestão, reproduzem uma lógica de heterogestão. Esta análise respalda-se nas informações de dirigentes de cooperativas, de que apenas 30% em média dos cooperados se dispõem a envolver-se com as atividades de caráter mais desafiador, nomeadamente aquelas ligadas à gestão técnica e administrativa. A tendência, segundo o estudo, é que os trabalhadores participem mais dos processos operacionais e se desresponsabilizem daquelas atividades relacionadas à direção do negócio.

A análise das autoras citadas alinha-se com o mapeamento que identificou em 44% dos empreendimentos consultados a informação de que, entre as principais dificuldades enfrentadas está, justamente, “efetivar a participação e a autogestão”. Já 49% é o estabelecimento de uma relação entre a “autogestão e o exercício da democracia”; e outra grande parte expressou a autogestão como um problema ainda não solucionado (Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2013).

A dificuldade em operar a autogestão por empreendimentos solidários no Brasil pode ser relacionada, entre outros fatores ainda não sistematizados, à falta de experiência e de conhecimentos específicos exigidos na gestão de um negócio, mesmo no caso de operações simples de administração financeira e contábil, por exemplo. Vale alertar, não obstante, que a gestão em si é um tema que suscita debates e que ocupa centralidade em outras áreas de atuação, do setor privado ao público (Aguiar, 2007). No caso destes empreendimentos, acresce-se o desafio da gestão feita por um coletivo de trabalho, num exercício de relações horizontais que se querem democráticas.

Embora não existam dados seguros sobre o nível de escolaridade dos trabalhadores que integram empreendimentos solidários no Brasil, é possível inferir que grande parte possui baixo nível de escolarização ou uma escolarização incompleta. Lima (2008), a partir de estudos com empresas recuperadas⁴, afirma que uma maior participação técnico-administrativa por parte dos

⁴ Empresas que entraram em processo de falência e que, ocupadas por trabalhadores, passaram a ser geridas incorporando princípios do cooperativismo, como autogestão.

trabalhadores associados ou cooperados está ligada a um maior nível de escolarização. Acrescenta que, frequentemente, questões administrativas de empreendimentos são tratadas pelo conjunto dos trabalhadores como se fossem problemas que dizem respeito à diretoria apenas e não a todos, porque são percebidos como assuntos que requisitam conhecimentos específicos, com maior elaboração intelectual.

A despeito das dificuldades aludidas, vale lembrar Boyte (1992: 347) em suas pesquisas com mulheres organizadas em associações. O autor constatou que nestes tipos de práticas coletivas são fomentados conhecimentos e aptidões, tais como o saber negociar, fazer julgamentos, realizar uma prestação de contas ou mesmo o exercício de poder nas relações. Também Barbosa (2007: 139) observa que, por meio da gestão coletiva, no processo de buscar meios de solucionar dificuldades, negociar e construir enfrentamentos às questões que se apresentam, os próprios sujeitos vão sendo forjados, buscando modos de desenvolvimento e fortalecimento coletivo que podem potencializar a luta em defesa de direitos sociais.

Também é possível depreender que a maneira como cada empreendimento constrói a sua experiência autogestionária resulta da interseção de múltiplos fatores, como: o acúmulo de vivências dos seus integrantes em atividades coletivas ou associativas, a disposição para negociar internamente as diferenças e desacordos, os jogos de poder e, inclusive, o acesso a apoios externos ou políticas que concorram para auxiliar no manejo dos desafios emergentes e resultantes do processo de produzir, gerir e comercializar.

A autogestão permanecerá sem uma solução objectiva, mas como afirma Aguiar (2007), ao lidar com esta problemática e no exercício cotidiano, processos de autonomia são ativados e espaços de liberdade são ampliados frente aos constrangimentos impostos pelo modo capitalista de produção. É nesta tensão que aprendizagens podem ocorrer, e os dispositivos podem ser criados e assim favorecer aos processos de construção de autogestão, considerando a existência de diferenças e particularidades entre os próprios empreendimentos.

3. Expressões dos empreendimentos económicos solidários no Brasil

Um empreendimento é a expressão concreta da economia solidária, é a forma social específica de produção que se contrapõe à forma típica da produção capitalista de trabalho assalariado (Gaiger, 2003). Os empreendimentos no Brasil podem assumir, na prática, uma variedade de formas que também podem influenciar na maneira como organizam a atividade

desempenhada. Entre tantas variações podem se apresentar como: associações (muito comuns entre agricultores familiares e artesãos), cooperativas (de crédito, produção, comercialização, consumo, catadores de resíduo reciclável etc.), empresas recuperadas, grupos produtivos informais (vinculados a associações ou não), clubes de trocas, centrais de comercialização, bancos populares, fundos solidários.

O Termo de Referência do SIES⁵ delimita com certa objectividade critérios ou características dos empreendimentos. Este Termo foi definido em convergência com diferentes entidades ligadas à economia solidária no Brasil e estabeleceu que os empreendimentos são: i) organizações coletivas suprafamiliares cujos participantes ou sócios são trabalhadores urbanos e/ou rurais que exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados; ii) atividades económicas permanentes que se constituem como a “razão de ser” do empreendimento que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização e de consumo solidário; iii) organizações que podem dispor ou não de registo legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; iv) organizações económicas complexas – centrais de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares – ou organizações singulares.

Estas descrições delineiam aspetos que sugerem certa normatividade, contendo conceitos de uma economia que se pretende transformadora da realidade social. Como recomenda Gaiger (2000), é preciso reconhecer que a própria definição dos empreendimentos solidários contém em si mesmo um valor heurístico que, portanto, prevê um conhecer contínuo.

Quantitativamente, o primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil (2005-2007) identificou 21.859 mil empreendimentos⁶, e o segundo (2009-2013) 19.708 mil empreendimentos, totalizando cerca de 1,4 milhão de trabalhadores. 56% destes trabalhadores associados são homens e 43,6% mulheres, refletindo uma pequena diferença, mas que é alterada a depender da região e da forma de empreendimento (Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2013). As cooperativas, por exemplo, que ainda representam um número pequeno no universo dos empreendimentos solidários quando comparadas à presença das associações e dos grupos informais, concentram o dobro da participação de homens (68%) em relação à de mulheres (31,9%). Nos grupos informais este quadro é invertido, sendo a grande maioria de mulheres (63%) (Gaiger, 2014).

⁵ Anexo I da Portaria Ministerial nº 30/2006 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Cunha, 2012).

⁶ O primeiro mapeamento identificou 1.687.035 milhões de trabalhadores associados. 63% eram homens e 37% mulheres. (Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2013)

Silva e Carneiro (2016) mencionam que embora não tenha havido perguntas no mapeamento relacionadas a horas trabalhadas, a experiência empírica aponta que o maior percentual de mulheres nos grupos informais pode estar relacionado ao funcionamento destas organizações. Os grupos informais, geralmente constituídos por poucas pessoas, possuem um funcionamento mais flexível, isto é, menos exigente do ponto de vista da administração produtiva e contábil, por exemplo, o que favorece à conciliação da atividade laboral com os afazeres domésticos, ainda delegados fortemente para as mulheres⁷.

Nos empreendimentos tipo associação, que representam 60% do total de empreendimentos no Brasil, há um equilíbrio em relação à quantidade de homens e mulheres, mas com predomínio masculino (53%) (Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2013). Não se pode afirmar, no entanto, que haja equilíbrio quanto à divisão sexual do trabalho⁸. O conhecimento empírico sugere discrepâncias entre as funções delegadas para homens e mulheres, principalmente em grupos de atuação rural. Em estudo de caso, por exemplo, realizado entre 2013 e 2015, em um empreendimento de atuação rural, o único homem do grupo era quem assumia o cargo de presidente da associação. As mulheres, além de assumir mais responsabilidades no processo de produção, ficavam distanciadas dos processos de decisão e gestão (Vieira, 2015). Evidências indicam que essa desigualdade parece ainda se reproduzir nos empreendimentos solidários, apontando para a necessidade de estudos que aprofundem as suas origens e consequências.

A participação de homens e mulheres em termos regionais é relativamente equilibrada, com destaque apenas para a Região Sul, que possui quase o dobro de homens integrando os empreendimentos. Gaiger (2014) analisa que a disparidade observada no Sul tem relação com o predomínio das cooperativas nesta Região que, tradicionalmente, são mais constituídas por homens e possuem um maior nível de estruturação.

Os períodos que marcam o surgimento em maior número de empreendimentos económicos solidários no Brasil refletem conjunturas de crise e, no caso dos anos 2000, de incentivos públicos. O mapeamento da economia solidária evidencia que 27% dos empreendimentos foram fundados na década de 1990 (Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, 2015), quando ocorre um primeiro salto quantitativo. Nesta década, o país sofre um período de crise social e

⁷ Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística PNAD/IBGE, de 2009, 90% das mulheres com 16 anos de idade ou mais afirmaram “realizar afazeres domésticos” em contraponto a 50% dos homens entrevistados.

⁸ O conceito de “divisão sexual do trabalho” foi elaborado para explicar a existência de uma hierarquia social entre o trabalho de homens e mulheres (Hirata; Kergoat, 2007).

económica, com forte regressão do mercado de trabalho, resultando na diminuição da oferta de ocupações assalariadas. O desemprego dobra quando comparado com a década anterior, de 1980 (Pochmann, 1998).

A marca destes anos de 1990 quanto às políticas económica e social é a implementação de uma agenda liberal de ajustes institucionais. Na prática significou um reordenamento das políticas pautadas em princípios universalistas ao viés de políticas subordinadas ao ajuste fiscal, à redução do papel social do Estado e às privatizações como uma das consequências. As políticas sociais sofreram contingenciamentos, afastando-se de uma perspetiva de justiça redistributiva. Segundo Ivo (2008: 166), este é um período controvertido da vivência democrática brasileira, pois “[...] é vivenciado na prática pelos trabalhadores assalariados como “negação” dos direitos sociais, afetando, portanto, as condições da cidadania social e de participação da comunidade nacional pela via do trabalho.”.

O discurso liberalizante tornou-se hegemónico no Estado, justificando reformas que produziram flexibilização de direitos e rebaixamento de rendimentos pagos. Ao mesmo tempo, foi desencadeado um processo de reestruturação produtiva, com introdução de novas tecnologias e novos métodos de gestão junto com a desregulação do mercado de trabalho “[...] efetivada na prática pelas empresas e por diversos instrumentos jurídicos emanados dos sucessivos governos [...]” (Filgueiras, 2006: 188). Todo este quadro contribuiu para um aumento do desemprego em todo o país.

Ivo (2008: 109) analisa que a questão social no Brasil se expressa “na persistência de um contingente de indivíduos que se reproduz nos limites mínimos de subsistência e fora das atividades económicas predominantes, o que determina um padrão acentuado de desigualdades sociais e de rendas [...]”. É neste contexto da década de 1990 que a economia solidária surge no Brasil, resultando, segundo Schiochet (2012), da forma como a “questão social” se apresentou naquela altura; por um lado, havia a trajetória dos movimentos sociais na construção de uma institucionalidade democrática com o fim da ditadura militar (1964-1985), que culmina com a nova Constituição de 1988; por outro lado, havia dificuldade em assegurar a cidadania ampliada, que a redemocratização suscitou. A crise que se desencadeia afeta o mudo do trabalho e aumenta a exclusão social.

As primeiras ações públicas relacionadas a economia solidária ocorreram já na segunda metade da década de 1990, em alguns municípios do país, que destinaram recursos de apoio e fomento. Schiochet (2009: 56) refere ainda que, de um modo mais amplo, a economia solidária no

Brasil entrou “pelas portas do fundo”, isto é, por meio de outros propósitos que não o apoio ou fomento aos empreendimentos associativos populares, diretamente. Foram os programas de qualificação profissional e geração de trabalho e renda que propiciaram aos movimentos sociais e sindicatos reverterem estes investimentos em apoio a iniciativas de “cooperação econômica e autogestão”, de onde surgiram ações que fomentaram muitos empreendimentos solidários.

A partir dos anos 2000, o percentual de empreendimentos novos é muito expressivo, 65% (Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, 2015). É interessante notar que, diferente da década de 1990, a partir de 2004 ocorre uma retomada de crescimento econômico no Brasil, com incremento da formalização no mercado de trabalho, sendo em 2008 o ápice da expansão de oportunidades de emprego⁹. Embora os índices de desemprego tenham-se reduzido, houve uma população que permaneceu disponível para se inserir nos empreendimentos da economia solidária. É também neste período que toma impulso a institucionalização da economia solidária, a partir do governo federal, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2003.

É neste cenário que a economia solidária é pautada, institucionalmente, como uma alternativa de trabalho e renda e como desenvolvimento da luta democrática dos movimentos sociais. Apesar disso, é importante refletir que o Estado brasileiro sempre teve o mercado de trabalho e o emprego regular assalariado como principais referências para políticas no âmbito do trabalho. São políticas voltadas principalmente para a qualificação profissional, intermediação de mão de obra e o seguro-desemprego (Barbosa, 2007; Kraychete, 2016, 2018).

Apesar disso, Kraychete (2018: 57, 58) assegura que, no Brasil, o emprego assalariado nunca se tornou uma perspectiva segura para uma grande parcela da população e que “[...] as mudanças resultantes da reestruturação produtiva ocorrem num quadro em que a cidadania não significou a completa integração da massa de trabalhadores ao regime salarial estável [...]”. Sendo assim, para muitos a “opção” de trabalhar de modo associativo, frequentemente não resulta de uma simples escolha, mas de uma impossibilidade de acesso ao emprego assalariado.

Esta impossibilidade de escolha para muitos trabalhadores se expressa, de certa maneira, no mapeamento das principais motivações para a criação de um empreendimento solidário. As duas respostas mais frequentes - “uma fonte complementar de renda” (48,8%) e “alternativa ao desemprego” (46%) - destacam uma razão econômica. As motivações que seguem a estas já se

⁹ Em estudo coordenado por Guimarães (2016) sobre “políticas de intermediação de emprego entre trabalhadores pobres”, no período de 2001-2012, concluiu-se que embora sejam os mais pobres o principal público dos sistemas de busca públicos, são eles também que menos efetividade têm nas buscas por colocações no mercado de trabalho.

relacionam com uma razão associativa: “obter maiores ganhos associativamente” (43%) e “atividade na qual todos são donos” (40,7%). (Gaiger, 2014)

Quando são analisadas as motivações mapeadas por forma de organização, “obter maiores ganhos associativamente” (55,5%) e “atividade onde todos são donos” (51%) aparecem mais vinculadas às cooperativas. Estas são motivações que possuem um apelo ao trabalho associado e ao interesse em ampliação da renda. Já “alternativa ao desemprego” (58%) e “uma fonte complementar de renda” (60%) prevalecem nos grupos informais, indicando uma maior urgência económica, que encontra numa forma mais simplificada de organização, que não depende de uma formalização jurídica *a priori* para funcionar, uma possibilidade de obter algum ganho, mesmo que incerto. Sintomaticamente, os grupos informais predominam nas cidades (59%). (Gaiger, 2014)

Embora a dimensão territorial seja a mais visível, segundo Kraychete (2018: 157, 158) é a “natureza da *relação do trabalho e os meios de produção*”¹⁰ que pode explicar melhor essas particularidades. Os agricultores familiares possuem os meios de produção, os instrumentos de trabalho e a terra. Não existe “uma separação prévia entre força de trabalho e meios de produção”¹¹. Antes de iniciarem uma atividade associativa estes agricultores familiares já realizam trabalho como proprietários de meios de produção. “Em geral, as atividades que os agricultores familiares realizam de forma associativa não são as atividades agrícolas, mas a comercialização ou o beneficiamento da produção advinda de cada unidade de produção familiar.”

É também na área rural que se concentra o maior número de empreendimentos solidários no Brasil, 54,8%. Esta tendência também é confirmada nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. No âmbito rural as associações estão em maior percentual (69%) que as cooperativas (34%) (Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2013). Historicamente, houve incentivos institucionais para a constituição de associações nas áreas rurais do país, principalmente no Nordeste, como forma de promover a geração de trabalho e renda e mitigar efeitos da pobreza. Desde a década de 1970, associações de agricultores familiares são fomentadas por programas governamentais e por fundações, institutos, organizações não governamentais nacionais ou estrangeiras. Segundo Parreiras (2007), foram lançados, neste período, programas de governo com o objetivo de combater a pobreza rural no Nordeste, prevendo, no bojo das ações, fomento à atividade produtiva e estímulo ao associativismo.

¹⁰ Itálico no original.

¹¹ Kraychete (2018) informa que no segmento dos artesãos, em algumas modalidades, a peculiaridade de possuir os meios de produção e instrumentos do trabalho também se repetem.

A principal atividade económica dos empreendimentos solidários é a produção de bens (56%) que, frequentemente, envolve a comercialização também. Consumo ou uso coletivo de bens e serviços vem a seguir (20%), bastante concentrada na área rural (85%) onde espaços de transformação e/ou processamento de alimentos são compartilhados, tradicionalmente. A comercialização ou organização da comercialização (13%), embora esteja mais representada no espaço urbano - onde há grande incidência de associações de artesãos que realizam a comercialização coletivamente e a produção é individual -, também no espaço rural ela exerce papel significativo para o escoamento, tanto da produção agrícola individual/familiar, quanto associativa. (Gaiger, 2014)

A produção de bens é a principal atividade das associações e dos grupos informais (70%). Em muitos casos, a venda pode ser feita de modo livre ou informal e, em outros casos, pode ser feita através de uma cooperativa parceira. Para as cooperativas, a produção também é o principal tipo de atividade (47,0%), e a comercialização vem em segundo lugar (27,0%) (Gaiger, 2014).

Com os programas governamentais de compras públicas, nomeadamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹², muitas cooperativas assumiram a comercialização de produtos de outros empreendimentos e produtores individuais, recebendo um valor pré-estipulado de comissão pelo serviço. A venda por meio de uma cooperativa é a maneira que muitas associações¹³ e pequenos grupos encontram para viabilizar a venda para o Estado, visto que há exigências jurídicas que não conseguem cumprir. Políticas de apoio aos empreendimentos e, particularmente, ao escoamento da produção, ampliando as possibilidades de comercialização, são mais que necessárias para gerar renda.

Se a produção de bens é a principal atividade económica da maioria dos empreendimentos e se há tantas dificuldades em comercializar, a consequência imediata é a diminuição ou irregularidade da renda obtida com o trabalho coletivo. No mapeamento foi verificado um número considerável de empreendimentos que conseguem pagar as contas, mas não obtém uma sobra; outros que nem mesmo conseguem pagar as despesas. Ao reunir estes dois grupos tem-se mais da metade dos empreendimentos que não consegue obter renda alguma.

Somam-se as dificuldades e, muitas vezes, os empreendimentos precisam dispor de recursos próprios e até de doações para implementar suas atividades, o que restringe e limita o

¹² Para maiores informações sobre o PNAE e o PAA cf. Vieira, 2015.

¹³ Por lei, no Brasil, uma associação não pode ter finalidade comercial, embora possa realizar vendas, eventualmente, quando a justificativa for implementação de objetivos. Para grupos populares, entretanto, as condições impostas pelo marco legal do cooperativismo brasileiro são barreiras difíceis de serem transpostas.

desenvolvimento dos empreendimentos. Um sistema de crédito e financiamento adequado, aliado a outras ações de qualificação técnica e material são fundamentais para pensar a viabilidade e sustentabilidade de empreendimentos económicos solidários. O adiamento na resolução de problemas, quando não impede em definitivo a continuidade de um grupo, gera desgastes e esvaziamentos da sua finalidade.

4. Considerações finais

A economia solidária no Brasil expressa-se de forma heterogênea e marcada por fragilidades e dificuldades técnicas e materiais, que também refletem as desigualdades do país, como o acesso limitado e restrito a direitos sociais, económicos e previdenciários dos trabalhadores dos empreendimentos solidários. Estes contornos reduzem fortemente a capacidade de atuação dos empreendimentos solidários e a sua superação implica a construção de apoios contínuos, que atuem em múltiplas dimensões concomitantemente.

Para melhor pensar a economia solidária é fundamental compreender como são constituídos e como estão organizados os empreendimentos económicos solidários, expressão concreta desta economia nos territórios, identificando os problemas e buscando soluções alinhadas com suas singularidades e necessidades de viabilidade e sustentabilidade. Resultando de um processo multidimensional, a sustentabilidade incorpora requisitos que extrapolam a dimensão económica, abrangendo os âmbitos governamental e institucional na formulação e implementação de políticas e programas apropriados e na criação de tecnologias sociais adequadas que favoreçam o aperfeiçoamento contínuo das práticas autogestionárias.

Bibliografia

- AGUIAR, Kátia (2007), “Economia dos Setores Populares: modos de gestão e estratégias de formação”, in Gabriel Kraychete e Kátia Aguiar (org.), *Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e estratégias de formação*, São Leopoldo, Oikos Editora, pp. 106-121.
- BARBOSA, Rosana Nair de Carvalho (2007), *A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*, São Paulo, Editora Cortez.
- BOYTE, Harry C. (1992), “The Pragmatic Ends of Popular Politic”, in Craig Calhoun (Ed.), *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, MIT Press, pp. 340-358.

VIEIRA, Patricia Carvalho (2021), “Uma abordagem sobre a economia solidária no Brasil”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 63-81.

CAILLÉ, Alain (2009), “Sobre los Conceptos de Economía en general y de economía Solidaria en particular”, in Cyrille Ferraton *et al.* (org.), *Qué es lo económico? Materiales para um debate necesario contra el fatalismo*, Buenos Aires, Ciccus, pp. 13-46.

CORAGGIO, Jose Luis (2000), “Da economia dos setores populares à economia do trabalho”, in Gabriel Kraychete; Francisco Lara; Beatriz Costa (org.), *Economia dos Setores populares: entre a realidade e a utopia*, Salvador, Editora Vozes, pp. 53-74.

CORAGGIO, Jose Luis (2014), “Polanyi y la economía social y solidaria em América Latina”, *Cadernos Metrópole*, São Paulo, vol 16, n. 31, pp. 17-35.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti (2012), *Outras Políticas para Outras Economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)*, Tese em Sociologia, Brasília, Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS; OBSERVATÓRIO NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO COOPERATIVISMO (2015), [Consult. a 10.05.2019]. Disponível em: <http://ecosol.dieese.org.br/index.php>.

FARIA, Jose Henrique de (2009), *Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*, São Paulo, Atlas Editora.

FILGUEIRAS, Luiz (2006), “O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico”, in Eduardo M. Basualdo; Enrique Arceo, *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*, Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, [Consult. a 10.03.2019]. Disponível em: SectoresDominantes.indb (ufba.br).

GAIGER, Luiz Inácio (2000), “Sentido e Possibilidades da Economia Solidária hoje”, in Gabriel Kraychete; Francisco Lara; Beatriz Costa (org.), *Economia dos Setores populares: entre a realidade e a utopia*, Salvador, Editora Vozes.

GAIGER, Luiz Inácio (2003), “A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista”, *Caderno CRH*, n. 39, pp. 181-211, [Consult. a 20.05.2019]. Disponível em: A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA | Gaiger | Caderno CRH (ufba.br).

GAIGER, Luiz Inácio (2006), “A Racionalidade dos Formatos Produtivos Autogestionários”, *Sociedade e Estado*, vol. 21, n. 2, pp. 512-545, [Consult. a 20.05.2019]. Disponível em: A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários (scielo.br).

GAIGER, Luiz Inácio *et al.* (coord) (2014), *Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados*, São Leopoldo, Editora Oikos.

GUIMARÃES, Iracema Brandão (2013), “Reprodução e trabalho”, in Anete Brito Leal Ivo *et al.* (coord.), *Dicionário Temático, Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas*, São Paulo, Annablume Editora, Brasília, CNPq, Salvador, FAPESB.

VIEIRA, Patricia Carvalho (2021), “Uma abordagem sobre a economia solidária no Brasil”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 63-81.

GUIMARÃES, Nadya Araújo (Coord.) (2016), *O desafio da inclusão. O lugar das políticas públicas de intermediação no acesso ao emprego entre trabalhadores de baixa renda*, Centro de Estudos da Metrópole, Departamento de Sociologia, São Paulo, CNPQ.

GUIMARÃES, Valeska Nahas *et al.* (2006), “Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção”, in Valmiria Piccinini *et al.* (org.), *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea*, Porto Alegre, UFRGS.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. (2007), “Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho”, *Cadernos de Pesquisa*, vol. 37, n. 132, pp. 595-609, [Consult. a 20.05.2019]. Disponível em: untitled (scielo.br).

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; ASSEBURG, Hans Benno (2004), “Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçados no Rio Grande do Sul”, in Luiz Inácio Gaiger (org.), *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*, Porto Alegre, Editora UFRGS, pp. 55-90.

IVO, Anete B. Leal (2008), *Viver por um fio: pobreza e política social*, São Paulo, Annablume, Salvador, CRH/UFBA.

KRAYCHETE, Gabriel (2012), “Economia Popular Solidária: indicadores para qual sustentabilidade”, in Gabriel Kraychete; Patricia Carvalho (org.), *Economia Popular Solidária: indicadores para a sustentabilidade*, Porto Alegre, Tomo Editora.

KRAYCHETE, Gabriel (2015), “Escala e Sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários: uma ambiência necessária”, *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 235, pp. 186-206, [Consult. a 27.09.2018]. Disponível em: ESCALA E SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: UMA AMBIÊNCIA NECESSÁRIA | Kraychete | Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades (ucsal.br).

KRAYCHETE, Gabriel (2016), “Categorias de Análise do Mundo do Trabalho e Dinâmica da Economia dos Setores Populares: aderências e disjunções”, *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 239, pp. 892-910, [Consult. a 21.06.2018]. Disponível em: CATEGORIAS DE ANÁLISE DO MUNDO DO TRABALHO E DINÂMICA DA ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: ADERÊNCIAS E DISJUNÇÕES | Kraychete | Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades (ucsal.br)

KRAYCHETE, Gabriel (2018), *Economia dos Setores Populares e Inserção Social pelo Trabalho: a reprodução da vida para além da norma salarial*, Tese em Políticas Sociais e Cidadania, Salvador, Programa de Pós-Graduação Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador.

LIMA, Jacob Carlos (2008), “Reestruturação industrial, desemprego e autogestão: as cooperativas do Vale dos Sinos”, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, n. 19, pp. 212-249, [Consult. a 27.11.2018]. Disponível em: SOCIOLOGIAS 19-PARTE02.pmd (scielo.br).

LIMA, Jacob Carlos; PIRES, Aline Suelen (2017), “Fábricas recuperadas pelos trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho”, *Caderno CRH*, Salvador, vol. 30, n. 79, pp. 69-87, [Consult. a 27.06.2018]. Disponível em: FÁBRICAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES: os dilemas da gestão

VIEIRA, Patricia Carvalho (2021), “Uma abordagem sobre a economia solidária no Brasil”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 63-81.

coletiva do trabalho (scielo.br)

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792017000100069&script=sci_abstract&tlng=pt.

MARX, Karl ([1984] 2010), *Manuscrítos econômico-filosóficos*, São Paulo, Boitempo.

MOTHÉ, Daniel (2009), “Autogestão”, in Antonio Davi Cattani *et al.* (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia, Série Políticas Sociais*, Coimbra, Editora Almedina, pp. 26-30.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2013), “SENAES Acontece”, *Boletim Informativo, Edição Especial*, Brasília. Disponível em [acontece_senaes_2013_-_n34_ed_especial.pdf](#) (socioeco.org).

PARREIRAS, Luiz Eduardo (2007), *Negócios Solidários em Cadeias Produtivas: protagonismo coletivo e Desenvolvimento Sustentável*, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica - IPEA, ANPEC, Fundação Banco do Brasil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2009), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, [Consult. a 24.05.2018]. Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>.

POCHMANN, Márcio (1998), “Velhos e novos problemas no mercado de trabalho no Brasil”, *Revista Indicadores Econômicos*, vol. 26, pp. 119-139, [Consult. a 01.09.2018]. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1297/1665>.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRIGUEZ, César (2003), “Introdução: para ampliar o canône da produção”, in Boaventura de Souza Santos (org.), *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*, Porto, Editora Afrontamento, pp. 21-68.

SCHIOCHET, Valmor (2009), “Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios”, *Mercado de Trabalho*, n. 40, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica - IPEA.

SCHIOCHET, Valmor (2012), “Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil”, in Édi A. Benini *et al.* (org.) *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. vol. 2, São Paulo, Outras Expressões Editora, pp. 17-44.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes (2016), *Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*, *Relatório de Pesquisa*, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica - IPEA.

SINGER, Paul (2002), *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SINGER, Paul (2003), “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”, in Boaventura de Souza Santos (org.), *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*, Porto, Editora Afrontamento, pp. 71-108.

VIEIRA, Patricia Carvalho (2015), *A Ação do Estado e a Viabilidade de Empreendimentos Populares Solidários no Meio Rural: um estudo de caso no município de Irará-BA*, Dissertação em ciências sociais, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia.

VIEIRA, Patricia Carvalho (2021), “Uma abordagem sobre a economia solidária no Brasil”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 63-81.

Patricia Carvalho Vieira. Av. da Integração, 631, apt1503, Maria Auxiliadora, Petrolina-PE, 56.330-290 (Brasil). Email: pcvalfaya@gmail.com

Artigo recebido em novembro de 2019. Aprovado para publicação em 15 de maio de 2020.

Serão as tipologias partidárias capazes de prever comportamento? Um ensaio exploratório

Rui Oliveira

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Resumo

As tipologias partidárias, que classificam os partidos na perspetiva da sua organização, profissionalização, filiação, democracia intrapartidária, comunicação política e estratégias de campanha, liderança, são um instrumento teórico e empírico para uma variedade de projetos de investigação sobre partidos políticos, competição e representação política. No artigo apresenta-se uma proposta de análise que procure incorporar, de forma mais sistemática, a relação entre o tipo de partido e os *outcomes* políticos e a competição partidária, com o objetivo de fornecer pistas para um estudo mais alargado sobre a capacidade de as tipologias partidárias preverem comportamento.

Palavras-chave: tipologias partidárias; resultados políticos; competição partidária.

Are party typologies capable of predicting behavior? An exploratory essay

Abstract

Party typologies, which classify parties from the perspective of their organization, professionalization, membership, intra-party democracy, political communication and campaign strategies, leadership, among others, are a theoretical and empirical instrument for a variety of research projects on political parties, political competition and representation. This article presents a proposal for analysis that seeks to incorporate, in a more systematic way, the relationship between the type of party and political outcomes and party competition, in order to provide clues for a broader study on the party typologies' ability to predict behavior.

Keywords: party typologies; political outcomes; party competition.

Les typologies de partis sont-elles capables de prédire comportement? Un essai exploratoire

Résumé

Les typologies des partis, classent ces derniers dans la perspective de leurs organisation, professionnalisation, affiliation, démocratie intra-parti, communication politique et stratégies de campagne,

direction, sont l’instrument théorique et empirique pour une variété de projets de recherche sur les partis politiques, la concurrence et la représentation politique. Cet article présente une proposition d’analyse qui tente d’intégrer, de manière plus systématique, la relation entre le type de parti, les résultats politiques et la compétition partisan, afin de fournir des indices pour une étude plus large sur la capacité des typologies des partis à prédire comportement.

Mots-clés: typologies des partis; résultats politiques; compétition partisan.

¿Las tipologías de partido son capaces de predecir comportamiento? Un ensayo exploratorio

Resumen

Las tipologías de partidos, que clasifican a los partidos desde la perspectiva de su organización, profesionalización, afiliación, democracia intrapartidaria, comunicación política y estrategias de campaña, liderazgo, son un instrumento teórico y empírico para una variedad de proyectos de investigación sobre partidos políticos, competencia y representación política. Este artículo presenta una propuesta de análisis que busca incorporar, de manera más sistemática, la relación entre el tipo de partido y los resultados políticos y la competencia partidista, con el fin de proporcionar pistas para un estudio más amplio sobre el la capacidad de las tipologías de partido para predecir comportamiento.

Palabras clave: tipologías de partidos; resultados políticos; competencia partidista.

Introdução¹

Maurice Duverger comentou que “atualmente é impossível descrever seriamente os mecanismos comparativos dos partidos políticos e, no entanto, é indispensável.” Os partidos políticos são essenciais na arena democrática e, mesmo com todos os vaticínios em relação ao seu declínio, podemos beneficiar com o aprofundamento do que sobre eles sabemos. Juan Linz (Gunther *et al.*, 2002: 291), provocadoramente, alerta para o paradoxo que os partidos políticos enfrentam dentro da ciência política: nas sociedades onde a liberdade de expressão é tida como certa, existe uma unanimidade manifesta na alocação de legitimidade na “democracia como forma de governo” e que nas democracias “os partidos políticos são essenciais” para o seu funcionamento; todavia, em paralelo, vemos um progressivo sentimento de suspeita e descontentamento com os partidos políticos, resultando numa certa ideia da sua “obsolescência ou declínio”.

Não obstante, é inquestionável o seu lugar na ciência e sociologia política. O estudo formal (na linha do que Anson D. Morse, no séc. XIX, discutiu) dos partidos, nomeadamente as

¹ Agradeço à Fundação para a Ciência e Tecnologia pela bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/128780/2017). Aos revisores anónimos, cujos comentários ajudaram a clarificar o artigo. Uma palavra de agradecimento a Jane Green e Michael Lewis-Beck pelos comentários a uma versão inicial e a Manuel Cardoso e Marco Lisi pelo apoio. Qualquer erro é, naturalmente, da minha inteira responsabilidade.

tipologias partidárias (Duverger, 1954; Kirchheimer, 1966; Katz *et al.*, 1995), estudos sobre a sua definição e as suas origens sociais e políticas (e.g., Schattschneider, 1942; Michels, 2001; La Palombara *et al.*, 1972; Lipset *et al.*, 1967; Lipset, 2001). Ou em termos do seu ideal substantivo (entendido, genericamente, como comportamento dos partidos políticos), onde a investigação desenvolveu trabalhos sobre: a organização e filiação partidária (Mair *et al.*, 2001), competição partidária (por exemplo Green, 2007; Robertson, 1976), partidos políticos, comunicação política e campanhas eleitorais (Norris, 2000; Norris, 2004; Scammell, 1999; Newman, 1999; Lees-Marshment, 2011; Gibson, 2009). Mas, defendendo, a literatura tem ainda negligenciado, até certo ponto, as conexões entre tipos de partido e estratégias de competição ou resultados políticos (aqui como sinónimo de *political outcomes*), e, assim, a pergunta que se impõe, e sobre a qual este texto se baseia, é: diferentes tipos de partidos produzem diferentes resultados – tipos de competição e representação? Este texto tem como objetivo discutir e propor uma nova forma de olhar para os partidos políticos contemporâneos. Especificamente, aprofundar a nossa compreensão sobre competição partidária, *outcomes* partidários e comportamento partidário.

Posicionamento teórico

Este artigo situa-se no campo do comportamento partidário comparativo e busca incorporar atributos da política comparada menos sistematizados até ao momento. Tem, assim, dois objetivos principais. O primeiro, dar continuidade a anteriores experiências bem-sucedidas de recolha e disseminação de padrões de comportamento partidário, abordando-o de maneira mais detalhada em relação aos dados sobre o comportamento e resultados partidários. Essa continuidade será amparada numa metodologia e projeto de pesquisa que, espera-se, ajude com novas ideias sobre o comportamento partidário. Este esforço é crucial em pelo menos duas formas: somente através da recolha contínua de novos dados sobre o comportamento e *outcomes* partidários podemos asseverar que a comunidade internacional de Ciências Sociais seja capaz de investigar padrões de continuidade e dinâmica de mudança entre partidos políticos; e para garantir que os partidos políticos continuem a ser incluídos na pesquisa comparativa, onde, ao reintroduzir a dinâmica dos tipos de partidos e *outcomes* partidários, poderíamos obter uma nova perspetiva sobre o comportamento dos partidos políticos. O segundo objetivo é de natureza mais teórica e está relacionado com uma questão relevante: como é que alterações institucionais e políticas no contexto do comportamento partidário, especificamente os diferentes tipos de partidos, afetam os padrões de comportamento e resultados partidários em relação à esfera política?

Tendo em consideração este conjunto de objetivos, importa definir por que razão o estudo dos *outcomes* de partido políticos é importante, e, sucintamente, qual é o estado da arte nesse

campo específico. O estudo de partidos políticos é um dos assuntos mais abordados na ciência política. Abrange o estudo da filiação partidária, profissionalização, campanhas eleitorais, os efeitos de tipos de partidos e liderança partidária (Lobo, 2008), organização política (van Biezen, 2003), tipologias políticas, tipos de partidos e funções políticas (Ghunter *et al.*, 2001; Ghunter *et al.*, 2003; Ghunter *et al.* 2002; Katz *et al.*, 1995; Neumann, 1956; Panebianco, 1988), partidos e competição política (Green, 2007; Carmines *et al.*, 1980), *internal party politics* (Katz, 2005), democracia partidária (van Biezen, 2008) e regulamentos partidários (Bolleyer, 2018). Em todos estes estudos há uma tendência comum (o desenvolvimento institucional dos partidos políticos) onde se observa a importância dos resultados políticos – nas suas diversas formas – na formação dos partidos políticos e suas estratégias de competição.

Contudo, argumento que há uma lacuna na literatura: as consequências de um conjunto de características dos partidos não são consideradas como um efeito possível (ou manifesto) nos resultados de partidos políticos, tais como diferentes tipos de competição e representação. Por exemplo, algumas tipologias têm um conjunto de expectativas comportamentais dos partidos no contexto de campanhas políticas, atribuindo uma série de características partilhadas por partidos dentro da mesma família partidária (Ghunter *et al.*, 2003). No entanto, o Partido Socialista Português, o Partido Trabalhista e o Partido Democrata, apesar de serem diferentes em termos da sua profissionalização, no uso de técnicas modernas ou pós-modernas de campanha, na utilização mais ou menos intensa de especialistas em sondagens e/ou estudos de opinião, etc., são genericamente organizados e classificados por terem o mesmo conjunto de *outcomes* de estratégias de campanhas eleitorais. Verifica-se, assim, que não parece existir ainda uma análise suficientemente profunda e sistemática dos efeitos do tipo de partido na natureza ou dinâmica dos resultados político partidários (neste caso, estratégias de competição das campanhas eleitorais e a sua relação com as tipologias partidárias²).

Num sentido mais amplo, julgo necessário ir além dessa caracterização e tentar entender, de forma mais completa, como diferentes tipos de partidos moldam a natureza da representação e estratégias de competição dos partidos políticos.

O foco na natureza dos *outcomes* (resultados) dos partidos políticos é importante porque os partidos funcionam como mensageiros da qualidade da democracia: são uma variável chave na compreensão da natureza do relacionamento entre eleitores e instituições políticas. Portanto, é expectável, até certo ponto, uma larga gama de diferentes *outcomes* e observar transformações: líderes e tipos de partidos (Lobo, 2008), posicionamento das políticas públicas e competição

² Aqui, alguns autores têm dedicado, recentemente, a sua investigação a melhor compreender este puzzle. Um exemplo particularmente inovador e original é o de Miguel Maria Pereira (2020).

espacial (Adams, 2001), estratégias de campanha (Ghunter *et al.*, 2003), *issue voting* e tipos de partidos (Carmines *et al.* 1980). Nesse sentido, ainda que necessariamente em aberto nesta fase, avanço algumas hipóteses de investigação futuras. Do ponto de vista organizacional, que os *Mass Based Parties* serão menos sensíveis a mudanças na esfera política que partidos *catch all* ou partidos eleitoralistas (*electoral parties*). E, na mesma linha, que a família dos partidos terá um impacto na importância organizacional do líder. Em termos estratégicos, a natureza das estratégias de campanhas eleitorais será moldada pela natureza da competição estatal³ e pelo tipo de partido, a natureza da ideologia e *issue and valence competition* (Green, 2007; Pereira, 2020).

Katz e Mair (1995: 6) sustentam que “o desenvolvimento de partidos nas democracias ocidentais tem refletido um processo dialético no qual cada novo tipo de partido gera uma reação que estimula um maior desenvolvimento, levando assim a outro tipo de partido e a outro conjunto de reações, e por aí adiante”, demonstrando que a relação entre tipos de partidos e comportamento partidário é um processo contínuo – para além de reforçar a permanente relevância dos partidos políticos.

Notas inacabadas sobre o Desenho de pesquisa & Metodologia

Em anos recentes, a interação entre o contexto social e as instituições tem recebido uma atenção particular e renovada, especialmente centrada na performance institucional, iniciada por Robert Putnam no seu livro “*Making Democracy Work*” (Putnam *et al.*, 1993). No trabalho de Putnam, o autor estuda as causas do sucesso do governo mantendo as instituições constantes, focando-se, assim, no capital social e no papel da cultura cívica. Tal abordagem muitas vezes não enfatiza o efeito (interno) das instituições como fator explicativo. O presente artigo baseia-se na ideia de que os resultados dos partidos políticos não são constantes, ou seja, os diferentes tipos de partidos afetam a dinâmica da competição e representação partidária. Isto em oposição a alguns dos resultados delimitados pelas tipologias partidárias, onde, independentemente das diferentes características dos partidos, o resultado é o mesmo. Deste ponto de vista, embora a designação ou classificação numa tipologia ou família de partidos possa ser a mesma, os *outcomes* das diferentes manifestações do comportamento partidário podem não ser, necessariamente, as mesmas, pois existem diferentes fatores a considerar. Assim, o estudo dos resultados partidários antes como uma variável dependente pode ser de enorme importância.

³ Os partidos enfrentam decisões estratégicas semelhantes e, dependendo do posicionamento de mercado, passar de líder a pretendente ou desafiado, ou vice-versa (Scammell, 1999).

A escolha dos estudos de caso deve ser delineada por um conjunto de considerações. A natureza do regime (presidencial, semipresidencial, *president-parlamentary* e parlamentar; Shugart *et al.*, 1992): conforme Marina Costa Lobo explica para o caso de tipos de partidos e os efeitos de líderes, os “partidos em regimes presidenciais são mais personalizados do que em regimes parlamentares” (2008: 285), e, por isso, é preciso levar em consideração os possíveis efeitos ou implicações contrafactuais (Levy, 2010). Outra consideração essencial, o estágio do regime democrático (se é consolidado ou não): novamente, como Lobo aponta (2008: 285-286), a estruturação das organizações partidárias, as funções políticas e as bases sociais (daí a maturidade dos partidos), é um fator para a seleção dos países e para o foco de análise comparativa. A metodologia de pesquisa proposta será a seguinte: pesquisa documental e bibliográfica (que encontrará inspiração e fundamento na investigação comparada sobre partidos políticos), análise de dados (*Comparative Study of Electoral Systems (CSES)*, *Comparative Party Manifesto (CPM)*, e outras bases de dados) e análise de conteúdo de documentos oficiais dos partidos, entre elas *press releases*.

Medidas de apoio à teorização

A apoiar a teorização existem um conjunto de medidas que podem ser úteis. A primeira é a competição espacial dos partidos. O modelo downsiano de competição partidária baseado, entre outras premissas cruciais, na ideia de assimetria de informação – o acesso à informação não é perfeito – e de os eleitores necessitarem de uma maneira de simplificar realidades complexas, de modo a poderem fazer escolhas. Como Jalali aponta (2007: 164), essa “imperfeição da informação” justifica a existência de ideologias, porque, através delas, os constituintes têm a possibilidade de apreender, com baixos custos, as grandes diferenças entre os partidos. Na mesma perspectiva, os partidos políticos têm o incentivo de se separarem ideologicamente. Portanto, esse padrão de comportamento dos partidos políticos é um primeiro resultado para a abordagem teórica subjacente a esta proposta, na medida em que é aliciante entender até que ponto diferentes tipos de partidos se comportam no seu posicionamento espacial, alcançando, assim, as realidades da competição. Para obter essa informação, a base CPM usa uma escala única para posicionar os partidos políticos nas suas dimensões políticas e posições das políticas públicas; além disso, e com base na abordagem metodológica sustentada por Jalali (2007: 165), fortalecer as análises ao posicionamento dos partidos políticos em termos de políticas públicas através de mais inquéritos a especialistas (Benoit *et al.*, 2007). Então, através da análise de correlação e regressão logística,

observar os padrões de interação entre os diferentes tipos de partidos e resultados posicionais espaciais.

Uma segunda medida, relacionada com a anterior, é baseada em *issue and performance positioning*. Isto é importante para entender a polarização ideológica e partidária, especialmente tendo em consideração que “para se ter sucesso eleitoral, espera-se que as organizações partidárias se tornem eleitoralmente profissionais (...) ou partidos *catch-all* (...) a passar por um processo de «desideologização»” (Green, 2007: 631). O que permite, assim, melhor compreender de que forma os tipos de partido moldam a natureza da representação e competição política. O conjunto de dados do CSES fornece uma série de questões relevantes para analisar – e quando tal não for possível, estudos eleitorais como o *British Election Studies*, Comportamento Eleitoral dos Portugueses do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, entre outros, podem ser usados.

Finalmente, uma terceira medida, igualmente relacionada com as anteriores, que abrange as estratégias de campanha. Esta, com um enorme contributo do trabalho de Pippa Norris, tornou-se uma importante área de estudos não apenas na investigação do comportamento eleitoral⁴, mas também sobre comportamento partidário, focado na organização, profissionalização, uso dos media tradicionais e das novas plataformas de comunicação digital. Ainda assim, existe uma incógnita teórica: como se pode afirmar que os *outcomes*, em termos de profissionalização, especialistas ou organização, do Partido Trabalhista são os mesmos que o Partido Socialista português? Ou dito de outra forma, a classificação na família de partidos ser a mesma? Existem possíveis diferenças sobre a natureza da competição e estratégias de campanha entre tipos de partidos (intra e inter) que moldam a natureza da competição eleitoral. Nesse ponto em particular, as premissas do marketing político podem ser úteis. Como Scammell (1999: 731) aponta, e pese embora as suas fraquezas teóricas (Savigny, 2011), a análise do marketing político fornece uma visão importante sobre o estudo das estratégias de campanha.

Notas finais

Como o matemático Benoit B. Mandelbrot expôs: “Na ciência é muitas vezes assim: primeiro descrevemos, depois entendemos as razões”. Espera-se que este conjunto de medidas complementares, explicitadas nas páginas anteriores, ilustrem o caminho que ainda falta percorrer para compreender se tipos de partidos – sobretudo, dentro do mesmo tipo ou família de partidos

⁴ Ver, por exemplo, Brady *et al.* (2006).

– levam a diferentes tipos de competição e representação, ou seja, entender as razões para os diferentes resultados (*outcomes*) políticos.

Alguns estudos recentes (Pereira, 2020) procuram demonstrar que, quando se pensa em tipos de partidos, a pertença a uma tipologia não significa, necessariamente, um comportamento estático; pelo contrário, que mais investigação é necessária para compreender de que forma é que o seu comportamento se adapta às circunstâncias. No caso de Pereira, às motivações e alterações no eleitorado e à forma como os partidos europeus se ajustam, ou não, a elas em épocas de campanhas eleitorais. Mais concretamente, quando existe um afastamento dos eleitores durante as campanhas, os partidos *mainstream* alteram a sua estratégia no sentido da polarização com o objetivo de estabilizar os seus eleitores primordiais, enquanto os partidos de nicho usam uma estratégia de tentativa de manutenção de assentos parlamentares através da moderação da sua retórica.

Nesse sentido, o que argumento não é, de forma alguma, sobre a desadequação das tipologias partidárias, mas sim que as tipologias partidárias ainda estão longe de esgotar as investigações analíticas e empíricas que podem oferecer, em particular para melhor entender de que forma influenciam a representação e a competição política. Ademais, pese embora o aumento de desconfiança em relação aos partidos – e, na mesma linha, em relação a muitas das instituições políticas –, as democracias não funcionam sem partidos políticos, pelo que saber mais sobre a forma como nos representam, e em que sentido reagem às nossas exigências e transformações, é essencial.

Talvez melhor resumido numa só questão: será que as tipologias partidárias conseguem prever comportamento?

Bibliografia

- ADAMS, James (2001), *Party Competition and responsible party government: a theory of spatial competition based upon insights from behavioral voting research*, Michigan, University of Michigan Press.
- BENOIT, Kenneth; LAVER, Michael (2007), *Party Policy in Modern Democracies*, London, Routledge.
- BOLLEYER, Nicole (2018), *The State and Civil Society - Regulating Interest Groups, Parties, and Public Benefit Organizations in Contemporary Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- BRADY, Henry E.; JOHNSTON, Richard (2006), *Capturing Campaign Effects*, Ann Arbor, Michigan, The University of Michigan Press.
- CARMINES, Edward; STIMSON, James (1980), “The two faces of issue voting”, *American Political Science Review*, vol. 74, pp. 78-91.

OLIVEIRA, Rui (2021), “Serão as tipologias partidárias capazes de prever comportamento? Um ensaio exploratório”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 82-91.

DUVERGER, Maurice (1954), *Political Parties: their organization and activity in the modern State*, New York, John Wiley.

GIBSON, Rachel (2009), “Measuring the professionalization of Political Campaigning”, *Party Politics*, vol. 15(3), pp. 265-293.

GREEN, Jane (2007), “When voters and parties agree: Valence issues and Party Competition”, *Political Studies*, vol. 35, pp. 629-655.

GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry (2001), “Types and Functions of Parties”, in Richard Gunther e Larry Diamond (org.), *Political Parties and Democracy*, The John Hopkins University Press, pp. 3-39.

GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramon; LINZ, Juan (2002), *Political parties: old concepts and new challenges*, Oxford, Oxford University Press.

GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry (2003), “Species of Parties: a new typology”, *Party Politics*, vol. 9(2), pp. 167-199.

JALALI, Carlos (2007), *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter (1995), “Chancing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party”, *Party Politics*, vol.1, pp. 5-28.

KATZ, Richard S. (2005), “The internal life of parties”, in Kurt Richard Luther e Ferdinand Müller-Rommel (org.), *Political Parties in The New Europe: Political and Analytical Challenges*, Oxford, Oxford University Press, pp. 87-118.

KIRCHHEIMER, Otto (1966), “The transformation of West European party systems”, in Joseph La Palombara e Myron Weiner (org.), *Political Parties and Political Development*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, pp. 177-200.

LA PALOMBARA Joseph; WEINER, Myron (1972), “The origin and Development of Political Parties”, in Joseph La Palombara e Myron Weiner (org.), *Political Parties and Political Development*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, pp. 3-42.

LEES-MARSHMENT, Jennifer (2011), *Routledge Handbook of Political Marketing*, London Routledge.

LEVY, Jack (2010), “Counterfactuals and case studies”, in Janet M. Box-Steffensmeier, Henry. E. Brady e David Collier (org.), *The Oxford Handbook of Political Methodology*, Oxford, Oxford University Press, pp. 627-644.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein (1967), *Party Systems and Voter Alignments*, New York, Free Press.

LIPSET, Seymour Martin (2001), “Cleavages, parties and democracy”, in Lauri Karvonen e Stein Kuhnle (org.), *Party Systems and Voter Alignments Revisited*, London, Routledge, pp. 2-8.

LOBO, Marina Costa (2008), “Parties and Leader Effects: Impact of Leaders in the Vote for Different Types of Parties”, *Party Politics*, vol. 14, pp. 281-298.

MAIR, Peter; VAN BIEZEN, Ingrid (2001), “Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000”, *Party Politics*, vol. 7, pp. 5-21.

OLIVEIRA, Rui (2021), “Serão as tipologias partidárias capazes de prever comportamento? Um ensaio exploratório”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 82-91.

MICHELS, Robert (2001), *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*, Lisboa, Antígona.

NEUMANN, Sigmund (1956), *Modern Political Parties*, Chicago, University of Chicago Press.

NEWMAN, Bruce (1999), *Handbook of Political Marketing*, Sage.

NORRIS, Pippa (2000), *A virtuous circle: Political Communication in Post-Industrial Societies*, New York, Cambridge University Press.

NORRIS, Pippa (2004), “The evolution of election campaigns: Eroding political engagement?”, in *Political Communications in the 21st century*, St Margaret’s College, University of Otago, New Zealand, Janeiro 2004.

PANEBIANCO, Angelo (1988), *Political Parties: Organization and Power*, Cambridge, Cambridge University Press.

PEREIRA, Miguel M. (2020), “Responsive Campaigning: Evidence from European Parties”, *The Journal of Politics*, vol.82(4), pp. 1183-1195.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Roberto; NONETTI, Raffaella Y. (1993), *Making Democracy work: civic traditions in modern Italy*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

ROBERTSON, David Bruce (1976), *A theory of Party Competition*, London, John Wiley & Sons.

SAVIGNY, Heather (2011), *The Problem of Political Marketing*, Bloomsbury.

SCAMMEL, Margaret (1999), “Political Marketing: Lessons for Political Science”, *Political Studies*, vol. XLVII, pp. 718-739.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer Eric (1942), *Party Government*, Greenwood Press.

SHUGART, Matthew; CAREY, John M. (1992), *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*, Cambridge, Cambridge University Press.

VAN BIEZEN, Ingrid (2003), *Political Parties in New Democracies: Party Organization in Southern and East-Central Europe*, London e New York, Palgrave Macmillan.

VAN BIEZEN, Ingrid (2008), “The State of the Parties: Party Democracy in the Twenty-First Century”, *European Review*, vol. 16(3), pp. 263-269.

Rui Oliveira. Doutorando em Ciência Política no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e investigador no IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa. Avenida de Berna, 26-C, 1069-061, Lisboa (Portugal). Email: ruioliveira@fcs.unl.pt

Artigo recebido em 14 de janeiro de 2021. Aprovado para publicação em 5 de abril de 2021.

EUTANÁSIA E “DOMÍNIO DA VIDA”

António Joaquim Esteves

Sociólogo. Docente reformado da Universidade do Porto
(Faculdade de Economia/Faculdade de Letras)

Resumo

O texto pretende configurar, na intenção do autor, «um roteiro de uma antropologia fundamental acerca da eutanásia (...) numa sociedade tecnologicamente avançada e política e culturalmente positivamente secular». Depois de um excerto tão marcadamente histórico como é a reflexão de Cícero, num quadro pré-cristão, sobre como “viver (n)a velhice”, organizam-se linhas de elaboração cultural «fazendo orelhas moucas a cânticos de cultura pseudo-religiosa», desafiando o retrato que o filósofo-sociólogo de Berlim e Estrasburgo, Georg Simmel, resumiu no início do século XX: “a moral é hoje na Europa a moral de animais de rebanho”. Recolhendo vozes discordantes de tal matriz, não resta mais – e é o essencial – do que dar acolhimento à exortação do filósofo italiano Paolo Flores d’Arcais: “Revolta-te, amigo leitor, democrático leitor. Ergue o teu *não!* a quem fala de sacralidade da vida só para te impor a sua vontade, tirando dignidade à tua vida”.

Palavras chave: "roteiro para uma antropologia fundamental da vida (...e da eutanásia)"; "viver-(em)-a-velhice"; "dimensão sagrada da vida".

Euthanasia and «domination of the life»;

This text aims to shape, according to purpose of the author, «a route for a fundamental anthropology of euthanasia (...) in a technologically advanced and politically and culturally positively secular society». After a fragment so substantially historic as is the Cicero’s analysis, within a pre-Christian period, about the question how to “live (in) the old age”, some lines of cultural production «making deaf ears before hymns of pseudo-religious culture», challenging the picture what Georg Simmel, the Berlin’s and Strasbourg’s philosopher, has made briefly in the beginning of XX century: “the moral is nowadays in the Europe the

moral of animals flock”. After the meeting of divergent voices regarding that matrix, there is no other position – and that is the essential – than to receive the exhortation of the Italian philosopher Paolo Flores d’Arcais: “Rebel, friendly reader, democratic reader! Lift your *not!* against who speaks about sacredness of life only to impose his will, cutting the dignity to your.”

Keywords: "guide-book for a fundamental anthropology of the life (...and euthanasia)"; "live-(in)-the-life"; "sacred dimension of life"

Euthanasie et «domination de la vie

Le texte prétend à configurer, selon l’intention de l’auteur, «un routier pour une anthropologie fondamentale au regard de l’euthanasie (...) dans une société technologiquement avancée et politique et culturellement positivement séculière». Après un morceau aussi remarquablement historique que la réflexion de Cicero, dans un cadre pré-chrétien, autour de la question concernant le mode comment “vivre (dans) la vieillesse”, sont organisées des lignes de élaboration culturelle «en faisant la sourde oreille à des chants de culture pseudo-réligieuse», en défiant la peinture que George Simmel, le philosophe-sociologue de Berlin et Strasbourg, a fait en abrégé au commencement du XX siècle : “la morale est aujourd’hui à l’Europe la morale des animaux de troupeau”. En rassemblant des voix divergentes au regard de cette matrice-là, il ne reste plus – et ça est-il l’essentiel – que accueillir l’exhortation du philosophe italien Paolo Flores d’Arcais: “Révolte-toi, ami lecteur, démocratique lecteur. Lève ton *non!* à qui parle de sacralité de la vie seulement pour t’imposer sa volonté, en coupant la dignité à ta vie”.

Mots Clés: "un guide pour une anthropologie fondamentale de la vie (...et euthanasie)"; "vivre-(dans)-la vie"; "dimension sacrée de la vie

Eutanásia y «dominación de la vida

El texto pretende configurar, conforme el proyecto del autor, «un itinerario para una antropología fundamental concerniente la eutanásia (...) en una sociedad tecnológicamente avanzada y políticamente y culturalmente positivamente secular». Después una excerta tan notablemente histórica cuanto la reflexión de Cicero, en un cuadro precristiano, alrededor de la cuestión sobre el modo como “viver (en) la vejez”, son organizadas algunas líneas de elaboración cultural «haciendo orejas sordas a cánticos de cultura pseudo-religiosa», desafiando la pintura que Georg Simmel, el filósofo-sociólogo de Berlín e Strasburg, ha hecho en resumen en el comienzo del siglo XX: “la moral es hoy en la Europa la moral de los animales de rebaño”. Reunindo voces divergentes en el que concerne esa matriz, non falta más – e esto es lo esencial – que acoger la exhortación del filósofo italiano Paolo Flores d’Arcais: “Revueltati, amigo lector, democrático lector! Alza tu *non!* a quien habla de sacralità de vida solamente per imponerte suya voluntad, tagliando la dignidad a la tuya”.

Palabras Clave: "un guía para una antropología de la vida (...y de la euthanasia)"; "viver-(en)-la-vida"; "dimensión sagrada de la vida"

I. Roteiro de uma Antropologia Fundamental da Eutanásia

Um ex-procurador geral da República em Portugal lembrou o seguinte: “é errado falar deste suposto direito à morte porque ele não existe”. Não se lembrou ele, todavia, de explicar por que é que “ele [o direito à morte] não existe”. Menos ainda viu interesse em discutir uma outra questão: não já se é absoluto o “direito à vida” mas se é absoluto o “dever de viver”.

Eis porque se propõe, aqui, algumas notas básicas para um roteiro de uma antropologia fundamental acerca da eutanásia - sem medo da palavra - numa sociedade tecnologicamente avançada e política e culturalmente positivamente secular.

1. A eutanásia - etimologicamente, “a boa morta” ou “bem-morrer” - voltou ao debate público como questão central da política e da cultura.

2. De forma canhestra, porém: a meu ver, ao sobrepor-se como objeto de regulação externa acima do que verdadeiramente -ou, pelo menos, superiormente - interessa ao ser humano.

3. É que, com efeito, o que superiormente interessa ao homem é reconhecidamente “viver”, é “bem-viver”.

4. Como todo o ser vivo, o homem “vive” porque outros humanos lhe deram a vida e o puseram a viver. A dependência foi, então, total: quem entrou na vida não foi - nem podia ser - consultado nem ouvido.

5. Ora “viver-à-homem” cifra-se num jogo inverso: aqui, a autonomia e a escolha entre “o que vale a pena” e “o que não vale a pena” são a medida do “viver-à-homem”. “Viver-à-homem” é, assim, o jogo inverso ao nascer, ao modo de entrar na vida, a tal ponto decisivo que é extensivo a todo o seu “tempo-de-viver”.

6. A partir daqui, “bem-morrer” é, apenas, a fronteira do “bem-viver” ou, melhor, o “bem-viver” na fronteira do “não-viver-à-homem”: tal fronteira, ninguém a define na história do viver-humano senão o sujeito que teve a grandeza de “bem-viver”; só por infração da regra do humano “bem-viver” alguém pode sobrepor-se à decisão pessoal sobre *quando* e *como* “bem-morrer”.

7. Por tudo isto se pode pensar que a filósofa Hannah Arendt estava profundamente inspirada quando escreveu: “a morte não é a coisa mais terrível, *o mais terrível é ser obrigado a viver sem dignidade*”.

8. Tal como o teólogo Jacques Pohier (1998) - dominicano entre 1949 e 1989 - defendeu num volumoso ensaio: “(...) a eutanásia voluntária não é uma escolha entre a vida e a morte nem uma escolha da morte contra a vida, ela é *uma escolha entre dois modos de morrer*”.

9. Tal como o teólogo católico Hans Küng, já com Parkinson avançado, defendeu não há muito: “Se e quando chegar o momento, *eu desejaria ter o direito*, se puder ainda fazê-lo,

de decidir com a minha responsabilidade *sobre o momento e o modo da minha morte* (...). É consequência do princípio da dignidade humana *o princípio do direito à auto-determinação, mesmo para a última etapa, a morte*. Do direito à vida não deriva de modo nenhum o dever da vida ou o dever de continuar a viver em qualquer circunstância. A ajuda a morrer deve entender-se como a derradeira ajuda a viver. Também neste tema não deveria reinar qualquer heteronomia, mas antes autonomia da pessoa, que para os crentes tem o seu fundamento na Teonomia.” (2016)

II. Viver na velhice: de Cícero a B. Brecht fazendo orelhas moucas a cânticos dogmáticos de cultura pseudo-religiosa

Como ponto prévio diria que Cícero (1998) foi perspicaz quando disse que “não tem a velhice um **fim determinado**” (Cícero, 1998: 49).

A seguir, para mostrar como a **velhice** “é mais espirituosa e mais forte do que a **juventude**”, registre-se o ponto de onde partiu Cícero para a sua análise: “Enquanto **desempenharmos e honrarmos os nossos próprios deveres**, assim como **desprezarmos a morte, viver-se-á razoavelmente** na velhice” (Cícero, 1998: 49).

O raciocínio, porventura menos confinado às aparências lógicas e mais solicitador de deambulações metafísicas, é o que se segue: “Mas, **o melhor fim para a vida** é quando a **natureza** põe ela mesmo termo à sua própria obra, encontrando-se ainda **intactas as faculdades mentais**” (Cícero, 1998: 49).

Exatamente: a “natureza” na imanência das suas forças físicas e imateriais, racionais e emocionais.

O conselho dado por Cícero neste contexto de reflexão ética é sucinto, sem deixar, todavia, de ser sofisticado: “Não devem os velhos **apegar-se ao último momento de vida** nem **desistir** dele sem qualquer **motivo**” (Cícero, 1998: 49-50)

A subtileza desta reflexão situa-se no enquadramento das atitudes humanas que podem desenvolver-se diante desta etapa da história da vida humana. Mesmo e, sobretudo, por força do desconhecimento que o homem tem relativamente ao “último momento de vida”, logicamente e eticamente são de excluir, segundo Cícero, duas posturas: uma, a de “**apego**”, como se tudo o que é significativo para o ser humano assentasse nesse “momento” e dele dependesse, o que parece insinuar como adequada uma atitude de lúcida relativização; a outra, a de “**desistir dele sem qualquer motivo**”, quando o valor e significado do “último momento da vida” não podem depender senão da nobreza do motivo por que dele se “desiste”.

Percorrendo as etapas da vida humana, Cícero parece conquistar a percepção de que cada uma tem os seus **desejos** que com ela fenecem: “os desejos da puerícia”; “os desejos da adolescência”; “os desejos da idade madura”; “os desejos da velhice”.

Sob essa hipótese, o autor avança para uma conclusão desafiadora e de alguma forma surpreendente: “Enfim, existem os **interesses** [não “desejos”! - AJE] que são próprios da velhice, logo, assim como os das idades precedentes se desvanecem, também os da velhice se apagam e, quando isso acontece, **a saciedade de viver cede o lugar ao tempo propício à morte.**” (Cícero, 1998: 51).

No termo das suas reflexões que alguém diria relevarem de uma sóbria mas consistente antropologia filosófica, Cícero não escamoteia sua ousadia sobre o que pensar acerca do “momento oportuno” de o homem se extinguir: “Novamente, se não formos imortais, é, porém, ao homem **possível extinguir-se no momento oportuno: a natureza** como acontece com todas as outras coisas, sabe quanto devemos viver. A **velhice**, à semelhança de uma história, é o **desenlace da vida**, cuja **fadiga** se deve principalmente evitar quando a ela se junta a **saturação.**” (Cícero, 1998: 56)

Os séculos passaram sobre a morte de Cícero. Nesse pedaço de história nem sempre bem registada e muito menos respeitadora da heterogeneidade da sua leitura interpretativa, muita coisa ocorreu, do mais diverso teor (in)umano.

Porta-voz desta mensagem-advertência é a obra recente de Catherine Nixey (2018). Já na contracapa se anuncia a obra como “um dos melhores livros de 2017 para o *The Telegraph*”. E, ao mesmo tempo, desdobra-se a problemática de natureza histórica, cultural e religiosa nos seguintes termos: “*A chegada das Trevas* é a história largamente desconhecida – e profundamente chocante – de como uma religião militante pôs deliberadamente fim aos ensinamentos do mundo clássico, abrindo caminho a séculos de adesão inquestionável à “única e verdadeira fé”.

O Império Romano foi generoso na aceitação e assimilação de novas crenças. Mas com a chegada do Cristianismo tudo mudou. Esta nova fé, apesar de pregar a paz, era violenta e intolerante. Assim que se tornou a religião do império, os zelosos cristãos deram início ao extermínio dos deuses antigos – os altares foram destruídos, os templos demolidos, as estátuas despedaçadas e os sacerdotes assassinados. Os livros, incluindo grandes obras de Filosofia e de Ciências, foram queimados na pira. Foi a aniquilação.

Levando os leitores ao longo do Mediterrâneo - de Roma a Alexandria, da Bitínia, no norte da Turquia, a Alexandria, e pelos desertos da Síria até Atenas - , *A chegada das Trevas* é um relato vívido e profundamente detalhado de séculos de destruição.

Acrescente-se, por fim, uma citação de *Kirkus Reviews*, que, mais resumidamente e em termos porventura mais chocantes, expõe a tese fundamental da obra: “Uma bela história, que é sem dúvida controversa na sua visão de *como as vítimas se tornam vitimadores e de como profissões de amor se voltaram para o terror*”.

Para terminar, registre-se que a história na sua parte de memória em contínua reconstrução por força do sonho e da obra do homem não deixará de confrontar-se e, porventura, acolher a sabedoria humana que B. Brecht (1898-1956) compendiou e nos legou quando escreveu na seguinte exortação: “**Temam menos a morte e mais a vida insuficiente**”.

Diametralmente oposta e totalmente (in)digna de registo é, por isso, a expressão que o religioso poeta, há pouco atraído à mesa do poder do Vaticano, ousa formular, indiferente ao que sai da boca do humano sofredor nos limites do humano viver: “**Diga-se o que se disser, a vida é a coisa mais bela**” (Mendonça, 2020: E98).

“Diga-se o que se disser” - ora aí está, “ingenuamente” inscrita, a desvalorização por certos crentes da expressão do humano sofrer. É ela, por isso, uma das muitas razões escandalosamente incivis contra a eutanásia e, involuntariamente, por má fé ou dogmática obediência, fazendo assim justiça à busca de uma **lei que devolva simpatia e reconhecimento a quem sobreviver por força dos diversos poderes (in)humanos não basta para ter sentido humano do viver.**

Ao arrepio dos que se dispõem continuamente a entronizar as suas posturas de pensamento e de comportamento em culturas de dogmatismo e intolerância, nada é mais recomendável para a saúde da mente do que perscrutar as múltiplas evoluções das culturas religiosas. Num texto já antigo do sociólogo Karel Dobbelaere (1987), podem descortinar-se perspectivas científicas suscetíveis de minimizar as ameaças de fundamentalismo religioso, ao mesmo tempo que capazes de fornecer defesas contra a miopia cultural.

“Resumindo, sugeriria – escrevia o sociólogo há 34 anos - que há amplas indicações na Europa Ocidental de que uma **visão cristã do mundo** foi **substituída** por uma crença geral no transcendente, indicando desse modo uma **desinstitucionalização do tradicional cristianismo**. Interpretações da vida, sofrimento e morte estão sendo desconectadas destas crenças, e não há nenhuma relação entre valores e crenças. *Consequentemente, o processo de secularização na sociedade também influencia a perspectiva das pessoas*” (Dobbelaere, 1987:127).

Ao mesmo tempo que confessava que uma análise das publicações em revistas de então lhe permitia sugerir que “a **teoria da secularização é a espinha dorsal de muitas publicações na Europa**” (Dobbelaere, 1987:131), não se coibia de alertar para as condicionantes político-sociais-culturais: “No nosso quadro de referência, a secularização não é um processo mecânico, linear; pode ter oposição de corpos religiosos, se estes podem motivar as suas gentes a usar o seu poder como cidadãos nos tribunais e nas eleições e, também, como consumidores. Mas a questão então passa a ser: quais são as suas chances de sucesso?” (Dobbelaere, 1987:132)

Para fechar este conjunto de análises e reflexões, nada mais apropriado do que retomar as últimas palavras com que o filósofo italiano Paolo Flores d’Arcais sela o seu livro recente

(2019:7): “Contra o **direito sobre a própria vida** ninguém realmente soube argumentar sem ser por **teocracia** ou por **estatolatria**. E contudo mesmo nas democracias a pulsão a ser «mais iguais» retorna irresistivelmente e não escuta a razão. Revolta-te, amigo leitor, democrático leitor. Ergue o teu *não!* a **quem fala de sacralidade da vida só para te impor a sua vontade, tirando dignidade à tua vida**”.

Por último, mantendo idêntica pauta de reflexão, sem concessões a uma teologia de papagaios altamente sofisticada com recheios de antiquários, valeria bem a pena escutar o que um filósofo-sociólogo como Georg Simmel (1858-1918) nos legou simultaneamente como juízo histórico e como desafio ético: “A moral é hoje na Europa **moral de animais de rebanho**. Quer dizer, tal como nós vemos as coisas - sublinha Simmel – *um tipo* de moral humana, **ao lado da qual, antes da qual, depois da qual** são possíveis ou deveriam sê-lo outras morais, e **sobretudo outras morais mais elevadas**.” (Simmel, 2005: 8).

Referências bibliográficas

- CICERO, Mário Túlio (1998), *Catão-o-Velho ou Da Velhice*, Lisboa, Livros Cotovia.
- DOBBELAERE, Karel (1987), “Some Trends in European Sociology of Religion: The Secularization Debate”, *Sociological Analysis*, vol.48, Issue 2: 107-137.
- DWORKIN, Ronaldo (2003), *Domínio da Vida. Aborto, eutanásia e liberdades individuais*, São Paulo, Martins Fontes
- FLORES d’ARCAIS, Paolo (2019), *Questione di vita e di morte*, Turim, Giulio Einaudi Editore.
- KUNG, Hans (2016), *Glücklich sterben?*, Piper Verlag.
- MENDONÇA, José Tolentino (2020), “10 razões civis contra a eutanásia”, *Expresso*, 8 Fevereiro 2020: E98.
- NIXEY, Catherine (2018), *A Chegada das Trevas. Como os cristãos destruíram o mundo clássico*, Porto Salvo, Edições Desassossego [*The Darkening Age*, Londres, Macmillan, 1917].
- POHIER, Jacques (1998), *La mort opportune. Les droist des vivants sur la fin de leur vie*
- SIMMEL, Georg (2005), *Schopenhauer y Nietzsche*, Buenos Aires, Terramar Editores.

Aguda (V.N. Gaia), 11 de Setembro de 2020

António Joaquim Esteves. Sociólogo. Docente reformado da Universidade do Porto (Faculdade de Economia/Faculdade de Letras). Endereço de correspondência: Rua Major Agnelo Moreira, 271, 4410-434 Arcozelo (Portugal). Email: antonioesteves43@gmail.com

Recensão

PEREIRA, Luís Moniz; LOPES; António (2020), *Máquinas Éticas. Da Moral da Máquina à Máquina Moral*, Caparica, NOVA.FCT Editorial.

Ana Cláudia Albergaria

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O livro , de Luís Moniz Pereira¹ e de António Lopes², incide sobre os Impactos Sociais da Inteligência Artificial (IA) a partir da desconstrução do conceito de “Moral” e de outros correlacionados. A obra está organizada em quatro áreas: “Inteligência Artificial e Autonomia das Máquinas” (Capítulos 2 a 4); “Impactes Sociais da IA” (Capítulos 5 a 10); “Especificidades da Moral Computacional” (Capítulos 11 a 17) e “O Futuro da IA / Desafios Estruturais da Revolução Digital” (Capítulos 18 a 21). Apesar do número elevado de capítulos, possui 218 páginas e não impõe uma leitura linear, podendo o leitor decidir o percurso a fazer em função das suas prioridades, nomeadamente, a partir da leitura dos resumos que antecedem os capítulos.

O texto desenvolve-se em torno de perguntas, elaboradas com base no que os autores consideram ser as dúvidas e dilemas sobre IA, partilhados por um público mais vasto. As respostas assentam num diálogo interdisciplinar, entre as Ciências da Computação (conhecimento técnico em IA) e a Filosofia, tendo como base os contributos principais das investigações mais recentes de Luís Morais Pereira na área da “Moral Computacional” , articulados com a reflexão filosófica e o enquadramento histórico de António Lopes; o que torna este livro imperioso para a inauguração de novas vias de abordagem sobre a relação entre o Homem e a Máquina, criando

¹ Luís Moniz Pereira é Professor Emérito de Ciência da Computação na U. Nova de Lisboa/Portugal; Recebeu a Medalha Nacional de Mérito Científico (2019). Doutor Honoris Causa pela Universidade Técnica de Dresden (2006). Eleito Fellow da Associação Europeia de Inteligência Artificial (EurAI)/2001. Presidente fundador da Associação Portuguesa para a Inteligência Artificial (APPIA)/1984.

² António Lopes é Mestre em Filosofia / U. Nova de Lisboa. Docente de Filosofia. Requisitado pela ANQEP- Agência nacional para a Qualificação e Ensino Profissional. Colaborou na obra: A Máquina Iluminada – Cognição e Computação, de Luís Moniz Pereira.

pontes com outras áreas do conhecimento, nomeadamente as ciências sociais, através de uma linguagem, intencionalmente, clara, sem comprometer, contudo, o rigor e a pertinência científica.

Os autores abordam a Inteligência Artificial e a Autonomia das Máquinas (Capítulos 2 a 4) partindo de uma perspectiva evolucionista (transversal a toda a obra), exemplificando como o Homem temeu, desde sempre, o domínio das máquinas sobre a humanidade e revelando os contornos únicos da Revolução Cognitiva atual, resultante do desenvolvimento da IA; através da problematização das novas competências que as máquinas reclamam para si e que eram exclusivas do ser humano. Trazem para a reflexão os dilemas de desenho e de conceptualização da IA, abordando os problemas de ordem económica e social daí decorrentes. Somos confrontados com a necessidade de refletirmos sobre a sociedade que queremos e sobre como programar as máquinas, para a tomada de decisões, com base em princípios morais partilhados com os humanos, que com elas viverão em simbiose. Segundo os autores, a moral é evolutiva e computacional, pelo que teremos de saber programar a moral e saber legislar sobre as máquinas morais, porque “(...) há vários tipos de autonomia das máquinas, mas as nossas leis são feitas para seres humanos, que pressupomos terem uma certa autonomia-tipo-base, a não ser que estejam doentes ou mentalmente incapacitados. Quando se fizer legislação com respeito às máquinas, teremos que começar por definir e usar conceitos novos, sem os quais será impossível fazer leis, pois estas têm sempre que apelar aos conceitos de jurisprudência”. Pereira e Lopes (2020: 43).

Relativamente aos Impactes Sociais da IA, apresentam-se as dimensões de análise que devem ser tomadas em consideração, partindo da definição de “Agente Inteligente” e da distinção entre “Inteligência Artificial” e “Inteligência Natural”, assim como entre “Algoritmos Biológicos” codificados em ADN e “Algoritmos Maquinais” codificados em zeros e uns. Problematizam a autonomia das máquinas e dos humanos por aproximação aos conceitos de “Algoritmo Genético” e de “Emergência”, convocando outros conceitos sugestivos dos impactos sociais, tais como: “Preconceitos Algorítmicos” e “Algorítmização Social, remetendo para: insegurança; direitos humanos e limites do conhecimento da IA.

As “Especificidades da Moral Computacional”, emergem da abordagem dos processos cognitivos e da decisão moral, com base nos conceitos de “Moral Evolucionaria” e de “Moral Social”, articulando-os com o surgimento de máquinas autónomas, para sugerirem que as questões de ética social e política devem ser pensadas lado a lado com a evolução científica e tecnológica. Deparamo-nos com a abordagem de temas como o impacto da IA no (des)emprego; a construção da identidade juvenil na era digital; delegação de decisões em máquinas e em *softwares*, que afetam liberdades, segurança e acesso a oportunidades. Os autores apresentam-nos propostas peculiares, tais como: a necessidade de programar as máquinas inteligentes para

PEREIRA, Luís Moniz; LOPES; António (2020), *Máquinas Éticas. Da Moral da Máquina à Máquina Moral*, Caparica, NOVA.FCT Editorial
ALBERGARIA, Ana Cláudia (2021), *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 99-101

desenvolverem o sentimento de “culpa” e “pedirem desculpa”, o que consideram ser, além de possível, fundamental para o desenvolvimento de consciência ética; assim como a necessidade de exigirmos dessas máquinas o pagamento de impostos sobre o trabalho que venham a fazer e que seria realizado por humanos, de forma a contribuírem também para o estado-social (responsabilização dos agentes cognitivos/autónomos não humanos).

Termina com a abordagem do Futuro da IA e dos desafios estruturais da Revolução Digital, numa postura pouco otimista, enfatizando a necessidade de darmos a devida atenção às dimensões morais e éticas desta revolução, para evitarmos que os “donos” das máquinas não escravizem os restantes humanos; o que, em certo sentido, poderá estar já a acontecer. Contudo, reconhecem igualmente que o conhecimento permite evitar os perigos e que “De qualquer modo, é sempre com maior avanço tecnológico que se evita, querendo, o mau uso do progresso tecnológico” Pereira *et al* (2020: 111).

As principais teses que Luís Moniz Pereira foi defendendo ao longo da sua carreira, são apresentadas de forma inovadora, clara e aprazível, pese embora algumas redundâncias, fundamentadas pela opção de não linearidade (assumidas pelos próprios autores no prólogo da obra). Tratando-se predominantemente de um campo científico tendencialmente hermético, sobre o qual é urgente a disseminação de conhecimento, nomeadamente para o reforço do olhar interdisciplinar e para o desenvolvimento de uma consciência coletiva crítica sobre os impactos sociais da IA, consideramos ser uma obra atual de referência, cumprindo os requisitos de interesse científico e social.

Ana Cláudia Albergaria. Investigadora integrada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolsista de Investigação Científica pela FCT. Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, |Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto (Portugal). Email: up199402340@edu.letras.up.pt

AMIROU, Rachid (2007), *Imaginário Turístico e Sociabilidades de Viagem*, Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas
SILVA, Eduardo (2021), *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 103-106.

DOI: 10.21747/08723419/soc41r2

Recensão

AMIROU, Rachid (2007), *Imaginário Turístico e Sociabilidades de Viagem*, Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas

Eduardo Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Originalmente publicado em 1995, *Imaginário Turístico e Sociabilidades de Viagem* é o primeiro livro do sociólogo e antropólogo Rachid Amirou. Neste, refuta discursos que distinguem viajantes de turistas¹ e reaproxima o turista do peregrino, o seu “modelo original” (Amirou, 2007: 31). Destacando que ambos foram historicamente movidos pelo mistério e pelo fascínio, relewa a importância dos turistas para os lugares turísticos, os quais se tornam turisticamente atrativos após serem sacralizados segundo o processo de sacralização proposto por Dean MacCannell², pela constituição de comunidades emocionais “efervescentes” que elevam espaços do “anonimato”

¹ Recorde-se Jean-Didier Urbain e a sua ideia do turista como o oposto do viajante “verdadeiro” (1991, citado em Amirou, 2007: 31).

² Segundo MacCannell, a sacralização dos lugares turísticos compreende cinco fases: “designação”; “enquadramento e elevação”; “consagração”; “reprodução mecânica”; “reprodução social” (1999[1976]: 44-45).

AMIROU, Rachid (2007), *Imaginário Turístico e Sociabilidades de Viagem*, Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas
SILVA, Eduardo (2021), *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 103-105.

consagrando-os em “atração”, e/ou pela sua marcação por uma “presença” histórica ou cultural (Amirou, 2007: 62-64).

Denotando a relativização e equivalência dos objetos turísticos segundo lógicas de consumo colecionistas e a diferenciação dos lugares pela sua atratividade para a prática turística segundo ideias e representações consolidadas no imaginário turístico, Amirou afirma que o turismo criou o indivíduo “poli-espacial” cuja identidade se renova constantemente pela viagem, a qual se torna o meio deste se reunificar (2007: 65-67). E dentro do “espaço turístico”, faz a diferenciação do “espaço do turismo”, com existência material exterior aos indivíduos, do “espaço do turista”, com existência imaterial e induzido nos indivíduos por um “discurso global” turístico (Amirou, 2007: 86). Assim, o espaço turístico torna-se impregnado de emoções e o espaço do turismo uma metáfora para o “Paraíso” onde estas se projetam e no qual os indivíduos transgridem de forma livre (Amirou, 2007: 94-95). Além disto, este autor identifica nos apelos à viagem dos discursos globais do turismo um processo de domesticação dos lugares turísticos que atenua os perigos do desconhecido e induz uma “harmonização tranquilizante” dos seus opostos – próximo/longínquo, terra/mar, baixo/alto, estada/expedição – que convergem na imagem dum “Centro” sagrado que os indivíduos, localizados *a priori* num quotidiano periférico e profano, devem alcançar (Amirou, 2007: 101-102).

Salientando a influência das mobilidades tradicionais da peregrinação nas mobilidades turísticas contemporâneas, Amirou deslinda o “rito de passagem” dos turistas que voam para o seu destino turístico: na sala de espera, os indivíduos distanciam-se das suas obrigações quotidianas e aproximam-se dum “alhures” de liberdade; no voo, esbatem-se as condicionantes de classe e forma-se uma comunidade momentânea de passageiros reforçada pela partilha comum do espaço e da experiência; no destino, dá-se a suspensão dos estatutos, das conveniências, das interdições e dos papéis sociais na condição de turista (2007: 119-130). Abordando a jornada do peregrino, este autor problematiza o preconceito do seu caráter rígido sublinhando a “diluição progressiva do alibi religioso” em motivação turística dado que na idade média a peregrinação concedia aos indivíduos uma “justificação idónea” para “ir de férias” (Amirou, 2007: 135-140). Assim, na sua visão, tal como o turista que ruma ao seu destino turístico, a peregrinação tem início na devoção privada do indivíduo que ruma ao seu santuário sagrado para se juntar a outros indivíduos devotos, uma jornada que peregrinos de diversas classes sociais cumprem segundo rituais de passagem para se isolarem do profano, adotando comportamentos e vestuário simples em busca da regeneração dos valores originais da religião comunitária e de um ideal de *communitas* (Amirou, 2007: 136-137).

Focando-se no comportamento dos indivíduos durante as férias, Amirou afirma que este resulta da combinação de duas lógicas: comunal, baseada na peregrinação e num ideal de “*communitas*”; diferencial, baseada na sociedade de corte e num ideal de “*societas*” (2007: 154). Este autor reconhece as origens aristocráticas do turismo contemporâneo e as suas heranças, como o modo de “saber-ver” dos “grandes viajantes” (Burgelin, 1967, citado em Amirou, 2007: 163) românticos que encontra tradução no olhar turístico contemporâneo com o distanciamento simbólico de ordem “cultural” (Affergan, 1987, citado em Amirou, 2007: 163) criado entre o turista e o objeto do seu olhar. Ademais, demarca a transição duma idealização aristocrática da natureza para um romantismo burguês e urbano, visível nas consequências da ocupação massiva de espaços urbanos densamente povoados pelo turismo de massas, na idealização de alguns grupos ocupacionais enquanto “sobreviventes de um mundo idílico” e na aceção do passado como “tempo edénico” em que o Homem vivia em perfeita harmonia com a natureza, idealizações perpetuadas no imaginário turístico contemporâneo pela publicidade (Amirou, 2007: 166). Tal como outrora na *grand tour*, Amirou refere que é também discernível no turismo contemporâneo uma aprendizagem “relacional” – os indivíduos interiorizam novos conhecimentos pela prática de sociabilidade durante a viagem (2007: 160-161). É também através dessa prática que os turistas contestam as hierarquias sociais do seu quotidiano e a posição que nelas ocupam, um exercício de libertação que contrasta com o que caracteriza ser uma busca destes indivíduos por uma aceitação afetiva num “Nós”, abrigando-se numa “bolha turística” (Amirou, 2007: 171-173). Além de troca comercial, este autor vê o turismo como troca simbólica: para além de acomodação e viagem, o turista busca um espaço que acomode o seu exercício de liberdade (Amirou, 2007: 180).

Concluindo a sua reflexão, Amirou reforça a homologia entre peregrinação e turismo pela partilha comum dum “rito de passagem” simbólico percorrido pelos indivíduos formando uma “bolha”, um “espaço potencial” de adaptação que cria um espaço/tempo particular relativo ao destino turístico no qual se integra o imaginário turístico (2007: 187-188). O turista cria o seu próprio objeto exótico a partir do seu imaginário com base no objeto que pré-existe à sua visita, um processo de apreensão do mundo exterior pelos indivíduos que depende da existência de dois elementos: um objeto turístico enquanto lugar sobre o qual sonhar; uma “comunidade de sonhadores” unida pela busca conjunta do Alhures (Amirou, 2007: 190-193).

Neste livro, Amirou parte do conhecimento que angariou no âmbito da sua experiência

AMIROU, Rachid (2007), *Imaginário Turístico e Sociabilidades de Viagem*, Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas
SILVA, Eduardo (2021), *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLI, pp. 103-105.

profissional enquanto acompanhante de viagens internacionais e duma extensa revisão bibliográfica da teoria sociológica clássica e dos estudos de turismo para tecer uma reflexão contemporânea sobre o fenómeno turístico. A título de crítica, aponta-se que este autor idealiza o olhar turístico enquanto “sistema estável de representações” (Amirou, 2007: 80) formado pelo turista sobre o espaço do turismo, mas não menciona nesta obra o conceito do “olhar do turista”³ de John Urry (1990: 1-4). Todavia, destaca-se o seu contributo para aprofundar o entendimento das subjetividades dos indivíduos no contexto das práticas turísticas, impondo-se a sua consulta para pensar no papel do imaginário turístico enquanto constructo coletivo de ordens histórica e cultural nas motivações e sociabilidades do turista.

Eduardo Silva. Doutorando do 3º Ciclo em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto (Portugal). Email: up201207527@edu.letras.up.pt

Recebido em 13 de março de 2021. Aprovado para publicação em 15 de maio de 2021.

³ O “olhar do turista” concetualiza os sucessivos processos de organização social e espacial do olhar dos turistas através de um sistema de “atividades sociais e signos” nos quais a ação dos agentes turísticos é determinante (Urry, 1990: 1-4).

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXV, JANEIRO-JUNHO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica de uma interpretação literária

Augusto Santos Silva

Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica

Alfredo Campos

Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis

Nuno Nunes

Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total

Adriano Zilhão

Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra

A celebridade pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Paulo Barroso

A política de *classe* na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária

João Valente Aguiar

A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat

Vera Diogo e Paula Guerra

Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado

Lorena Sancho Querol

Incerteza e redefinições do trabalho médico: um estudo de caso sobre o aconselhamento genético no cancro hereditário

Hélder Raposo

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*

Tiago Castro Lemos

N.º XXVI, JULHO-DEZEMBRO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons

Richard Lachmann

Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal

Hernâni Veloso Neto

Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida

Marta Martins

Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010)

Sofia Gaspar, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira

Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspetiva de género

Rui Pedro Fonseca

Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico

Caetano De' Carli e Elizardo Scarpati Costa

As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro

Marcelo de Souza Marques e Vinicius de Aguiar Caloti

FÓRUM

The Vale do Amanhecer. Healing and spiritualism in a globalized brazilian new religious movement

Massimo Introvigne

Panoramas umbrais da modernidade: autoidentidade e o *dissensu* matrimonial em Anthony Giddens

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves e Daniella Santos Alves

Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009

Jorge Portugal Branco

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*

Miguel Quaresma Brandão

N.º XXVII, JANEIRO-JUNHO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990

Ricardo Antunes

Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos

Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes

Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos

Luísa Pinheiro

Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal

Luís Junqueira, Ana Delicado, Raquel Rego e Cristina Palma Conceição

A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda

Maria Teresa de Sousa e Ilona Kovács

Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário

Nuno Ferreira

Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar

Natália Azevedo e Raquel Cadilhe Pereira

N.º XXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo

João Bilhim

Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social

Ricardo Noronha

Da *Geração à Rasca* ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto

José Soeiro

Rituais Familiares: Práticas e Representações Sociais na Construção da Família Contemporânea

Rosalina Costa

Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais

Magda Nico

A fotografia como retrato da sociedade

Ana Rita Bastos

Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise

Paula Guerra e Mónica Santos

A Socialização Antecipatória para a Profissão Docente: estudo com Estudantes de Educação Física

Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista

Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica

Filipa Ribeiro

TEXTOS

Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso

Rui Santos

N.º XIX, JANEIRO-JUNHO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia eclética

Pedro dos Santos Boia

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista

RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

RECENSÃO

Recensão crítica da obra *De l’artification. Enquêtes sur le passage à l’art*

Natália Azevedo

N.º XXX, JULHO-DEZEMBRO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes

Sara Melo

Palcos de inovação social: atores em movimento(s)

Ana Alves da Silva e Joana Almeida

O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados

Maria Luísa Quaresma

Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo

Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro

Governança, participação e desenvolvimento local

Isabel Ferreira

Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir

Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa

A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo

Fernando Ampudia de Haro

N.º XXXI, JANEIRO - JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd’hui “la” maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

Marcello Felisberto Morais de Assunção

N.º XXXII, JULHO - DEZEMBRO DE 2016

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

Isabel Silva Cruz

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

Vanessa Marcos

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

Cristina Cunha Mocetão

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

Mónica Santos

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski

RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carolina Pimentel Corrêa

N.º XXXIII, JANEIRO – JUNHO DE 2017

Dulce Magalhães: marcas de um percurso

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra
(I Parte)

Jordi Estivill

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education
to the labor market

Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho
por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

Ana Isabel Couto

Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de
cibersegurança e cibercrime

*Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos,
João Abreu de Faria Bilhim*

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

Rita Espanha, Tiago Estêvão

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um *evento* musical/social

Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas
contemporâneas

Pedro Quintela, Paula Guerra

N.º XXXIV, JULHO – DEZEMBRO DE 2017

EDITORIAL

ARTIGOS

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte)

Jordi Estivill

Proletários ou profissionais? A condição do jornalista durante o Estado Novo (1934-1958)

José Nuno Matos

Comunicação interna e comprometimento organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho

Cátia Filipa Neto, Sofia Alexandra Cruz

As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado

Jorge Botelho Moniz

O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa

Magda Nico, Nuno de Almeida Alves

The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library

Paula Sequeiros

RECENSÃO

MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) *Crescer e tocar na Orquestra Geração*, Vila do Conde, Verso da História.

Irene Serafino

N.º XXXV, JANEIRO – JUNHO DE 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Perfis sociodemográficos da população sénior de Vila Nova de Gaia: de privilegiados, a remediados e excluídos

Hélder Alves; Idalina Machado; Sidalina Almeida; Joana Guedes; Adriano Zilhão; Óscar Ribeiro

Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais

Paula Casaleiro; Andreia Santos

As implicações dos indicadores de desempenho contratualizados na prática clínica da Medicina Geral e Familiar: um modelo profissional em mutação?

Hélder Raposo

A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)

Carolina Pimentel Corrêa

O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a perceção dos estudantes como evidência

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia; Ireneu de Oliveira Mendes

Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social

Vera Diogo

Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade

Elizardo Scarpati Costa; Pablo Almada

N.º XXXV, JULHO-DEZEMBRO - 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Desvendando a praxe: desafios de uma incursão etnográfica

Inês Maia

Trabalho e educação de adultos em Portugal: uma perspetiva histórica de 1945 à
Revolução dos Cravos

Rui Canário

A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global

Ari Pedro Oro e Marcelo Tadvald

Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique

Pedrito Carlos Chiposse Cambrão

Ciência à medida: conflitos de interesse e interferência na investigação científica
financiada

Rita Faria

Conhecer doença: os doentes em primeiro lugar

Paula Silva

Alianças e conflitos nos segmentos artísticos relativamente especializados: o caso do rock
independente de Teresina no início do século XXI

Thiago Meneses Alves

Nº XXXVII, JANEIRO-JUNHO 2019

EDITORIAL

ARTIGOS

Quando nem a palavra é de prata, nem o silêncio é de ouro. Análise de conflitos sobre mineração em Portugal

Ana Raquel Matos e Lúcia Fernandes

A percepção de justiça na avaliação do desempenho na Administração Pública e a produtividade

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Ireneu de Oliveira Mendes e Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia da Silva

Ser (um) expatriado, numa empresa: uma obrigação, uma distinção, um parêntese

João Vasco Coelho

A Bandeira Vermelha em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)

André Costa Pina

A intolerância religiosa à brasileira: estudo de caso na cidade de Londrina / Paraná

Cláudia Neves da Silva e Fábio Lanza

Nº XXXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2020

EDITORIAL

ARTIGOS

Descodificar as paredes da cidade: da crítica à gentrificação ao direito da habitação no Porto

Inês Barbosa e João Teixeira Lopes

The concept of us and them: communitarianism and the rise of populist politics

Ihsan Cetin

Processos de criação artística comunitária: questões metodológicas

Irene Serafino

Madonna, “sex” e o fetichismo pós-moderno

Roney Gusmão

Trabalho de equipa em saúde como processo de relação formal potenciador da satisfação e motivação laboral

Ana Teresa Nogueira Jeremias e Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica

Cristina Parente, Rui Santos e Madalena Ramos

NÚMERO TEMÁTICO | 2016 - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

Conceptual foundations of qualitative life course research

Walter R. Heinz

A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal

Vasco Ramos

O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade

Ana Caetano

A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no contexto Europeu

Diana Carvalho

A família conta: ilustrações a partir do fado

Ana Gonçalves

Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao caso de um funcionário administrativo

Pedro Abrantes

Redes pessoais em Portugal numa perspetiva do percurso de vida

Rita Gouveia

NÚMERO TEMÁTICO | 2017 - Processos sociais e questões sociológicas

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Bruno Monteiro, Ester Silva e Idalina Machado

ARTIGOS

A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação

Helena Vilaça

Artes e inclusão social: projetos e ações enquanto experiências metodológicas

Natália Azevedo

Diplomados universitários e sobre-educação

Carlos Manuel Gonçalves

Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho

Luís Nuno Sousa

“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório
por excelência de inovação social

Naldeir dos Santos Vieira, Cristina Parente, Allan Claudius Queiroz Barbosa

Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para
a compreensão das ONGD portuguesas

Vanessa Marcos

NÚMERO TEMÁTICO | 2018 - Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO. A ambivalência do turismo na transformação das cidades

João Teixeira Lopes; Helena Vilaça; Natália Azevedo

ARTIGOS

Mobilidade, Cidade e Turismo: pistas para analisar as transformações em curso no centro histórico de Lisboa

Luís Vicente Baptista; Jordi Nofre; Maria do Rosário Jorge

A cidade imaginável: elementos para uma viagem visual e sensorial na cidade do Porto

Diogo Guedes Vidal

La ciudad y el turismo. Experiencias desde la gestión del *street art*

Ricardo Klein

The touristic Porto – gazing over the city

Tiago Miranda

Entre o fazer etnográfico e o fazer psicanalítico: reflexões sobre a “escuta” da população sem-abrigo na rua de Cimo de Vila da Cidade do Porto

Julio Cesar Nicodemos; Lígia Ferro

**NÚMERO TEMÁTICO | 2019 - A construção civil numa perspetiva sociológica:
enquadramento e análise**

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO. A construção civil numa perspetiva sociológica:
enquadramento e análise

Virgílio Borges Pereira

ARTIGOS

Estrutura económico-productiva, sistema de emprego e qualificações na Construção:
uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes

José Madureira Pinto, Vanessa Rodrigues e Maria Inês Coelho

O campo das grandes empresas da construção civil. Perspetiva teórica e análise
relacional sobre o caso português (em 2012)

Virgílio Borges Pereira

A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade
económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da
construção civil no período posterior a 2008

João Queirós, Laura Galhano e Virgílio Borges Pereira

Azares, riscos e culpas: representações sobre os acidentes de trabalho da construção
civil na imprensa portuguesa (1996-2017)

Bruno Monteiro e Carla Aurélia de Almeida

O Estado à beira-mar. Estratégias burocráticas na formação do mercado
imobiliário em *Matosinhos Sul* - o exemplo da *Comissão* de 1 de março de 1996

Tiago Lemos

Social policy and labour mobility in Europe - the gap between law and enforcement

Jan Cremers

Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique
d'un espace social à une enquête par monographies de ménages

Thomas Amossé, Lise Bernard, Marie Cartier, Marie-Hélène Lechien,
Olivier Masclat, Olivier Schwartz, Yasmine Siblot

NÚMERO TEMÁTICO 2020 - Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais

NOTA DE APRESENTAÇÃO. Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais

Inês Barbosa, João Teixeira Lopes, Lígia Ferro, Eunice Castro Seixas

ARTIGOS

A infância é um direito?

Manuel Jacinto Sarmiento e Catarina Tomás

O Direito das Crianças à Cidade apropriada como lugar de Liberdade e de (inter)Ação

Frederico Lopes, Rosa Madeira e Carlos Neto

Para uma definição de tempo livre tendo as crianças por medida e referente. *O que diz a língua dos pássaros?*

Maria José Araújo e Hugo Monteiro

Direitos cívicos e políticos na infância e adolescência: da retórica da participação ao protagonismo infantil

Inês Barbosa

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu

consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;

- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo

noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respectivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.
8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
 - a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
 - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’ Água, pp. 99-107.
 - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) Artigo em publicação periódica *online*: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.

g) Publicações *online*: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referência teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:
revistasociologia@letras.up.pt